Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura **Número: 48**

II Sessão Legislativa **Horta, quarta-feira, 15 de janeiro de 2014**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro* Vasconcelos

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos iniciou-se com a apresentação de um **Voto de Congratulação "pela celebração dos 50 anos de atividade da Filarmónica União e Progresso de Guadalupe"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho, seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o **Voto de Protesto "pela decisão tomada pela RTP SA em alterar injustificada e desrazoavelmente o horário de transmissão do Telejornal da RTP Açores no canal RTP Internacional"**, apresentado também pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cabendo a sua apresentação, desta feita, ao Sr. Deputado Pedro Moura.

Sobre o voto em apreço usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade *(PSD).*

Seguiu-se um **Voto de Pesar** pelo **falecimento de Ilda Fonseca**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado José Andrade, também aprovado por unanimidade.

De seguida foram proferidas três **Declarações Políticas.**

Sobre a primeira, apresentada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas *(PSD)*, usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM).*

Apresentada a segunda declaração política pela Sra. Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*, seguiu-se o debate no qual usaram da palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira *(PS)* e o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais *(Luís Viveiros).*

A terceira foi apresentada pela Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)*, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados José San-Bento *(PS)* e Artur Lima *(CDS-PP).*

Posteriormente passou-se para as **Intervenções de Interesse Político Relevante.**

Assim, usaram da palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho *(PS)* e o Sr. Deputado Luís Rendeiro *(PSD).*

Participaram no debate subsequente à intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, os Srs. Deputados Artur Lima *(CDS-PP)*, Paulo Borges *(PS)* e Paulo Estêvão *(PPM).*

Usou da palavra para uma interpelação à Mesa o Sr. Deputado Berto Messias *(PS).*

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a **apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – "Cria o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final - Ecotaxa",** apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires *(PCP)*, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro *(PSD).*

Seguiu-se a continuação do debate do **Projeto de Resolução n.º 48/X – "Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, José Contente *(PS)*, Ricardo Ramalho *(PS)* e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes *(Vítor Fraga)*.

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Sobre o **Projeto de Resolução n.º 51/X – "POSEI"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura *(PSD)*, Duarte Moreira *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, a Sra. Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)* e o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais *(Luís Viveiros)*.

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/X – "Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio"**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Artur Lima *(CDS-PP)*, Lúcio Rodrigues *(PS)*, as Srs. Deputadas Catarina Moniz Furtado *(PS)*, Judite Parreira *(PSD)*, Ana Espínola *(CDS-PP)*, Zuraida Soares *(BE)* e o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura *(Luiz Fagundes Duarte)*.

O Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria, aquando da votação na generalidade.

Proferiram declarações de voto o Sr. Paulo Estêvão *(PPM)* e a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS)*.

Por solicitação da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X – "Cria o regime de integração excecional dos docentes contratados nos quadros da Região Autónoma dos Açores, através de um concurso externo extraordinário em 2014"**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, baixou à Comissão.

O requerimento de baixa à Comissão, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)*, foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se mais uma aprovação por unanimidade relativo ao **pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha do Sr. Deputado Lizuarte Manuel Machado, no âmbito de ação de processo ordinário n.º 113/11.3TBVLS**.

Posteriormente foi apresentado um **pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 55/X - "Sede da Empresa de Transportes Marítimos na Horta"**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram de seguida da palavra os Srs. Deputados Artur Lima *(CDS-PP)*, Francisco César *(PS)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e Jorge Costa Pereira *(PSD)*.

Submetido à votação, o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)* e os Srs. Deputados Francisco César *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e Aníbal Pires *(PCP)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 34 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata *(PSD)*

Aida Maria Melo **Amaral**

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular *(CDS-PP)*

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda *(BE)*
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português *(PCP)*
Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.
Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.
Vamos começar com os votos.
Para apresentação de um Voto de Congratulação referente aos 50 anos de atividade da Filarmónica União e Progresso de Guadalupe, tem a palavra, pelo Partido Socialista o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.
Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50 anos de atividade da Filarmónica União e Progresso de Guadalupe

A Filarmónica União e Progresso de Guadalupe foi a última a ser fundada na ilha Graciosa, a 29 de setembro de 1963. Esta importante instituição foi idealizada e constituída no então designado Clube Central e Recreativo, hoje

Sporting Clube de Guadalupe, sob a direção de Celestino Medina Melo, Gualdino Medina e Dorgival de Melo.

A música sempre fez parte da cultura dos graciosenses, e a falta de uma banda filarmónica na freguesia de Guadalupe era, para além de uma necessidade, um desejo de todos os guadalupenses.

Tal fato é bem evidenciado na ata de 29 de setembro de 1963, segundo esta, "a existência de uma Filarmónica nesta freguesia de Guadalupe, considerada a mais rica e populosa do Concelho, era uma necessidade que há muito se fazia sentir, e por isso se impunha aos guadalupenses amantes do progresso e do prestígio da sua freguesia, que metessem ombros a tão simpático empreendimento, tendo em conta a utilidade e o prestígio artístico que dele haviam de resultar para o seu meio."

A concretização deste desejo de todos os guadalupenses não teria sido possível sem os donativos da população e o apoio do clube da freguesia.

Mais recentemente, no ano de 1991, a Filarmónica União e Progresso de Guadalupe torna-se independente do clube pelas mãos do Padre Simões Borges, passando a sua sede para a Casa do Povo de Guadalupe.

Posteriormente, graças ao empenho dos seus órgãos sociais, maestro e executantes, foi desenvolvida a sua escola de música que impulsionou, em 2001, a gravação o seu primeiro CD.

Atualmente, esta Filarmónica conta com 43 músicos e um vasto currículo. Para além de já ter atuado nas ilhas dos Açores, Madeira, e no território continental Português, conta ainda com ilustres músicos e ícones da freguesia, como é o caso dos Senhores Reginaldo Melo, sócio fundador e executante em atividade, e o maestro Manuel Eduardo Silva, que orienta esta banda há mais de vinte anos consecutivos.

Com 50 anos de atividade, a Filarmónica União e Progresso de Guadalupe é um exemplo de serviço à comunidade, pois, para além de atuar em diversas

festividades, colabora ainda, de forma gratuita, em funerais e outros eventos de fórum religioso. Por esta razão é unânime afirmar que esta coletividade tem primado pela união de toda a freguesia.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de janeiro de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

"A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela celebração dos 50 anos de atividade da Filarmónica União e Progresso de Guadalupe sendo esta congratulação extensiva a todos os membros dos corpos sociais, músicos e sócios desta coletividade".

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da Filarmónica União e Progresso de Guadalupe, Junta de Freguesia e Casa do Povo de Guadalupe, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, sala das sessões, 14 de janeiro de 2014

Os Deputados Regionais: Ricardo Ramalho, José Ávila, Berto Messias e Miguel Costa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de protesto.

Para apresentação de um Voto de Protesto referente à alteração do horário de transmissão do Telejornal dos Açores na RTP Internacional tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura *(PS):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Alteração do horário de transmissão do Telejornal dos Açores na RTP-Internacional

A existência do canal RTP Internacional, para além do cumprimento de uma das obrigações de serviço público, prossegue importantes e incontornáveis objetivos de projeção externa da imagem de Portugal da língua e cultura Portuguesas. Constitui ainda um importante contributo para uma perene ligação da diáspora Portuguesa e Açoriana para com a pátria e a região de origem e consolida laços identitários, de afeto e de pertença. É assim e pois uma tarefa indispensável que o estado prossegue junto dos nossos concidadãos espalhados pelo mundo.

É também nosso entendimento que a transmissão dos serviços noticiosos nacionais e regionais, designadamente o Telejornal da RTP Açores, constitui um indispensável serviço público e um imperativo do estado.

É igualmente um facto por todos reconhecido e por maioria de razão deve sê-lo pela RTP SA e pela sua tutela que o Telejornal da RTP Açores tem, pelas razões já referidas, grande aceitação e audiência junto da diáspora Açoriana designadamente nos Estados Unidos e Canadá.

Essa procura, para além do óbvio interesse estratégico para Portugal, é uma importante, por vezes a única e quase sempre a principal forma de acesso das nossas comunidades à informação do país e da região de origem.

Esta vertente do serviço público de televisão, para além disso dá um poderoso contributo a uma forte ligação da nossa comunidade e do país de acolhimento a

Portugal e aos Açores o que não deixa de ter implicações práticas designadamente ao nível da promoção efetiva da tão propalada diplomacia económica.

Apesar do atrás exposto decidiu a RTP Internacional alterar o horário de transmissão do Telejornal da RTP Açores. Assim desde o passado dia seis de janeiro que o mesmo noticiário é transmitido num horário bem mais tardio, que corresponde à uma hora da madrugada do fuso horário que abrange a Nova Inglaterra designadamente cidades como Boston e Nova Iorque nos Estados Unidos e Toronto no Canadá. Procedeu-se assim à alteração horária de uma realidade que se mantinha há mais de 12 anos, com óbvios prejuízos no acesso prático dos nossos concidadãos da diáspora Açoriana a tais noticiários, que antes eram transmitidos até ao limite horário das vinte e uma horas e trinta locais.

Esta alteração afigura-se assim incompreensível e inaceitável causando óbvios, imediatos e injustificáveis prejuízos à nossa diáspora à Região Autónoma dos Açores e ao próprio país.

Consta igualmente e a este respeito, que a RTP Açores terá recebido instruções para condensar o seu telejornal a um limite máximo de duração de 30 minutos, o que só não fez, ou ainda não fez, por alegadas limitações técnicas e operacionais.

Perante os factos anteriormente referidos e face à objetiva gravidade que os mesmos contêm quer para os nossos concidadãos quer para a própria RTP-SA, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis propor que:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste o seu mais veemente protesto pela decisão tomada pela RTP SA em alterar injustificada e desrazoavelmente o horário de transmissão do Telejornal da RTP Açores no canal RTP Internacional, causando graves e inaceitáveis prejuízos à

diáspora Açoriana, sobretudo das zonas de Toronto e Nova Inglaterra bem como aos interesses estratégicos da própria empresa e do país.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao membro do Governo da República com a tutela da RTP SA, à Assembleia da Republica, à ERC e ao Conselho de Administração da RTP SA.

Horta, Sala das sessões, 15 de Janeiro de 2014

Os Deputados Regionais do PS: Pedro Moura, Berto Messias, José Contente e Iasalde Nunes.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Protesta, mas já está resolvido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade *(PSD):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estima-se que mais de um milhão de portugueses – naturais dos Açores ou descendentes de açorianos – reside atualmente na América do Norte.

Nos Estados Unidos da América, serão cerca de 900.000, dos quais 35% nos estados de Massachusetts e Rhode Island e 30% no estado da Califórnia.

No Canadá, serão cerca de 400.000 açorianos ou descendentes, maioritariamente radicados na Província do Ontário, que correspondem a quase 3/4 do total dos luso-canadianos.

Temos assim que vivem quatro vezes mais açorianos e açor-descendentes na América do Norte do que nas ilhas dos Açores.

E que os açorianos constituem a grande maioria dos portugueses emigrados nos Estados Unidos da América e no Canadá.

Este facto, por si só, impõe a Portugal o máximo respeito e a maior consideração pelas comunidades açorianas, de tão grande importância estratégica, que tanto dignificam o nosso país na América do Norte.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Consequentemente, o mínimo que se pode exigir à RTP Internacional – que tem a incumbência patriótica de levar as três diferentes realidades do território português aos portugueses que residem no outro lado do Atlântico – é que considere e respeite a maioria açoriana na América.

A alteração do horário de transmissão das notícias dos Açores na RTP Internacional, com a nova grelha de programas que entrou em vigor a 6 de janeiro – considerando, por exemplo, o fuso horário de Toronto – passou das 21 horas para quase as 2 horas da madrugada!

Graças aos protestos pertinentes das comunidades açor-americanas, a sua transmissão já está a ser novamente alterada, agora para o período razoável das 19 horas.

Mas "mais vale prevenir do que remediar".

Por isso, o Parlamento dos Açores deve dar um sinal claro e forte para que os telespetadores açorianos da América do Norte sejam SEMPRE respeitados pela RTP Internacional.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente este Voto de Protesto proposto pelo PS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Protesto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Pesar referente ao falecimento de Ilda Fonseca, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade *(PSD):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Chamava-se Ilda Fonseca – um nome que poucos reconhecem. Mas prova que não é preciso ter um nome reconhecido para merecer o devido reconhecimento público por um verdadeiro exemplo de vida.

Faleceu a 4 de janeiro em Ponta Delgada, com 91 anos de vida altruísta, e era conhecida como "a mãe dos militares açorianos".

A sua vida foi tão grande e conta-se aqui em tão poucas palavras.

Nasceu na freguesia de São Pedro de Ponta Delgada, colaborou na então Assistência ao Soldado Açoriano em Lisboa e, vivendo com seu marido Fernando Fonseca na cidade de Leiria, ali fundou, por iniciativa pessoal e a expensas próprias, um "Lar do Soldado Açoriano".

Nesta sua casa acolheu e amparou mais de 2.000 militares açorianos, provenientes de todas as ilhas e destinados à guerra do Ultramar, entre 1971 e 1975.

A primeira casa com 30 camas depressa se revelou insuficiente e cresceu em simultâneo para um segundo lar já com capacidade para 80 jovens deslocados, a troco de um mero contributo para as despesas comuns da água e da luz.

Os militares açorianos que até então aguardavam ao relento o dia de apresentação no quartel de Leiria passaram a encontrar nos dois lares de Ilda Fonseca a casa e a família que lhes eram subtraídas pela distância.

A benemérita micaelense "atuava como intermediária entre a ansiedade dos pais e o sentimento de insegurança dos filhos", conforme escreveu Ana Bela Vinagre no seu livro de 2006 dedicado ao "Lar do Soldado Açoriano".

E, como se não bastasse, ainda disponibilizou uma residência sua em Coimbra para receber os militares açorianos que se especializavam em Enfermagem.

Em 1975, reduzida a afluência dos militares açorianos, transformou as suas casas em lar para professoras e, falecido o seu marido em 1983, regressa finalmente à ilha de S. Miguel.

Ironicamente, na sua terra natal, sem casa própria nem meios de sustento, foi obrigada a alojar-se num lar de terceira idade…

Desde então, a única homenagem pública que mereceu foi prestada em 2009 pela Zona Militar dos Açores com a entrega da Medalha D. Afonso Henriques.

Chamava-se Ilda Fonseca mas fica no coração de centenas de jovens das 9 ilhas dos Açores como "a mãe dos militares açorianos".

A sua vida foi maior do que o seu nome.

Cabe-nos agora engrandecer o seu nome para agradecer a sua vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento da benemérita micaelense Ilda Fonseca, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e à Zona Militar dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2014

O Deputado Regional: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia, Jorge Costa Pereira e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos passar para as declarações políticas.

Pelo PSD, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos que vivemos têm vindo a demonstrar a necessidade de procedermos, nos Açores, a uma profunda reflexão sobre o nosso regime Autonómico e a caminhada coletiva que empreendemos nas últimas quatro décadas.

A livre administração dos Açores pelos açorianos não é uma utopia, ou um sonho antigo.

A "livre administração" é o desejo de muitas gerações de açorianos e julgo poder interpretar o sentimento de todos aqui, afirmando que é com orgulho e responsabilidade, que ela tem vindo a concretizar-se nestes quarenta anos de democracia e liberdade.

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o mundo tem mudado a grande velocidade.

A evolução política e cultural das nossas sociedades e o processo de integração europeia revolucionaram o modelo de organização social e política, com um profundo impacto sobre as autonomias políticas regionais.

Isso exige, para a Autonomia de hoje, e, mais ainda, para a Autonomia do futuro, contornos substancialmente distintos daqueles que temos vindo a conhecer até aqui.

"Pensar global, agir local" é cada vez mais uma realidade que condiciona as políticas europeias.

Nestes quarenta anos, os Açores mudaram profundamente. No entanto, o nosso modelo autonómico açoriano permanece, em muitos casos, agrilhoado por alguns princípios fundamentais subjacentes à sua criação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Hoje aqui, não quero falar apenas da querela com o Representante da República. Quero especialmente falar da reforma do regime autonómico.

É isso que a todos nos deve mobilizar, para lá das divergências conjunturais do momento.

Mas é importante que se perceba uma coisa: o envio do Orçamento regional para fiscalização do Tribunal Constitucional, da forma despropositada, desproporcional e desnecessária como foi feito, demonstra, mais uma vez, que não faz sentido a existência de uma figura tutelar não eleita.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Discutir o direito à livre administração dos Açores pelos açorianos é também discutir se as legítimas decisões políticas dos açorianos devem ser avaliadas por uma figura desprovida de legitimidade democrática direta.

E o PSD/Açores nunca teve dúvidas a este respeito.

O património autonómico do PSD/Açores é inquestionável: não é de agora, nem apenas por este casos que queremos a extinção da figura de Representante da República. Este caso só evidencia mais uma vez esta necessidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na reflexão que temos de fazer não cabe apenas a próxima Revisão Constitucional e a necessária extinção das figuras tutelares. Esse sim, seria um debate redutor e de pouco efeito.

A reforma do próprio regime autonómico envolve a Constituição, mas também tem de compreender o nosso Estatuto e a própria reforma do sistema eleitoral, estudando todas as formas possíveis que permitam aproximar eleitos e eleitores, reduzindo o número de deputados e mantendo a representatividade e a pluralidade democrática deste Parlamento.

Deputados António Marinho e João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por outro lado, o relacionamento dos nossos órgãos de governo próprio com as instâncias comunitárias e a adequação dos procedimentos e instrumentos para defesa dos nossos interesses nos processos de decisão supranacionais exigem um novo papel para os Açores nas suas relações com o exterior.

A importância do relacionamento com outros níveis de Poder obriga também a que repensemos a ligação entre o poder regional e o poder local, o papel dos Conselhos de Ilha e a presença do executivo em cada uma das nossas ilhas.

O PSD/Açores, desde já, e como no passado, continuará a contribuir para estas reflexões e apresentaremos propostas para os desafios presentes e futuros da nossa Autonomia.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Fazer mais com menos não pode ser apenas um lema da Economia. Tem de ser aplicado também à política e à nossa Autonomia. Tem de ser transversal, abrangente e sentido pelas pessoas.

Acredito sinceramente que, no diálogo com todos os partidos e com a sociedade civil saberemos encontrar soluções, colocando o interesse regional acima dos interesses partidários de forma a garantir as respostas da Autonomia às inquietações dos Açorianos.

Mas não é só no sistema político que temos de encontrar soluções para a Autonomia.

A situação difícil de algumas das nossas instituições e a progressiva degradação dos serviços do Estado na Região, são também alguns exemplos que evidenciam a urgência autonómica em que nos encontramos.

Temos de encontrar uma solução que defenda as instituições açorianas, que permita à Autonomia assegurar respostas às suas especificidades, recusando sempre o princípio, errado e simplista, de que deve ser a Autonomia a financiar as obrigações do Estado.

Não podemos deixar de exigir da República aquelas que são as suas indeclináveis responsabilidades, mas, minhas senhoras e meus senhores, os verdadeiros defensores dos Açores não podem virar as costas às nossas instituições vetoriais, apenas por mero e circunstancial tacticismo partidário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apesar de muitos tentarem que assim não seja, a verdade é que a Autonomia dos açorianos tem de ser também a Autonomia dos resultados.

Não pode ser a Autonomia dos mais de vinte mil açorianos desempregados e dos milhares de açorianos colocados em programas ocupacionais.

Não pode ser a Autonomia do abandono e do insucesso escolar.

Disse e repito: exercer a Autonomia é resolver melhor e mais depressa os problemas que afetam os Açorianos; é encontrarmos a melhor solução para o nosso desenvolvimento; é demonstrarmos, no dia-a-dia, que ela é a melhor forma, dentro da convivência nacional portuguesa, de construirmos a nossa identidade, de realizarmos os nossos sonhos e as nossas ambições enquanto Povo Açoriano.

Saibamos todos estar à altura da nossa história.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para participação no debate referente a esta declaração política?
Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.
(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Nós também consideramos e achamos esta declaração política, do Partido Social Democrata, da maior relevância, porque é preciso neste momento ter a coragem de repensar o nosso sistema de autogoverno.
É necessário que os diversos agentes encontrem novas soluções e que, fundamentalmente, se predisponham a encontrar soluções que vão ao encontro daquelas que são as necessidades de afirmação da Região e do bom Governo do nosso povo.
Nesse sentido, a nossa construção autonómica tem já 38 anos. Tem 38 anos e nasceu num período e num contexto que fará no final desta legislatura também 40 anos.
É necessário repensar estes mecanismos, porque ao longo de todos estes anos o que temos feito no âmbito do Estado unitário é aumentar as competências, por via estatutária e constitucional, previamente, da nossa autonomia.
E o que é que nós verificamos?

Verificamos que, apesar de tentarmos blindar o nosso Estatuto com competências, apesar de termos alcançado ao longo destes anos mais competências e menos restrições do ponto de vista constitucional e estatutário, há sempre um princípio, que eu diria irrevogável: o princípio do Estado Unitário.

Agora, temos o Representante da República, tal como aconteceu noutros períodos de crise económica e política, ao longo destes 40 anos, a dizer que em situações de crise quem manda são os órgãos de soberania. Se a Assembleia da República, numa situação de crise, toma uma determinada posição, com um determinado posicionamento do ponto de vista político e com uma maioria política e ideológica, essa maioria, essa orientação, deve prevalecer nos Açores, mesmo que nos Açores a composição partidária e as opções políticas sejam outras e tenham devidamente sufragadas pelo povo açoriano.

Eu considero que estamos aqui perante um dilema: ou consideramos que este estado autonómico é um estado que pode evoluir, uma situação que pode evoluir e que podemos aperfeiçoar (e isso tem sido o caminho que tem sido feito), ou construir um novo paradigma.

Deputado André Bradford *(PS):* E é!

O Orador: Devo dizer que o Sr. Representante da República, na minha opinião, está a recriar novamente alguns fantasmas.

Eu vejo nas ruas, nas opiniões dos jornais, novamente um movimento independentista, com mais força. Isto é algo que podemos constatar diariamente.

É um caminho perigoso que o centralismo procura sempre, sempre, sempre, com maus resultados, como temos visto ao longo da nossa história.

O centralismo, ao tentar de alguma forma condicionar a representação democrática das populações, acaba por colocar as pessoas em duas posições: ou

são a favor de um estado autonómico e de uma situação autonómica que depois se mostra muito condicionada, de tal maneira que se começa a problematizar…

Para o Sr. Presidente do Governo Regional a pergunta ontem era: podemos decidir sobre o nosso orçamento ou não podemos? Esta é a pergunta fundamental.

É que se não podemos definir o nosso próprio orçamento, onde é que queremos gastar o dinheiro e quais são as prioridades para o desenvolvimento económico dos Açores? Quais são as nossas prioridades para auxiliar o povo dos Açores em situações económicas de crise? Se não temos essa competência, não temos nada.

É necessário problematizar estas questões.

Muitos, os mais antigos… Eu ouvi na televisão, a semana passada, políticos de há 15, 10 anos a dizer que esta nova geração de políticos está a demonstrar que não tem ideias…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E têm razão!

O Orador: … e que fundamentalmente nos acomodámos a uma situação.

Deputado Graça Silveira *(CDS-PP):* Isso é verdade!

Deputado André Bradford *(PS):* É verdade porque deu na televisão!

O Orador: O Parlamento dos Açores e os políticos atuais, responsáveis pelos partidos políticos, estão a ser acusados pelos autonomistas de há 20 anos de não termos capacidade de reação e não termos capacidade de discutir a Autonomia e novos paradigmas porque as necessidades são novas.

Eu considero que temos a obrigação de provocar essa discussão.

Disse ontem, e termino, que da parte do PPM já decidimos atravessar o rubicão. Nós consideramos atualmente que este Estatuto e a forma como as coisas têm evoluído não nos satisfazem do ponto de vista do autogoverno dos Açores. Não nos satisfazem!

Por isso defendemos um novo modelo de relacionamento em que os Açores tenham um Estado e uma Constituição, no âmbito de uma confederação.

É um modelo político que podemos observar na União Europeia. É o caso do Reino dos Países Baixos que como sabem é constituído por quatro entidades estatais (e termino, Sra. Presidente): Países Baixos, São Martim, Curação e Aruba.

São Estados com Constituições próprias e com um conjunto de competências que são depois desenvolvidas pelo conjunto do Estado: o Chefe de Estado, obviamente, a Defesa, os Negócios Estrangeiros, a Extradição e a Cidadania. São as cinco áreas que ficam em comum.

Em tudo o resto qualquer um destes Estados tem uma completa autonomia.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: É por aí, meus senhores, por um modelo deste tipo, que o PPM anuncia aqui que irá defender e apresentar aos eleitores, em 2016, um novo modelo, devidamente sufragado pelos açorianos, que nos permitirá acabar de vez com esse condicionalismo que é a condição de Estado Unitário de Portugal.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é a teoria do velho autonomista, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições pergunto ao Sr. Deputado Duarte Freitas se volta a usar da palavra?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para dizer que da nossa parte, da parte do PSD-Açores, soubemos estar no momento fundacional da Autonomia e posso garantir aos açorianos que vamos saber estar no momento em que a Autonomia precisa de uma profunda reforma.

A nossa Autonomia democrática, que tem 40 anos, não vai ser igual nos próximos 40 anos.

Estamos no momento na maturidade e saibamos todos interpretar com maturidade aquilo que o presente e o futuro nos exigem.

Nesta casa também se exige um pouco dessa maturidade que, às vezes, infelizmente, não sentimos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Aquilo que importa verdadeiramente é que, tal como a Autonomia cresceu, saibamos todos, e especialmente aqueles que mais necessitam, também saber crescer para esta maturidade, saber responder aos desafios e às inquietações dos açorianos.

Nesse sentido, já anunciei, e repito, há um grupo de trabalho que está constituído e que está trabalhando para apresentarmos aos açorianos, em diálogo com a sociedade civil, com os outros partidos,…

Deputado José Ávila *(PS):* É o gabinete de estudos, se calhar!

O Orador: … aquilo que serão as traves mestras, no nosso entendimento, de uma reforma profunda do sistema autonómico, que envolve naturalmente aquilo que é o património histórico do PSD-Açores, que engloba naturalmente a extinção de figuras tutelares não eleitas diretamente e envolve naturalmente a extinção do cargo do Representante da República.

Estivemos sempre do mesmo lado. Há quem não possa dizer exatamente o mesmo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já defenderam que devia continuar, que não devia continuar. Agora não sabe bem onde é que se há de colocar. Escrevem, dizem. Nós ficamos sem perceber.

Mas os açorianos vão ter que perceber de que lado é que cada um vai estar, se do lado da defesa destas figuras tutelares não eleitas, se do lado da defesa do futuro da autonomia dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é também aquilo que se exige neste momento. Que as pessoas saibam estar à altura destas circunstâncias.

Não está aberto nenhum processo de revisão constitucional, mas não é só à eliminação do Representante da República, desta figura tutelar.

Como disse, temos que refletir sobre o Estatuto, temos que refletir sobre o nosso sistema eleitoral, sobre o nosso sistema político, sobre zonas cinzentas que ainda não estão devidamente dirimidas no nosso direito primário e no nosso acervo de direito em relação ao relacionamento do poder regional com o poder central, com o poder local, com o poder supranacional.

Isto também temos que saber corrigir, interpretar estas novas necessidades.

Da nossa parte vamos fazer este esforço, imbuídos do espírito de que temos que encontrar soluções que mostrem aos açorianos que vale a pena esta autonomia.

Apesar dos 21 mil desempregados, apesar de todo o insucesso escolar, apesar das necessidades que existe ainda na sociedade açoriana de todos estes rendimentos sociais de inserção, apesar de estarmos na maior crise económica e social da nossa autonomia, a culpa não é do regime. Ele tem que ser reformado, mas a culpa não é do regime.

A culpa é de quem nos tem governado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito bem! Aí estamos de acordo!

O Orador: Isso também é preciso ser dito agora e em todo o momento.

Precisamos da reforma do regime autonómico, pela sua maturidade, pelas necessidades do futuro, mas precisamos também que o regime atual e futuro dê resposta àquilo que são as inquietações dos açorianos.

Deputado André Bradford *(PS):* Os açorianos já deram a resposta!

O Orador: Essa resposta faz-se com a reforma do regime, mas também se faz uma melhor governação.

Fica aqui o desafio para que se melhore a governação e não podem culpar as oposições por não ter melhores condições para governar. Têm todas as condições. Saibam os governantes dar a resposta aos açorianos.

Nós vamos saber dar a resposta em relação às alterações do regime autonómico que temos.

A maturidade, certamente um dia há de crescer neste parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: A próxima declaração política é do CDS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A região adotou um modelo de desenvolvimento para as explorações leiteiras assente no aumento do volume de produção, para que as explorações se tornarem economicamente mais rentáveis.

No contexto atual, na iminência do fim do sistema de quotas leiteiras, não é preciso ser muito iluminado para perceber que o modelo Açoriano tornou-se claramente obsoleto e, portanto, continuar a insistir nesta estratégia de desenvolvimento é, no mínimo, irresponsável.

Espera-se do Governo Regional, porque tem essa obrigação, uma resposta à questão: as quotas leiteiras beneficiam ou não os produtores de leite açorianos?

A verdade é que ninguém, em rigor, consegue responder a esta questão, pois não há um estudo sério e focado na análise das políticas agrícolas europeias ao nível do produtor de leite Açoriano.

Com o desaparecimento das quotas quem perde?

O produtor irá receber menos pelo litro de leite?

O consumidor terá de pagar mais pelo leite?

Ou o Governo terá de apoiar mais a regulação do mercado do leite?

Não seria importante o Governo Regional e esta Assembleia saberem qual o efeito real no rendimento dos produtores leiteiros açorianos?

Não seria importante saber qual o impacto na economia Açoriana?

Parece que não, até porque o PS chumbou a iniciativa do CDS-PP que recomendava precisamente a realização deste estudo aturado!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A única forma de nos tornarmos verdadeiramente competitivos no setor do leite é, por um lado, reduzir os custos de produção, e, por outro, agregar valor, pela transformação do leite em produtos lácteos de excelência e pela valorização e promoção dos seus atributos nutricionais resultantes da alimentação em pastagem.

Mas, para que isto aconteça, é necessário que os nossos técnicos tenham competência, que os nossos agricultores tenham motivação e que o Governo tenha capacidade de decidir.

Para reduzir os custos de produção, o apoio técnico ao lavrador é seguramente um dos investimentos com maior retorno. Agora, para se ter apoio técnico é necessário que os serviços de desenvolvimento agrário tenham explorações modelo que sirvam de referência tanto a técnicos como lavradores.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Onde é que estão essas explorações modelo? Não existem, porque os nossos licenciados estão encafuados atrás de secretárias a preencher impressos para atribuição de subsídios, abandonando vergonhosamente os lavradores aos *lobbies* de vendedores de adubos, rações e máquinas agrícolas, a maior parte das vezes completamente desajustadas às nossas explorações.

É fundamental tornar o maneio da pastagem mais eficiente. Os nossos agricultores, por falta de apoio técnico, fazem uma adubação dos terrenos claramente excessiva. Resultado: um gasto desnecessário para o lavrador e um impacto ambiental desastroso, como a eutrofização das nossas lagoas, como se tem verificado na bacia leiteira das sete cidades.

Por outro lado, precisamos de vacas com maior apetência para a pastagem e cuja eficiência não se traduza em número de litros de leite por lactação, mas sim que converta de forma mais eficiente a erva em proteína e gordura aumentando assim o rendimento da transformação do leite em produtos lácteos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP sempre defendeu um sistema de exploração extensivo, que permite, além duma gestão sustentável do território, apostar no setor da carne numa perspetiva ambiental.

A esse nível, os Açores têm condições para oferecer um produto de excelência, diferenciado, valorizado por nichos de mercado, que estão dispostos a pagar mais por uma carne que seja um símbolo de sustentabilidade e de segurança alimentar. Mas, para isso, a produção de carne nos Açores não pode continuar a ser um refugo do leite.

O isolamento geográfico dos Açores que é sistematicamente apontado como uma das principais limitações da Região, neste contexto, representa uma mais-valia, pois é exatamente a nossa situação geográfica que evita a importação de doenças, como a BSE e a febre aftosa, permitindo afirmar a carne dos Açores como uma alternativa de qualidade credível.

Infelizmente, este Governo não tem conseguido capitalizar as nossas particularidades, transformando aquilo que são aparentes limitações em reais oportunidades de mercado.

Relativamente aos nossos produtos tradicionais, que o governo tanto fala em apoiar, é inacreditável a enormidade de exigências que são feitas aos pequenos produtores artesanais, que desencorajam a pouca iniciativa privada que ainda existe.

E a desculpa é sempre a mesma: "a Europa".

Não! A culpa não é da Europa, a culpa é da inércia do governo.

A legislação comunitária, através das derrogações publicadas em 2006, permite exceções às práticas de fabrico artesanais, como por exemplo, o uso de colheres-de-pau, desde que os produtos sejam comprovadamente seguros para consumidor.

No entanto, os nossos responsáveis políticos ou por desinteresse, ou por ignorância, nunca fizeram uma simples comunicação a Bruxelas, que nos permitisse continuar a manter as nossas práticas de fabrico tradicionais, sem violar a lei comunitária.

É ainda fundamental que a indústria hoteleira e a restauração sejam abastecidas com produtos Açorianos de excelência.

Os nossos produtos tradicionais têm que ser um cartão-de-visita da gastronomia Açoriana. Caso contrário, não vale a pena continuar a repetir que querem valorizar os nossos produtos.

Aqui também falta trabalho do Governo Regional no sentido de promover a agregação dos interesses, quer dos empresários hoteleiros, quer dos produtores agrícolas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O modelo adotado na Região para o desenvolvimento do sector agroalimentar faliu e as políticas socialistas insistem apenas em evoluir nesta triste continuidade.

A nossa agropecuária sobreviveu a anos duma política agrícola regional desastrosa porque a verdade é que o Governo Regional tem muita sorte com os agricultores que os Açores têm.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Graça Silveira trouxe-nos aqui uma declaração política, em nome do CDS-PP…

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Que devia ter sido um voto de protesto!

O Orador: … que contradiz muito daquilo que o CDS tem também feito e aprovado nesta casa.

Vir dizer ou colocar em causa que as quotas leiteiras serão um sistema que defende ou não a Região nesta altura, contradiz muito daquilo que o CDS aprovou anteriormente, em diversas iniciativas nesta casa,…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ela não disse isso!

O Orador: … defendendo a manutenção do regime de quotas leiteiras para o qual todos nós lutámos durante todos estes anos, inclusivamente o próprio Governo Regional.

Obviamente que o desmantelamento do sistema de quotas leiteiras coloca novos desafios,...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ah!

O Orador: … desafios que a Região tem vindo a preparar-se ao longo dos anos…

Deputado Graça Silveira *(CDS-PP):* Ah! Mas tem que dar resposta a esses desafios!

O Orador: ... a diversos níveis.

Deputado Graça Silveira *(CDS-PP):* Vocês disseram que as quotas iam acabar e que os lavradores tinham que se preparar!

O Orador: Desde logo, em todo o investimento feito nas infraestruturas agrícolas públicas e também ao nível da melhoria e do investimento feito nas explorações pelos próprios agricultores resultante dos apoios que o Governo Regional, através das medidas comunitárias, tem disponibilizado, provocaram uma enorme evolução em todo o nosso setor regional.

Aquilo que a Sra. Deputada vem aqui trazer demonstra um total desconhecimento daquilo que era a agricultura e a pecuária quando o Partido Socialista tomou em mãos a responsabilidade de governar os Açores e aquilo que ela é hoje.

Desde essa altura – e os indicadores falam por si e temos que falar daquilo que é objetivo – a produção de leite cresceu mais de 53%.

Desde essa altura o número de produtores de leite diminuiu. Houve uma reconversão das nossas explorações, o que provocou um aumento significativo da produção de leite por exploração, valor que triplicou – e isto são estatísticas,

são números concretos que demonstram a evolução da agricultura nos Açores – desde 96 até 2013.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Medir é fácil!

O Orador: Ao nível da diversificação, dentro dos produtos lácteos, basta ver em termos percentuais a enorme produção de iogurtes, a transformação que houve, quer ao nível da produção de queijo (o aumento), quer ao nível da diversificação do tipo de queijo que se verificou na Região, em termos de qualidade dos nossos produtos.

Basta ver o que aconteceu, por exemplo, ao nível sanitário, ao longo de todos estes anos, em que os Açores têm hoje um estatuto de referência ao nível das zoonoses. Estão praticamente todas as ilhas oficialmente indemnes, por exemplo, da brucelose, não tendo outras doenças transumísseis ao homem.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A brucelose tem um estatuto de referência!

O Orado: Portanto, toda esta evolução traduz o trabalho que tem vindo a ser feito e que pelo menos esta bancada, o Parido Socialista, tem confiança que, apesar das dificuldades, iremos ultrapassar mais este desafio do desmantelamento do sistema de quotas leiteiras para o qual se está a trabalhar, para o qual o Governo Regional também está a trabalhar…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O que é que fez?

O Orador: … para apoiar as produções, para apoiar a transformação na Região.

Ao nível da carne é sintomático. Aquilo que referiu não representa aquilo que são efetivamente os números, aquilo que aconteceu na Região ao longo dos últimos anos.

A produção de carne na Região mudou de paradigma ao nível da sua comercialização. De uma situação em que a Região era essencialmente uma região exportadora de gado vivo, passou-se neste momento para uma região essencialmente exportadora de carne…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Salvo raras exceções!

O Orador: … e de carcaças, um pouco por todas as ilhas.

Se quiserem, posso aqui referir os números, porque parece que alguns dos Srs. Deputados os desconhecem por completo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Comecemos por São Miguel!

O Orador: Passámos de cerca de 20 e tal mil animais abatidos (30 mil animais abatidos!) para cerca de 70 mil cabeças de gado abatidas atualmente, por ano, em todas as ilhas, sendo que este aumento se deve essencialmente não ao consumo interno, mas sim à exportação de carne para fora da Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Depois vamos para a Graciosa!

O Orador: Todo este trabalho que tendo vindo a ser desenvolvido. O próximo Quadro Comunitário que a Região também está a preparar…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E o Faial?

O Orador: … dá-nos a plena confiança de termos um setor que continuará a ser um alicerce da economia regional.

Temos desafios, temos problemas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem diria!

O Orador: Temos sim senhor, mas estamos cá todos para trabalhar, para os resolver em conjunto com os agricultores da Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições tem a palavra a Sra. Deputa Graça Silveira para encerrar.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo…

Presidente: Desculpe, Sra. Deputada.

O Sr. Secretário tinha pedido a palavra. Vou dar a palavra ao Sr. Secretário e depois a si para encerrar o debate. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** *(Luís Viveiros):* Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Queria manifestar perante esta Assembleia a minha estupefação perante aquilo que foram as referências que a Sra. Deputada Graça Silveira fez à agricultura da nossa Região…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Uma região muito moderna!

O Orador: … referenciando uma quantidade de indicadores que não correspondem minimamente à verdade. Senão, vejamos:

De acordo com os dados do senso de 2009 (são os números mais recentes) assistimos, na nossa Região, recentemente, a uma evolução completamente diferente daquilo que foi a sua intervenção e a sua exposição.

Temos, neste momento, menos explorações agrícolas nos Açores, explorações melhor dimensionadas, temos menos vacas leiteiras nos Açores, temos vacas mais produtivas,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O que é que ela disse de contrário a isso?

O Orador: … temos vacas mais eficientes, temos explorações mais eficientes, e isto foi tudo conseguido ao longo dos anos através de uma boa política que os Governos Regionais que nos antecederam, e também este, têm levado a cabo junto deste setor tão importante, senão mesmo o mais importante da nossa economia.

Portanto, estamos naturalmente conscientes de que os desafios que aí vêm são difíceis, são desafios para os quais os agricultores açorianos e os Açores irão naturalmente encontrar soluções que nos permitirão ultrapassá-los.

Temos vantagens competitivas que são por todos conhecidas relativamente aos nossos competidores mais diretos, que advêm das nossas condições

edafoclimáticas, das nossas aptidões para produção de leite, que é de facto o pilar da agricultura do setor primário nesta região.

Temos, estruturas de abate, conforme o Sr. Deputado Duarte Moreira referiu, em todas as ilhas da nossa Região. Praticamente concluiremos neste ano de 2014 e de 2015 a rede regional de abate, dotando a Região de estruturas modernas…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Pois! São Jorge está muito modernizado, Sr. Secretário! E a da Graciosa? São um luxo!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Salvo raras exceções!

O Orador: … que permitiram, de facto, reverter, completamente aquilo que era a produção de carne nos Açores a alguns atrás e aquilo que é hoje, transformando uma enorme exportação de animais vivos em carcaças, em peças, em produtos de muita mais-valia para a nossa Região e essa é a política que iremos prosseguir ao longo dos anos que aí vêm.

Portanto, convictos naturalmente das dificuldades que vamos enfrentar no final do regime de quotas, estamos convencidos de que estão reunidas as condições para que as explorações agrícolas, com a competitividade acrescida que conseguiram ao longo destes anos, fruto também dos investimentos que foram cofinanciados pelos Programas Comunitários e dos bons investimentos que se fizeram ao nível das explorações agrícolas, sejam capazes de ultrapassar mais este desafio que aí vem.

Quero também anunciar que, ao contrário do que disse a Sra. Deputada Graça Silveira, quando referiu o estudo do impacto do final das quotas leiteiras que tinha sido reprovado nesta Assembleia, se bem me recordo, não foi reprovado. O que fizemos foi ter uma estratégia diferente para obter esse estudo.

Esse estudo foi recentemente entregue ao Governo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Devia ser apresentado esse estudo!

O Orador: Está a ser avaliado e será naturalmente divulgado em devido tempo.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A uma empresa privada em vez da Universidade dos Açores! Eu disse aqui que os senhores chamaram uma empresa privada. Os senhores chamaram-me mentiroso. Eu tinha ou não razão?!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora, sim, Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do meu colega de bancada do PS, que vem dizer que há um aumento da produção de leite em 53%, eu não duvido que haja um aumento do volume da produção de leite.

Aliás, se bem ouviu e com atenção, a minha crítica é exatamente essa, é termos baseado todo o nosso modelo de desenvolvimento numa perspetiva de que só podíamos receber mais se produzíssemos mais, em vez de produzir melhor.

É esse estudo de eficiência, é essa capacidade de nos tornarmos mais eficientes na produção que nunca fizemos.

O senhor não me disse quanto é que gastou e quanto é que a Região recebeu para fazer esse aumento de produção de leite. Não fala nos custos de produção para fazer esse aumento da produção de leite. Foi exatamente sobre isso que eu falei.

Aquilo que eu critiquei o senhor só vem reforçar sem dar nenhuma resposta adicional.

E se os senhores estão a fazer esse trabalho e essa preparação é há muito pouco tempo. Até há muito pouco tempo nunca admitiram que mais cedo ou mais tarde o sistema de quotas leiteiras ia acabar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: A região tinha que ter feito o trabalho de casa para estar preparada quando isso acontecesse.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Defender, enquanto possível, sim. Todos nós sabemos. Mas preparar antecipadamente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso é verdade!

A Oradora: Devo dizer-lhe, quando me fala das questões de higiene e segurança e de que estamos a produzir muito bem e muito melhor, que não foi por iniciativa do Governo Regional que isso aconteceu.

Deputado André Bradford *(PS):* Não, foi por milagre!

A Oradora: Foi por imposição da lei, foi por imposição da comunidade que se tiveram que implementar o HACCP e os sistemas de autocontrolo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Vou privar-me aqui, porque eu própria e o CDS queremos defender a qualidade dos produtos açorianos, e estar sistematicamente a pôr em causa isso, ninguém aqui vai ganhar. Vou coibir-me de falar das questões de higiene e segurança dos produtos açorianos, porque acho que ninguém vai ganhar com esse assunto. Portanto, não entro por aí, Sr. Deputado.

Em relação àquilo que o Sr. Secretário disse, eu continuo a reforçar que tenho imensa estima por si.

Continuo a achar que pode fazer um trabalho. Teve uma herança pesada e pesarosa, agora o exemplo que deu é bem o exemplo do estado de desenvolvimento em que a nossa agricultura está.

Dizer que estamos muito melhor porque neste momento já não fazemos a exportação de gado vivo que chegava ao Continente nas condições que nós sabíamos, que era feita a engorda intensiva e que nós não ficávamos com valor acrescentado quase nenhum na Região, estávamos a funcionar quase como ex-

colónias, a exportar gado vivo para os continentais ficarem com o valor acrescentado todo da desmancha, é muito pouco, se é essa a nossa evolução.

Os nossos matadouros só estão certificados há muitíssimo pouco tempo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Alguns!

Deputado Duarte Moreira *(PS):* Foi preciso fazer esse trabalho, porque não havia!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Já está feito?

A Oradora: Portanto, este acréscimo que houve de abate e desmancha na Região resultou de um trabalho muitíssimo recente para quem se quer afirmar como uma região produtora de uma carne de excelência.

Sras. e Srs. Deputados, faço uma pergunta: se nós estamos assim tão bem, por que é que a agricultura no centro do país é a atividade com melhor salário e na região os nossos agricultores continuam a ser muitíssimo mal pagos?

Aliás, um bom indicador da excelente gestão que tem sido feita na área agrícola na Região, é o estado de saúde que se encontra as nossas cooperativas agrícolas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Pedia apenas aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente que se aproximassem da mesa por uns minutos.

Eram 11 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 52 minutos.

A próxima declaração política é do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A governação PSD/CDS é contra o país e contra o povo português.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não apoiado!

A Oradora: As políticas praticadas são ao total arrepio do compromisso político que, em 2011, foi sufragado pelo povo português.

Todos/as nos lembramos que cortar o subsídio de férias era um disparate, aumentar o IVA seria um desastre e aumentar impostos nem pensar.

Tudo isto depois de intensa participação, nas negociações com o Partido Socialista, para acertar as condições contratuais com a Troika. E ninguém esqueceu a 'fotografia de família' e a festa que essas negociações representaram para o PSD.

Contudo, após as eleições, tudo mudou e a conversa do costume voltou: - 'A situação está tão má que, aquilo que dissemos há um mês, nada vale!'.

E logo deitaram mão de todo o arsenal disponível, para impor ao povo as novas políticas, ou seja, doses massivas de chantagem ('ou isto, ou o abismo'), o medo, a propaganda *ad nauseam* do 'caminho único', repetida por dezenas de comentadores, todos os dias, em passagem pelos meios de comunicação social, em especial, nas televisões.

O objetivo de toda esta chantagem era (e é) claro: - paralisar a revolta que tanta austeridade tem semeado, por cada lar do nosso país.

Mas o cúmulo da hipocrisia política, da manobra e do ilusionismo, é hoje lançado com outro objetivo.

O Presidente da República (garante máximo das políticas do governo de coligação), o PSD e o CDS – assim como todos os seus comentadores de serviço – apontam já as baterias para o dia final do Memorando da Troika.

Toda esta encenação levou mesmo Paulo Portas a inaugurar um relógio, em contagem decrescente, até ao dia em que o país deixará de estar sob a alçada da Troika.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É falso! É mentira!

A Oradora: Como é óbvio, estamos perante mais uma mentira derramada sobre o povo, a qual tem, como objetivo próximo, as Eleições Europeias,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

A Oradora: … que se realizam uma semana depois do relógio de Paulo Portas parar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não é verdade!

A Oradora: Dia 17 de maio, estamos livres da Troika – dizem – e, agora, tudo vai mudar. Conseguimos! – troará, aos quatros ventos, a atual e a futura coligação PSD/CDS. O objetivo deste cântico será procurar atenuar, no campo eleitoral, a resposta do povo, por todo o sofrimento e humilhação de que tem sido vítima.

A máquina de propaganda está toda virada para o dia 17 de maio, tentando esconder o que durante estes últimos meses, quer o PSD e o CDS, quer o PS, andaram a aprovar na Assembleia da República e na Europa, por forma a que, mesmo sem Troika, a política da Troika continue.

A verdade é que o dia 17 de maio não é o fim de coisa nenhuma mas, antes, a continuação desta política desastrosa.

Atempadamente, os troikistas…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Troikistas ou trotesequistas?

A Oradora: … já se preveniram, para continuar a extorquir o nosso povo e a servir de bandeja essa extorsão ao capital financeiro e aos grandes grupos económicos.

Como? – perguntarão. Assinando, à revelia do Parlamento Europeu, o chamado 'Tratado Orçamental',…

Deputado Francisco César *(PS):* Onde é que eu já ouvi este discurso?!

A Oradora: … o qual (como todos/as sabemos) aponta para uma dívida pública de 60% do PIB e um défice orçamental, num máximo de 0,5%.

Não estando, por enquanto, definidos os prazos para alcançar tais desideratos, é inegável que, no caso português e no que diz respeito à dívida, a meta é inalcançável. Mesmo o ex-ministro Vitor Gaspar afirmou, quanto ao problema da dívida que talvez, em quarenta anos, lá conseguíssemos chegar. Como diz o povo, balelas, isso sim.

No que concerne ao défice, todos/as sentimos, na pele, o que está a custar chegar aos 4%, mesmo com constantes medidas extraordinárias. Como poderemos continuar a mesma política para alcançar os 0,5%?

Mas, imaginando que lá chegaremos, como fazer em crises futuras? Não pagando subsídios de desemprego? Fechando a escola pública?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não havendo dinheiro para isso, é preciso fazer dívidas, Sra. Deputada!

A Oradora: Acabando com o Serviço Nacional de Saúde? Encerrando Universidades? Sendo a receita conhecida, quantas mais malfeitorias nos esperam?

Com o Tratado Orçamental, a vigilância da Comissão Europeia, sobre a nossa economia, tem novas formas de controlo e será, à partida, uma contínua prisão, emparedados entre o garrote da dívida soberana (impagável!) e o défice.

Aliás, este garrote já está em funcionamento, neste ano, com a aprovação de normas, pelo Parlamento Europeu, que podem implicar o corte de fundos

europeus, já em 2014, desde que os objetivos para a dívida e défice não sejam alcançados.

Contudo, o Tratado Orçamental não foi só aprovado pelo PSD e o CDS. Foi também defendido pelo Partido Socialista e o corte de fundos europeus juntou, no voto favorável, o eurodeputado Paulo Alves (do Partido Socialista/Açores) e a eurodeputada Patrão Neves (do PSD/Açores).

Afinal, o dia 17 de maio de 2014 não representa 'a boa nova', como nos querem fazer crer o PSD e o CDS, por mais relógios que inaugurem.

Trata-se, antes, de mais um embuste, com que querem sobreviver politicamente, derramando ilusões sobre a população.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Para o BE é com certeza!

A Oradora: Quanto ao Partido Socialista, que tanto se afirma detentor de uma política alternativa, perguntamos: - onde é que ela está?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está no Hollande!

Deputado Francisco César *(PS):* Está no Tribunal Constitucional!

A Oradora: Amarra-se, por opção, ao Tratado Orçamental; vota, desde já, o corte de fundos europeus, como uma espécie de treino para o que aí vem; e, por último, apresenta como saída da crise, uma mutualização negociada da dívida, quando não tem parceiros para ela. François Hollande, assim que ganhou as eleições, em França, rasgou todas as promessas…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A senhora é que elogiou!

A Oradora: … e o SPD assinou, com a Senhora Merkel, a recusa de outra política europeia, que não seja a atual.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A senhora até o elogiou!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila):* Sim, sim!

A Oradora: Duma penada, o Partido Socialista ficou sem parceiros para aquilo que anda a prometer aos/às portuguesas/as.

O alinhamento na hipocrisia política é, hoje, por demais evidente, nos partidos da troika.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila):* Uma até já foi parar ao hospital!

A Oradora: Uma imensa encenação é tudo o que resta, para iludir o povo, nestes próximos 4 meses.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Espelho meu, espelho meu!...

A Orador: Falar verdade; assumir que, para Portugal, só existe uma saída honesta que é reestruturar a dívida contra a vontade do capital financeiro; assumir um plano de desenvolvimento da nossa economia e mandar fora a austeridade estúpida.

Tudo isto está longe dos vossos horizontes. Primeiro, o capital financeiro, nem que seja contra o povo do nosso país.

Alternativa? – repetimos. Onde é que ela está?!

Disse.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é no Bloco!

Deputado Francisco César *(PS):* Uma parte dela está no Tribunal Constitucional!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar, naturalmente, por felicitar o Bloco de Esquerda/Açores pela sua recente Convenção…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Seja sério!

Deputado André Bradford *(PS):* Ainda não disse nada!

O Orador: …e também desejar sucesso para a nova liderança bicéfala…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tri...!

O Orador: … ou tricéfala, seja ela qual for. Achamos que é importante a voz do Bloco de Esquerda, o pluralismo da nossa Democracia e consequentemente, apesar das nossas divergências, que são muitas e conhecidas, naturalmente que o PS saúda esta nova fase do Bloco de Esquerda.

Sra. Deputada, para o Partido Socialista nunca esteve em causa a necessidade de fazermos um ajustamento. De facto (reconhecemos), negociámos e assinámos um documento que explícita e materializa, quer objetivos, quer algumas estratégias para serem seguidas num processo que (e nós, nos Açores, sempre chamámos a atenção) tinha que ter em conta, quer a intensidade, quer os destinatários deste processo de ajustamento.

Infelizmente não foi isso que foi feito. Como todos sabemos, apesar de algumas notícias recentes que dão um certo ar de algum sucesso da parte do Governo da República,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Fale do Hollande! Na vossa esperança! O salvador da Europa!

O Orador: … a verdade é que o país sofre uma situação muito grave e estamos perante um Governo da República que no essencial falhou.

O Governo da República vive este drama e o país, infelizmente, também, que é o facto de estar refém dos resultados. Este é o Governo que tinha orgulho na autoridade, que se considerava o bom aluno da austeridade e que fazia gala em ir além da troika.

Este é o grande problema, um governo que levou o país a uma situação muito mais grave, que piorou uma situação que já era má, num seguidismo acrítico a nível europeu e que, como disse o Dr. Paulo Portas a determinada altura (até citando o Abade de Silves – imagine-se! –"ao momento não nos ocorre outro caminho"), era um governo que assumia que o caminho era ir além da troika,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

O Orador: … uma postura acrítica e uma postura que levou o país para uma situação dramática.

É um governo que naquilo que era essencial desse ajustamento, na redução da dívida e na redução do défice, falhou.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Onde é que o senhor estava em 66?

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Estava na escola!

O Orador: Os indicadores assim o comprovam.

Portanto, este é um governo que, para além disso é insensível perante a Autonomia e subserviente perante a troika.

É o governo com o maior número de desemprego, maior dívida, mais impostos, menos direitos, menos crescimento e menos rendimento.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os senhores é que aceitaram a redução fiscal!

O Orador: Este é um balanço que, sinceramente, ninguém imaginaria nem desejaria.

O que é também essencial relembrar aqui, relembrar a todos os açorianos e a todos os portugueses, é que o governo que tinha orgulho em ir além da troika, não pode agora querer apresentar-se como o governo anti-troika.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isto é uma ilusão, é uma falácia e temos que alertar…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Alertem! Alertem!

O Orador: … todos os cidadãos para esta manobra de ilusionismo, como se começou de certa forma a ver no último fim-de-semana no Congresso Nacional do CDS-PP.

Este é o governo que parece que deixa aumentar o desemprego para depois se preocupar com os desempregados.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* O senhor está a falar dos Açores?

O Orador: Deixa falir as empresas para depois se preocupar em recuperar empresas.

Este é um governo que seguiu um caminho errado, um caminho acrítico e como referi tornou muito pior uma situação que já era má.

A Sra. Deputada pergunta qual é o caminho do PS e que alternativas apresentam o PS.

Sra. Deputada, eu não tenho tempo para expor aqui esta alternativa, mas posso dizer, como a Sra. Deputada muito bem sabe, que há várias medidas (nós também sabemos e temos orgulho disso) defendidas pelo PS a nível nacional que são inspiradas naquilo que o PS-Açores e o Governo Regional fazem.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não diga isso, olhe o desemprego!

O Orador: Portanto, nós não defendemos um ajustamento em que as prioridades são só aumentar impostos, cortar ordenados e atacar os funcionários públicos, os pensionistas e os reformados.

Este não é o caminho do PS. O PS é um partido de solidariedade, da justiça social.

Estamos aqui com confiança e com esperança, mas também trilhando um caminho que sabemos que é realista e exigente, propondo uma alternativa aos portugueses.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Pensei que a inspirarão vinha de França!

O Orador: O PS não virará a cara à luta.

Estaremos nesse combate e estamos convencidos que venceremos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, felicitá-la pela sua intervenção e sobretudo felicitá-la por ter angariado mais um deputado para a sua Representação Parlamentar, chamado José San-Bento.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O que aqui assistimos, hoje, foi a um ampliar e a um amplificar da declaração política do Bloco de Esquerda feita pelo Sr. Deputado José San-Bento, falando naturalmente a mesma linguagem, o mesmo estilo, que o Bloco de Esquerda aqui trouxe.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A mesma frustração!

O Orador: O que V. Exa. aqui fez foi aproveitar-se da declaração política do Bloco de Esquerda para fazer um ataque ao Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mais uma vez!

O Orador: O que V. Exa. não fez, porque não soube nem sabe fazer, foi a defesa do Governo Regional. Justificar, por exemplo, por que é que temos a taxa de desemprego mais alta do que a da República.

Deputado José San-Bento *(PS):* Não era isso que estava em causa!

O Orador: Explique lá por que é que na República há nove meses consecutivos a taxa de desemprego desce e aqui, há nove meses consecutivos, a taxa de desemprego sobe.

Sr. Deputado José San-Bento, justifique aos açorianos por que é que a taxa de desemprego nos Açores é superior à taxa de desemprego no Continente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José San-Bento *(PS):* Já foi justificado!

O Orador: É isso que o senhor tem que justificar e é isso que o senhor, cobardemente, não justifica.

Presidente: Sr. Deputado…

Deputado José San-Bento *(PS):* Pergunte ao seu governo. O senhor é que defende as políticas aplicadas pelo seu governo na República!

O Orador: Esconde aos açorianos a taxa de desemprego, que é alta, da responsabilidade única e exclusiva do seu partido e do Governo dos Açores.

É essa a Via Açoriana que o senhor não sabe defender, Sr. Deputado José San-Bento.

Relativamente ao diferencial fiscal foram os senhores que negociaram a redução de 20% do diferencial fiscal, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Francisco César *(PS):* Foram os senhores que votaram o fim do diferencial fiscal!

O Orador: Os senhores negociaram, os senhores assinaram, os senhores contrataram as condições. Aliás, até dizia Carlos César: "é um pequeno contributo de solidariedade da Região Autónoma dos Açores para com o Continente Português e o Governo da República".

Foram os senhores que aceitaram, foram os senhores que impingiram um aumento de impostos aos açorianos, Sr. Deputado José San-Bento. Era isso que o senhor tinha que vir aqui dizer.

Mais. Foram os senhores que aceitaram que se cortasse nas reformas mínimas, nas pensões rurais, através da proposta de José Sócrates no PEC III e no PEC IV.

Deputado Francisco César *(PS):* Que os senhores chumbaram!

O Orador: Foram os senhores que congelaram e nos Açores os senhores aplaudiram esse corte de pensões.

Deputado Joao Bruto da Costa *(PSD):* E louvando! Tecendo loas!

O Orador: Os senhores aplaudiram isso e o senhor estava aí, na bancada, aplaudindo, apenas preocupado com esse assento e com mais nada.

Sr. Deputado José San-Bento, ainda tenho mais para lhe dizer:

Eu tenho um líder nacional de que me orgulho!

Deputado Francisco César *(PS):* E essa posição é irrevogável!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Tem dias! Tem dias!

Deputado José San-Bento *(PS):* Nem uma palavra do Governo da República!

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Do seu líder nacional, Sr. Deputado José San-Bento, ninguém se orgulha, nem os senhores se orgulham dele, porque tiveram vergonha, quando ele veio aqui aos Açores.

Deputado Berto Messias *(PS):* Sra. Presidente!...

O Orador: Estão sempre fazendo oposição

Deputado José San-Bento *(PS):* Isso não é admissível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados

O Orador: Sra. Presidente, faz favor.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor de continuar a sua intervenção. Vamos cingir-nos ao debate.

O Orador: Diga?!

Presidente: Vamos cingir-nos ao debate que estamos a ter neste momento.

O Orador: Sra. Presidente, eu não estou a fugir ao debate.

Deputado José San-Bento *(PS):* Está, está!

Presidente: Eu não disse que estava.

O Orador: Eu estou a centrar-me no debate.

Presidente: Eu não disse que estava, Sr. Deputado.

O Orador: Quem falou primeiro em dirigentes nacionais, aqui, não fui eu. Foi o Bloco de Esquerda, foi o Partido Socialista, o que me dá total liberdade e total atitude para falar no dirigente nacional que eu quero e muito mais, no António José Seguro, Presidente do PS nacional,…

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros *(PS):* Secretário-geral!

O Orador: … que eu considero um incompetente para ser Primeiro-Ministro de Portugal. Não tem competência para ser Primeiro-Ministro de Portugal.

Um homem que de manhã diz uma coisa e à tarde o seu contrário…

Deputado Berto Messias *(PS):* Isso não é para si!

O Orador: … é efetivamente o seu espelho, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento *(PS):* E vou continuar a dizer!

O Orador: O senhor espelha-se em António José Seguro, na sua coerência e na sua competência.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado Rogério Veiros *(PS):* Secretário-Geral!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, Sra. Deputada Zuraida Soares pergunto se vai voltar a usar da palavra para encerrar o debate.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer a saudação que foi feita ao Bloco de Esquerda pelo Sr. Deputado José San-Bento. Acredito que são palavras sinceras, mas já agora queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que a ironia se possa dispensar quando se fala

em bicefalia ou tricefalia. Talvez se olharmos para o PS-Açores tenhamos um bom exemplo disso.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem lembrado!
Deputado Berto Messias *(PS):* Os senhores estão muito sensíveis! Não sei o que aconteceu nestes dias!
A Oradora: Portanto, agradeço a saudação. Dispenso a ironia.
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* As pessoas distinguem o cinismo!
Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares encerre este debate.
A Oradora: Para usar uma expressão popular, diria que a declaração política do Bloco de Esquerda falhava em "alhos" e as respostas que obteve, sobretudo (e tenho que o dizer) da parte do Sr. Deputado Artur Lima, foram "bugalhos estratosféricos".
Porquê "bugalhos estratosféricos"?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Porque a estratosfera costuma ser uma prorrogativa do Bloco de Esquerda.
Desta vez, o Sr. Deputado Artur Lima fez-nos uma companhia… Enfim, prestimosa!
Vejamos por quê?
O objetivo da declaração política foi, e todos/as entenderam, chamar a atenção dos/as açorianos/as para os próximos quatro meses que nos esperam, quatro meses que são antes das próximas eleições europeias.

E o que é que nos espera? – e tentámos dizer na declaração política e vamos novamente repeti-lo.

Espera-nos uma campanha absolutamente (volto a utilizar o termo) estratosférica, que o PSD e o CDS vai utilizar, afirmando que conseguiu recuperar a soberania de Portugal, reconquistar a portugalidade e mandar a troika embora.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É um facto! Eu sei que a senhora não queria isso!

A Oradora: Todos/as os/as açorianos/as vão estar confrontados com uma campanha política que eventualmente só terá paralelo ou na Batalha de Aljubarrota, ou no 1º de dezembro de 1640.

Os salvadores da Pátria!!!

O Bloco de Esquerda quer dizer aos/as açorianos/as que estes salvadores da Pátria foi o Governo que mais vendeu Portugal.

Presidente: Sra. Deputada, terá que abreviar, porque está a acabar o tempo.

A Oradora: Foi o Governo que mais humilhou os portugueses/as, e portanto os/as açorianos/as.

Foi o Governo que mais ultrapassou todas as políticas da troika.

Aquilo que temos pela frente é um verdadeiro embuste político e é bom que comecemos desde já a desmascará-lo, a denunciá-lo e a prevenir os/as açorianos/as para o que aí vem.

Para terminar, Sra. Presidente, deixar ficar a seguinte questão, e mais uma vez deixo a pergunta ao Partido Socialista:

Quando os dois eurodeputados dos Açores, do Partido Socialista Açores e do PSD-Açores, aceitaram que haja um corte, um policiamento dos fundos estruturais e da sua atribuição aos países que não cumpram as metas do Tratado Orçamental, a pergunta que eu faço aos/as açorianos/as, é esta:

Se não cumprimos o Tratado Orçamental a Europa corta aos Açores os Fundos para a lavoura, corta aos Açores os fundos para a formação e para a qualificação profissional, corta aos Açores os fundos para a investigação científica, corta aos Açores os fundos para a manutenção de uma pesca sustentável…

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: … corta aos Açores os fundos para a manutenção e o desenvolvimento dos transportes.

Ou seja, este Tratado foi votado pelo Partido Socialista.

Portanto, estas normas e estas penalizações foram também votadas pelo Partido Socialista.

A pergunta continua:

Onde é que está a alternativa se afinal as políticas que ficam depois da troika ir embora são exatamente as mesmas da troika, agora com o segundo aval do Partido Socialista?

Esta é a pergunta.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É o pacote de austeridade de Hollande!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Terminámos assim este período dedicado às declarações políticas.

Vamos entrar nas intervenções para Tratamento de Assuntos de Interesse Relevante. A mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Adoecer psiquicamente é sempre – atrevo-me a dizer – uma experiência de sofrimento. É descer à cave; não à cave onde arrumamos os brinquedos ou os livros antigos, mas à cave dos medos mais fundos, das dores mais pungentes.

Adoecer psiquicamente, em qualquer das suas expressões, pode configurar uma verdadeira viagem ao inferno. E qualquer um de nós, convençamo-nos disso, é um potencial passageiro. Cumpre-nos a todos, enquanto comuns cidadãos, instituições ou Estado, encurtar essa viagem (se não nos for possível cancelá-la), colocando a nossa energia num retorno que confira segurança, inclusão e bem-estar a quem se viu, por razões diversas mas invariavelmente duras, obrigado a uma tão dolorosa partida.

É, pois, cada vez mais necessário, cada vez mais urgente emprestarmos sempre nova luz a este tema!

A Organização Mundial de Saúde, em maio passado, forneceu-nos dados muito alarmantes, ao constatar que cerca de 350 milhões de pessoas deverão sofrer de depressão e que as doenças mentais representam 13% do total de todas as doenças do mundo (constituindo-se assim como uma das principais causas de incapacidade, se não mesmo a principal, nas sociedades atuais). Segundo o mesmo relatório, está previsto que a falta de produtividade decorrente das doenças mentais provoque, na União Europeia, uma quebra do PIB de entre 3 a 4%. Ou seja: hoje, mais do que nunca, a saúde mental deve ser encarada como uma prioridade de saúde pública, visto estarmos perante um problema que suplanta, em absoluto, a esfera do sofrimento individual, assumindo contornos tão mais graves quanto o grau de severidade da crise que atravessamos.

Acrescente-se que, segundo o relatório *Health at a Glance*, da OCDE, conhecido a 21 de novembro, a prescrição de antidepressivos em Portugal e Espanha aumentou 20% nos últimos 5 anos. O desemprego e a pobreza só tenderão, portanto, como os estudos apontam e como se nos afigura evidente, a piorar o cenário, potenciando descompensações psiquiátricas e favorecendo o aumento de quadros depressivos e de perturbações ligadas ao *stress*. Ora, os Açores, integrados que estão neste mundo em crise e neste Portugal sovado por

uma austeridade cega imposta pelo Governo da República, não podem, naturalmente, ficar fora do problema.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila)* **e Deputado Berto Messias** *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Estava a ir tão bem! Que falta de senso!

A Oradora: Mas podem, como está o Governo Regional a fazer, trilhar caminhos diferentes, tomar opções políticas distintas, que, consequentemente, contribuam para uma suavização do impacto das medidas nacionais de empobrecimento – através, por exemplo, da manutenção de apoios sociais, do alargamento da remuneração complementar (que todos desejamos venha a concretizar-se) e de um investimento público que procura ir ao encontro das necessidades de empregabilidade da população. Esta amenização de danos não anula os problemas das pessoas, mas refletir-se-á positivamente na vida dos açorianos, o que, por conseguinte, beneficiará (de forma indireta ou mesmo direta) a sua (a nossa) saúde mental.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta – porque intrinsecamente humana – é uma preocupação infatigável, que assumirá sempre a forma de um processo, de um gerúndio que se vai conjugando todos os dias.

Os Açores têm feito neste campo um longo caminho, contando sempre com parceiros fundamentais, nomeadamente as Casas de Saúde, que asseguram, desde há várias décadas, o internamento de pessoas com doença mental, e atuam, há alguns anos, na sua reabilitação psicossocial. Neste momento, encontram-se cerca de 640 pessoas internadas nessas instituições, em vagas comparticipadas pela Região (num montante anual aproximado de 9 milhões de euros).

Recentemente, foram inauguradas pequenas unidades de internamento de agudos nos Hospitais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, com capacidade para 8 camas cada, acompanhando diretrizes mundiais que aconselham a internar utentes agudos em Hospitais Gerais.

É também sabido que acompanhar essas diretrizes implica irmos abandonando, de modo progressivo, modelos essencialmente biomédicos, assentes sobretudo na farmacologia e na intervenção médica (com um investimento de grande monta no internamento), e progredindo, em comunhão com os parceiros, para um paradigma comunitário, que, para além de proporcionar uma estabilização clínica, reabilite a pessoa com doença mental aos níveis residencial, sociofamiliar e laboral.

São pois aqui essenciais todos aqueles que promovam ao utente e aos seus familiares um bem-estar abrangente – residências de transição, uma boa rede de CAO's na qual o Governo Regional tem feito um investimento considerável (veja-se, por mero exemplo, o que está a ser realizado pelo Governo Regional no CAO e Lar Residencial da Praia da Vitória ou a reinstalação da Aurora Social com a Associação de Autistas, que pretende ir, aliás, mais longe do que um simples CAO, entrando já na lógica da uma empresa de inserção social), empresas de inserção (como acabo de referir e que têm observado um incremento assinalável na Região), apoio domiciliário (estando, para o efeito, o Governo a estudar propostas de parceiros) e ainda o movimento associativo (de doentes e familiares), que tem, e muitíssimo bem, crescido na Região.

A este respeito, devo referir uma aposta formativa que o Governo Regional fará a breve trecho, trazendo à Região um curso da responsabilidade do Professor Álvaro Carvalho, Diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental, no âmbito da Psicoeducação para Famílias de Pessoas com Doença Mental Grave – com as evidentes repercussões, a médio e longo prazo, que iniciativas desta natureza proporcionam. Doentes e familiares dotados de ferramentas

biopsicossociais, transversais às suas necessidades e adaptadas à sua realidade, serão, forçosamente, cidadãos mais ativos, mais produtivos para a economia, mais intervenientes nos seus próprios processos, mais aptos a cumprir com os seus deveres e mais poderosos a reivindicar os seus direitos.

Muito está feito, é certo. Mas muito há ainda para fazer – como, aliás, fica expresso no Plano Regional de Saúde, que vem na senda do Plano de Ação para a Restruturação do Serviço Regional de Saúde, quando, no que concerne à Rede de Saúde Mental, se planeia "evoluir segundo o novo paradigma de tratamento e acompanhamento do doente mental, numa lógica de proximidade com a sociedade e com a família", colocando a tónica no "tratamento e integração dos utentes na sociedade" – sem que isso implique, naturalmente, desvio de cuidados aos internamentos que, por razões várias, tenham de continuar a inscrever-se num contexto de longa duração.

Assim, avançarmos progressivamente para aquilo a que um especialista na matéria, o Professor José Ornelas, chama a Era Pós-Hospitalar, implica um trabalho interdisciplinar e de apoio integrado aos utentes, já iniciado (e bem) na Região, mas que carece de consolidação. E nós cá estamos – e cá estaremos – para lutar por esse trabalho de concertação que exigirá grande lucidez de todos os intervenientes.

No entanto, apesar de sabermos que há passos importantes a dar, não posso deixar de referir, com alegria, que a Região conheceu ganhos extraordinários, de uma natureza, diria eu, essencialmente humanista, e que estão para além das infraestruturas (construídas ou por construir), das taxas e dos números, dos gastos ou dos investimentos (feitos ou por fazer).

Longe vai o tempo que aos doentes mentais dos Açores e aos seus familiares pouco mais era dado do que um muro alto, feito de solidão, medo e vergonha. Lembro-me de, na minha infância, e a mero título de exemplo, o "Egipto" (ou seja, como sabemos, a Casa de Saúde São Miguel) ser um sítio muito longe do

mundo. Pior: ser um sítio fora do mundo. Ou pior ainda: ser um sítio que não cabia no mundo.

Deputados Ricardo Cabral e André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Nos últimos anos (eu diria, por aproximação, que sobretudo na última década e meia), as casas de saúde, os doentes mentais e toda a rede de serviços que os apoia passaram a ser parte integrante deste mundo plural a que todos pertencemos, e já não um mundo à parte. Deve-se isto a uma certa evolução natural do pensamento, mas também ao empenho de todos os intervenientes, que contam com o apoio inquestionável do Partido Socialista e do Governo Regional, neste trabalho (constante, apesar dos progressos) de combate ao estigma associado à doença mental.

Gostaria de frisar ainda que falar de saúde mental é muito mais do que falar de doença mental, ainda que a inclua.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem, Sra. Deputada! Está a ouvir Sr. Secretário?

A Oradora: Intervir em saúde mental requer um amplo leque de atuação, no âmbito das prevenções primária, secundária e terciária. Ou seja: ao nível primário, promovendo a saúde e os estilos de vida saudáveis e prevenindo o desenvolvimento de processos de doença mental; ao nível secundário, detetando a patologia em estádios precoces, ajudando assim a reduzir a gravidade ou a reverter o processo; ao nível terciário, melhorando o curso de doenças mentais clinicamente assinaladas, reabilitando os seus portadores e reduzindo incapacidades. É também visando esta atuação, necessariamente multidisciplinar, que o Governo Regional decidiu contratar, até 2015, pelo menos um psicólogo para cada Unidade de Saúde da Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Para quê, senhora? Coitados dos açorianos!

A Oradora: E é igualmente com esse fito que se tudo fará para fixar nos Açores dois psiquiatras da infância e juventude. Ou seja, queremos que, de Santa Maria ao Corvo, não fique um doente mental por acompanhar,…

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … uma criança ou jovem por avaliar,…

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … um único açoriano a precisar de auxílio a este nível, de qualquer idade e de qualquer origem, por atender.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde Mental tem uma semântica própria, que necessita de recursos e de investimento, é certo, mas sobretudo de uma atitude social (da qual todos somos responsáveis) de grande humanismo. Num mundo que sucumbe a olhos vistos, naufragando que vai em lógicas tecnocráticas e estéreis, cabe-nos a tarefa, exigente mas possível, de lutarmos, todos nós (governo, partidos políticos, instituições, associações, profissionais ou comuns cidadãos), para que essa gramática e esse léxico tão especiais integrem, em definitivo, o dicionário das nossas vidas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Segue-se agora um período de esclarecimentos. Quem quiser prestar o formular pedidos de esclarecimento deve inscrever-se de imediato. Dispõe de 3 minutos para fazer o esclarecimento.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sr. Secretário, o que tem a dizer? E o Plano Regional de Saúde?

Sra. Deputada, eu não tenho tempo!

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Mas há quem tenha!

Presidente: Não havendo vamos passar à segunda intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A térmita de madeira seca, **Cryptotermes brevis**, constitui atualmente a praga urbana mais importante nos Açores, cujos impactos económicos e patrimoniais têm suscitado uma preocupação considerável junto de muitos cidadãos e da comunidade científica.

As térmitas chegaram aos Açores há algumas décadas, encontrando-se atualmente bem estabelecidas em várias cidades e temendo-se que se alastrem nos próximos anos a todo o arquipélago. A sua deteção oficial só se deu em 2002, numa fase em que a praga já ocupava extensas áreas das cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Hoje em dia, a praga das térmitas estende-se, e é monitorizada, em Angra do Heroísmo, Praia da Vitória (com o caso das térmitas subterrâneas em Santa Rita), Ponta Delgada, Horta, Vila do Porto, Calheta de São Jorge e Lajes do Pico.

É assumido pelos investigadores e entidades mais diretamente ligados a esta temática que o controlo das térmitas nos Açores implicará uma ação concertada

entre cidadãos, empresas de desinfestação, vários sectores do Governo, municípios e investigadores.

No entanto, apesar da importância no contexto regional e nas políticas de requalificação urbana e de ordenamento do território que a praga das Térmitas assume, graça na comunidade em geral (e na comunidade científica em particular) um sentimento de impotência que acompanha as iniciativas de divulgação do risco e das estratégias de controlo a implementar, em face do fraco impacto produzido junto das populações e, principalmente, junto do poder político.

Em entrevistas ao jornal "Correio dos Açores" foi o investigador e também deputado Paulo Borges que assumiu que há edifícios, incluindo edifícios públicos e históricos, em risco de ruir e que não se combate as térmitas por falta de dinheiro…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Mais, assumiu que as térmitas nos Açores estão sem controlo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É uma vergonha!

O Orador: O Teatro Angrense é um dos mais elucidativos exemplos de um edifício público e histórico, onde o combate às térmitas não foi feito e onde o risco de ruína é uma realidade que já conduziu ao encerramento da mais nobre sala de espetáculos da cidade Património Mundial.

Ora este não deveria ser o motivo de inação das entidades governativas numa região onde o Governo Regional propagandeia constantemente o equilíbrio e a saúde das suas finanças. Daí que também não se compreenda nem se aceite que no Plano e Orçamento regionais para 2013 houvesse uma dotação de apenas 36800 € para combate às térmitas no todo regional …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: … e que essa verba tenha sido reduzida (imagine-se!) para 32 880 € no Plano e Orçamento para 2014. É uma proeza do governo…

E aqui, por muito que o Partido Socialista queira, não há a mínima hipótese de culpabilizar o Governo da República pelo que quer que seja! As responsabilidades são do Governo Regional.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O Investigador e deputado Paulo Borges, noutra entrevista ao mesmo jornal que há pouco referi, assume que não está a ser feito um ataque às térmitas nas vilas e cidades açorianas, mas apenas está a ser realizado um plano de monitorização para tentar perceber qual o padrão de desenvolvimento da praga. Uma espécie de "Big Brother" das térmitas que não tem nenhum tipo de "transfer" para a população nem para a imediata intervenção que um cada vez maior número de imóveis requer nos Açores, sem que os seus proprietários tenham, na maioria dos casos, capacidade para assumirem sozinhos as despesas das obras a efetuar.

Continuando a utilizar as palavras do investigador e deputado Paulo Borges, "o ataque à praga tem de ser feito com um combate efetivo de erradicação, casa a casa, e esse trabalho não está a ser feito nos Açores neste momento". "Nunca houve um processo concertado de ataque às térmitas nos Açores".

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: A última iniciativa, isolada, de combate à praga das térmitas foi realizada por uma empresa austríaca na ilha Terceira, recorrendo a uma técnica que faz uso do calor húmido.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tem de dizer onde. Na secretaria do…?

O Orador: Infelizmente, a intervenção em causa resumiu-se à desinfestação do edifício onde estão instalados os serviços da Secretaria Regional do Ambiente, então tutelada por Álamo Meneses e por aí se ficou.

Podemos dizer que a ação do anterior responsável pela problemática das térmitas na governação regional se ficou pela desinfestação de casa própria.

Os investimentos necessários para que a empresa austríaca já referida venha para uma ilha dos Açores tratar casas infestadas por térmitas atinge os 140 mil Euros, valor incomportável para os particulares e que supera, em muitas ocasiões, o custo das obras de reabilitação dos imóveis afetados, sobretudo num período de crise como aquele que hoje vivemos.

Enquanto se vive de impasses, os anos passam, a praga alastra-se e a situação piora, tornando cada vez mais difícil, senão impossível, erradicar as térmitas.

Faltam as orientações urbanas, orientações dos proprietários, faltam os meios, quer das populações quer do Governo Regional, e falta, sobretudo, o apoio financeiro das entidades públicas, muito especialmente do Governo Regional, porque as técnicas de combate à praga existem e têm um custo.

A ver pela dotação orçamental que este governo consagrou para a problemática das térmitas, podemos assumir que este governo não leva a sério este problema.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Relembro o valor de 36800 € nos documentos previsionais para o ano de 2013 e os 32 880€ para 2014, para dividir pelas 9 ilhas dos Açores.

Os prejuízos para o parque habitacional dos concelhos afetados pelas térmitas, a curto, médio e longo prazo, são da ordem de muitos milhões de euros. Estamos perante uma situação com contornos de "sismo silencioso" com todos os custos sociais e patrimoniais daí decorrentes.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Um sismo tão grave como o de 1980 em Angra ou o do Faial em 1998.

A ausência de uma estratégia de combate à praga e de apoio aos moradores atingidos, tem conduzido a um crescente despovoamento dos centros das cidades e vilas afetadas, simplesmente porque os particulares não conseguem arcar sozinhos com o custo do combate à praga e recuperação dos imóveis.

Para além do que já foi dito, verifica-se que nos Açores não há operadores licenciados para a eliminação valorização ou sequer transporte de resíduos infestados por térmitas. Apenas existem operadores licenciados para a eliminação de madeiras.

As madeiras infestadas por térmitas apenas podem ter como destino o depósito em aterro, especialmente licenciado para receber resíduos infestados por térmitas, a entrega a um operador licenciado para o seu transporte e tratamento, a valorização energética em instalação licenciada, ou a queima em local adequado, conforme legislação em vigor. Tais condições não existem na Região.

A deteção oficial da praga das térmitas nos Açores deu-se em 2002, numa fase em que a praga já ocupava extensas áreas das cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Pelo menos desde setembro de 2004, o Governo Regional admite ter conhecimento do problema da infestação dos imóveis por térmitas,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E a Câmara de Angra!

O Orador: … tendo nomeado para o efeito, um grupo de missão para estabelecer um programa de combate à praga.

A 29 de novembro de 2004, o referido grupo de missão entregou o relatório com as medidas a adotar na Região.

Quase um ano depois, em julho de 2005, foi publicada legislação para atribuição de apoios financeiros, a qual só em outubro desse ano foi regulamentada.

Só em 31 de janeiro de 2006 o Governo Regional anunciou a abertura do período de candidaturas.

Passado este tempo, constata-se que o processo desencadeado pelo Governo Regional é lento, penaliza a classe média e as famílias numerosas, que os apoios

existentes são insuficientes e que tudo isto desincentiva as famílias a apresentarem candidaturas.

Volto a lembrar que 32 880 euros é o que está no Orçamento e não dá para o combate às térmitas nos Açores.

Nas térmitas, tal como em tantas outras áreas da governação socialista, infelizmente, fazem-se estudos, produzem-se declarações nos órgãos de comunicação social, criam-se grupos disto e daquilo e, por momentos, há a ilusão de que algo está a acontecer.

O grupo criado em 2004 pelo Governo Regional definiu um plano de ação contra as térmitas composto por 19 medidas. Sensivelmente nove anos depois, apenas seis dessas 19 medidas foram concretizadas e três delas prendem-se com a realização de estudos e com a divulgação dos seus resultados.

O portal "SOS Térmitas", mantido por investigadores da Universidade dos Açores especializados na área, elenca as recomendações feitas na altura e que ficaram pelo caminho.

Deputado Berto Messias *(PS):* Que saudades que eu tenho da câmara!!!

O Orador: O programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Regeneração Urbana para 2014 tem uma dotação de 8 425 381€. Não se podem incluir aqui os edifícios afetados pela praga das térmitas, eventualmente com medidas de majoração? Ou estamos condenados ao gozo, porque não é outra coisa, dos 32 880 € previstos no Orçamento?

As medidas que este Governo implementou, no que diz respeito aos apoios para as pessoas com casas infestadas, pecam por serem escassas, por terem uma carga burocrática excessiva e por terem como alvo uma franja da população que não é aquela que é proprietária dos imóveis em questão. Acabam por ser "não apoios".

Da parte do Governo Regional, de 2004 até agora (10 anos!), muito pouco foi feito. As térmitas, essas, não param e são muito competentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Deputado Luís Garcia *(PSD):* O professor Paulo Borges recebeu instruções para ficar caladinho!
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Tantas entrevistas que dá e agora fica calado!
Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos por agora…
Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.
Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Mas não tem tempo!
(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A Sra. Deputada Catarina está muito preocupada com o meu tempo,…
Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* O senhor é que disse que não tinha tempo para intervir!
O Orador: … mas quem gere o tempo é a Sra. Presidente e o Sr. Secretário. Eu tenho um minuto e meio. Julgava eu que não tinha tempo.
Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.
O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:
É absolutamente inimaginável que perante um problema seriíssimo destes, talvez dos problemas mais sérios de destruição do parque habitacional dos

Açores, a bancada do PS e o Governo relativamente a isto fiquem em silêncio. Deve ser com o silêncio que querem matar as térmitas…

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

… mas pelos vistos elas não morrem de silêncio, nem sequer com barulho.
Era bom que acontecesse como no passado onde já tivemos aqui entendimentos entre o PS e o Governo, com um programa de combate às térmitas que deu os seus frutos, uma proposta do CDS-PP que foi aqui feita num Plano e Orçamento, que funcionou, e que infelizmente foi alterada na anterior Legislatura pelo anterior Secretário do Ambiente.
Além do mais, foi aqui afirmado que o combate às térmitas passaria sobretudo por uma questão dos municípios, deviam ser as câmaras a tomar as rédeas desse combate. Esperamos agora que o novel Presidente da Câmara de Angra …
Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!
Deputado Berto Messais *(PS):* Os senhores não perdoam os angrenses por não vos terem deixado ganhar as eleições!
O Orador: … inicie esse combate às térmitas e erradicação das térmitas no concelho de Angra do Heroísmo.
O que aqui também foi dito no passado e em resposta a um requerimento …
Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar. Agradeço que abrevie.
O Orador: Eu já vou terminar Sra. Presidente.
… que aqui tenho, que foi feito por nós em 2007, em que colocávamos o dedo na ferida sobre o controlo das madeiras entradas nos Açores, o Governo garantiu que era feito o controlo sanitário dessas madeiras e que depois as madeiras com térmitas eram também destruídas devidamente.
Tudo isso é falso. Não se faz nada disso, seis anos depois.

Por isso é que o problema em vez de diminuir aumentou e a responsabilidade é única e exclusivamente do PS e do seu Governo.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado Francisco César *(PS):* Menos as térmitas!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto eu fico pasmado pelo silêncio da bancada do PS e do Governo.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Não me diga!

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor está pasmado é com o resultado das eleições para a Câmara de Angra!

O Orador: Não.

O que se passa com a questão das térmitas nesta Região é de tal forma grave e foi um assunto de tal forma importante para a campanha eleitoral deste Governo que está agora em funções, deste PS que ganhou as eleições e tem esta maioria na Assembleia Regional,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E estes deputados!

O Orador: … que foi convidado para integrar as listas do PS, pela Ilha Terceira, o maior especialista que a Região tem em térmitas, que é o professor Paulo Borges, Deputado do PS, que está ali sentado e não abre a boca porque não o deixam.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem! É isso que tem que ser dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O maior crítico daquilo que têm sido as políticas de térmitas do Governo Regional e do PS está ali sentado, é o professor Paulo Borges e fala do que sabe.

Portanto, quando foi o nº. 3 da lista do PS pela Ilha Terceira, foi um claro sinal às populações de que o problema das térmitas iria ser tratado por quem sabe.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila):* Mais azia!

O Orador: A população fica à espera das propostas, do saber e da mais-valia que é a maior capacidade e a maior eminência científica da região em térmitas, para que dê o seu contributo sobre esta matéria. Apenas temos o silêncio.

Mais uma vez isto só significa uma coisa, é que os senhores são especialistas em enganar os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Seja bem-vindo!

(*) **Deputado Paulo Borges** *(PS):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre um prazer falar com os colegas aqui do Parlamento sobre esses assuntos tão importantes para a região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É um prazer para si, mas não é para a sua bancada!

O Orador: De facto tento diferenciar o que é que é o desenvolvimento da investigação nesta área da componente de intervenção política e logística sobre esta temática.

Neste momento podemos considerar que desde 2002 foram realizados vários passos muito importantes para a gestão das térmitas nos Açores. É verdade que os meios financeiros necessários para controlar a térmita da madeira seca na região são ainda muito insuficientes, …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Mas o Governo não dá!

O Orador: … mas também é verdade que existiu nos últimos dois ou três anos, fortes concertados entre vários municípios da região e a Universidade dos Açores …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O Governo desmente totalmente!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Quais?

O Orador: … para desenvolver temáticas de comunicação de risco e educação das populações, com distribuição de armadilhas, para que as pessoas dentro das habitações pudessem saber como controlar a expansão da térmita.

Também é verdade que estão a ser negociados projetos ambiciosos …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Para quê? Não são postos em prática!

O Orador: … para instalar na Região novas tecnologias para controlo das térmitas, mas não posso estar aqui a apresentar detalhes, porque são fases de negociação e não se pode ainda nesta fase adiantar detalhes.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O que é que o senhor sabe que nós não podemos saber?

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Os projetos não são confidenciais!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O que é que o senhor sabe que a gente não pode saber, Sr. Deputado? Negócios por debaixo da mesa!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues *(PS):* Não se estique!

O Orador: Quero salientar um outro aspeto importante. A verba que está inscrita no orçamento para este ano é para erradicar a térmita subterrânea na Praia da Vitória, através de uma parceria entre a Câmara Municipal da Praia da

Vitória, a Universidade dos Açores, o LNEC e uma empresa espanhola. Esta verba é pequena porque a área em causa é pequena, uma área muito pequena.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É um gabinete!

Presidente: Sr. Deputado agradeço que abrevie.

O Orador: É a primeira vez na Região que se tem um projeto tão ambicioso como este de tentativa de erradicação de uma térmita. O projeto vai iniciar-se em 2014. Em breve irá haver uma visita da empresa espanhola e do LNEC à Praia da Vitória para iniciarem-se esses trabalhos.

Portanto, propriamente, não estamos parados.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E as térmitas também não!

O Orador: O Governo Regional tem estado a acompanhar esta situação.

É verdade que para se avançar de forma mais agressiva…

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Ele não ouve!

O Orador: … e ambiciosa, são necessários outros fundos, mas iremos continuar a desenvolver esforços para nos próximos anos cativar verbas para esse tipo de atividades.

Também está a ser discutido um projeto de comunicação/risco muito ambicioso entre a Universidade dos Açores e várias outras entidades, que não posso também nesta fase adiantar mais detalhes, …

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: … mas em breve iremos ter novidades neste aspeto.

Gostaria de agradecer as intervenções dos Srs. Deputados, porque essas questões devem ser debatidas e de facto é importante que aqui se faça esse debate.

Deputado António Parreira *(PS):* Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro pede a palavra para?

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Para um esclarecimento.

Presidente: As inscrições são feitas logo a seguir à intervenção.

Portanto, deduzo que …

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Mas a intervenção é dele!

Presidente: Tem dúvidas em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Borges?

Tem a palavra. Três minutos.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta interessante mas pouco esclarecedora explicação do Deputado Paulo Borges, porque de facto quanto às casas que estão a cair, às necessidades dos proprietários e às necessidades de reconstrução efetiva das mesmas casas, dos mesmos edifícios, não foi dito nada, vou citar alguns dos títulos de publicações em jornais e em outro tipo de fóruns do professor Paulo Borges:

"Térmitas sem controlo devido a inércia das entidades responsáveis". Diário do Campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores.

"Não se combate as térmitas por falta de dinheiro". Correio dos Açores, 21 de junho de 2013.

Antes.

Deputado José Ávila *(PS):* E depois?

O Orador: Julho de 2009: "Paulo Borges diz ao Diário Insular que chegou o momento decisivo no combate às térmitas, acreditando ser o momento decisivo em que o Governo e autarquias iriam agir". Julho de 2009.

Em 2013 já diz que a erradicação das térmitas é impossível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

"Tem-se feito estudos e tem-se colocado armadilhas".

Pois, parece-me que a armadilha é a política do Governo para as térmitas, para os Açores.

O Sr. Deputado falou numa data de projetos que estão em curso e iniciativas que não pode explicar agora, questões quase secretas…

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Não é bem isso! E o Sr. Deputado sabe!

O Orador: Sr. Deputado, eu vou exprimir aqui um desejo e uma esperança: espero que essas iniciativas que estão em curso não sejam projetos que vão financiar um certo centro de investigação científica na Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Ávila *(PS):* Estilo terrorista político!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, sabe muito melhor do que eu que quando se está a negociar projetos não se pode anunciá-los antecipadamente. Aí nesse aspeto não vou adiantar mais.

Em relação às questões científicas, desde 2002 que sempre se disse que era impossível a erradicação da térmita em madeira seca nos Açores. Isso não é novidade.

A erradicação das térmitas subterrâneas, essa sim é possível e há um projeto, como referi há pouco, que vai iniciar-se na Praia da Vitória e esperemos que, se

o exemplo correr bem, possamos na cidade da Horta, onde existe outra térmita subterrânea, pensar num projeto para a cidade da Horta.

Em relação à térmita da madeira seca o que é possível é controlar a praga com medidas de comportamento humano (as pessoas saberem como gerir a praga na sua habitação) e com tecnologias adequadas para a erradicação dentro de cada habitação. Não na cidade, no seu conjunto, porque embora seja possível teoricamente, tem que compreender que será logisticamente impossível fazer abandonar toda a população da cidade de Angra, ou de Ponta Delgada, das suas habitações e fumigar cidades inteiras.

É possível tecnicamente. Logística e realisticamente é impossível.

O que será, na minha opinião, de considerar é que uma questão é a visão científica do problema e outra são as possibilidades, a cada momento, que os municípios e o Governo Regional terão para investir num problema que é complexo e que importa custos enormes.

Também é verdade que a tecnologia mais eficaz e mais barata para combater esta térmita é, em termos ambientais, em termos de saúde pública, impossível de aplicar nos Açores, que é o caso da fumigação. Isso foi demonstrado cientificamente há alguns anos.

Continuamos a esforçar-nos para que a tecnologia do calor possa ser aplicada nos Açores com preços competitivos e adequados para as populações.

É nesta área que continuamos a trabalhar e esperamos em breve poder ter mais informação sobre a questão.

Não vale a pena estarmos aqui com uma espécie de debate que não faz sentido em termos de ataque quase pessoal,…

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: … porque o que importa aqui é resolvermos o problema com critérios científicos adequados e não estar a avançar com questões que não fazem sentido neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas então é científica ou é comportamental?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Borges, eu queria esclarecer desde já que não há nada aqui de pessoal, nem de ataque pessoal.

Deputado José Ávila *(PS):* Agora cá! Como se a gente não o conhecesse, Sr. Deputado!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Agora não nos vamos demitir do que é que cada um disse, do que é que cada um declarou, do que é que é o seu passado e as suas responsabilidades. O facto de isso ser aqui debatido não faz com que seja um ataque pessoal.

Portanto, queria já esclarecer em primeiro lugar esse ponto.

Deputado José Ávila *(PS):* Se for para falar do passado, temos muito que falar. Nunca mais acaba! Temos livros!

O Orador: Em segundo lugar também gostaria de dizer à câmara que fiquei esclarecido com as intervenções do Deputado Paulo Borges: quanto mais o Sr. Deputado Paulo Borges explica, mais a gente percebe que não é para fazer nada.

Terceiro, não fiquei esclarecido, porque o Governo se manteve em silêncio, é o que é que o Governo vai fazer no combate às térmitas da Região com 32 880 euros que constam do Orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sra. Presidente, para uma interpelação.

Para pedir a V. Exa., e até aproveitando as palavras do Sr. Deputado Luís Rendeiro sobre "não se fazer nada", que distribuísse por todos os colegas as propostas de alteração no último Plano onde segundo sei não consta ação nenhuma, nem proposta nenhuma sobre o combate às térmitas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Já se esgotaram os argumentos!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Berto Messias *(PS):* Prescinde!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Mais uma vez a censura!

(Apartes inaudíveis da câmara)

(*) **Deputado Paulo Borges** *(PS):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A investigação feita na Universidade dos Açores e no LNEC sobre a questão das térmitas é, como deve concordar pelos projetos que são públicos dos últimos anos, uma investigação séria e em todas as situações os resultados foram tornados públicos. Nós sabemos quais são as dificuldades técnicas e logísticas associadas a este problema.

Portanto, nada nesse aspeto é segredo.

Também sabemos que ao longo desses últimos anos muitas das expetativas que havia para, rapidamente e de forma comportável economicamente, combater a praga, não foram possíveis de avançar por questões puramente técnicas.

Consequentemente, penso que não é justo referir que nada está a ser feito. Em todos os momentos o investimento que foi feito na Universidade dos Açores foi eficazmente utilizado e com relatórios públicos.

Só queria que ficasse claro, principalmente perante a sua última insinuação do financiamento do centro de investigação, que esse centro de investigação, grande parte do seu financiamento, é com projetos internacionais, nacionais, competitivos, que nada tem a ver com as térmitas.

Portanto, acho que a sua insinuação foi demasiado injusta.

No relatório que disponibilizámos recentemente sobre este centro de investigação está tudo muito claro e o impacto do financiamento das térmitas nessa investigação é mínimo e não tem nada a ver com o nosso tipo de trabalho principal.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que quando olhei para o Sr. Deputado Berto Messias a pedir para o Sr. Deputado Paulo Borges prescindir da palavra…

Deputado José Ávila *(PS):* Isso é uma coisa que o senhor não pode fazer!

O Orador: … lembrei-me imediatamente daquele célebre vídeo em que o tradutor árabe quer controlar o que o senhor treinador Vítor Pereira queria dizer a respeito da equipa.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

O Orador: Ele não foi politicamente correto naquela oportunidade. O treinador Vítor Pereira queria dizer que aquele jogador que referiu não estava a trabalhar.

O Sr. Deputado Paulo Borges, com a sinceridade que todos nós lhe reconhecemos, também está a dizer aqui a mesma coisa, é que o Governo Regional nesta matéria não está a fazer aquilo que deve. Não está a fazer aquilo que deve!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Mas o que é que isso tem a ver com o tema?

O Orador: Portanto, o tradutor da bancada do PS queria calar aqui o treinador nesta matéria.

Mas o que devo dizer é que ficou provado, pela descrição que aqui foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Borges, que de facto o esforço que está a ser desenvolvido nesta matéria não é nem de perto nem de longe aquele que é necessário para minimizar esta questão. Ficou absolutamente esclarecido.

Mas mais do que isso: ficou esclarecido do ponto de vista técnico, do ponto de vista logístico, do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista parlamentar também ficou provado, porque o Governo Regional tinha obrigação de estar presente neste debate …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Nem mais!

O Orador: … que o responsável por esta área, quando é interpelado por um Deputado desta casa, tem obrigação de vir a debate …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … e tem a obrigação de aqui explicar que não é assim, ou estamos a fazer isto ou não estamos a fazer.

Agora o Governo Regional ficar calado nesta matéria é que não é aceitável. Não está a cumprir, até do ponto de vista parlamentar, aquele que é o seu dever para resolver esta questão …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … e prestar os esclarecimentos que deve a esta casa. Fugir do debate não é aceitável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto a minha intenção com esta intervenção era realçar aquilo que já foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eu interpelei diretamente o Governo, no sentido de me explicar o que é que vai ser feito na RAA no combate às térmitas com 32 880 euros que é a verba que consta do orçamento e o Governo não me respondeu.

Portanto, como diz o povo "quem cala consente".

Nós vamos assumir que não vai ser feito nada que não tenha sido feito até agora.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Agora sim não há mais inscrições. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.
Regressamos às quinze com a agenda.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

A Representação Parlamentar do PCP requereu a apresentação de uma iniciativa ao abrigo do artº. 81º. do nosso Regimento, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para **apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – "Cria o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final - Ecotaxa",**
Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?
Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, estava em debate uma proposta da Representação Parlamentar do PPM.
Tenho dúvidas que, do ponto de vista regimental, se possa fazer a apresentação sem a conclusão deste debate.
Deputado Lizuarte Machado *(PS):* A apresentação de diplomas faz-se no início da Agenda!
Presidente: Como é praxe que a apresentação seja feita ao início da Agenda da Reunião, a agenda vai recomeçar agora, independentemente de estarmos a meio de um ponto ou não, mas da minha parte não vejo inconveniente em se discutir e concluir o ponto 5 e depois fazermos a Apresentação.
Portanto, deixo isso à consideração da câmara.

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Isso é uma decisão regimental!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, da parte do PPM consideramos que seria melhor concluir o debate que estamos a realizar. Seja como for deixo essa decisão à Sra. Presidente, o que considerar mais adequado.

A questão regimental é que o debate tem que terminar.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Não! Antes da ordem de trabalhos, faz-se as apresentações!

Presidente: A questão que se coloca é que tem vindo sempre a ser praxe que as apresentações eram sempre feitas ao início da agenda.

Por isso é que a agenda recomeça no ponto em que estávamos.

Parece-me que poderemos então avançar com a apresentação.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Subimos a esta tribuna para apresentar uma proposta que, cremos, será marcante para o futuro dos Açores: A criação de uma ecotaxa a incidir sobre os sacos de plásticos descartáveis distribuídos no comércio a retalho.

Será uma proposta marcante sobretudo no plano ecológico. Através da imposição de um valor simbólico por cada saco de plástico distribuído, iremos conseguir significativas reduções em termos quer da importação deste material, quer na redução de um resíduo que é muito problemático a nível ambiental.

O plástico, e concretamente os sacos de plástico são um resíduo especialmente complexo, desde logo pelos graves danos ambientais que podem provocar quando são libertados no ambiente natural e, em especial, nos ecossistemas marinhos, onde são responsáveis pelas mortes de milhões de peixes, tartarugas, aves e mamíferos marinhos, penetrando na cadeia trófica, com impactos que são difíceis de calcular. Para uma Região marinha como os Açores, esta não pode deixar de estar no topo das nossas preocupações.

Também a reciclagem dos sacos plásticos oferece problemas. É um processo de discutível sustentabilidade, tendo em conta a quantidade de energia que exige e a quantidade de gases de estufa que liberta e, no nosso caso, nos Açores, provoca custos, financeiros e ambientais agravados, em termos da sua recolha, triagem, processamento e exportação.

Ao reduzirmos a quantidade deste resíduo estaremos não apenas a contribuir para o bom estado de conservação do nosso ambiente, mas também a reduzir a despesa pública para os Municípios e para a Região, em termos dos sistemas de recolha e reciclagem de resíduos.

E reduzir é aqui uma palavra importante. Podemos e devemos melhorar a forma como tratamos os nossos resíduos. Mas a primeira prioridade tem de ser a sua redução, como aliás é defendido, e bem, no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA).

Pois é justamente reduzir a quantidade deste resíduo que a nossa proposta pretende em primeiro lugar. Pretendemos reduzir a utilização de sacos de plástico no comércio a retalho através da introdução de uma taxa de valor simbólico, mas de significado profundamente pedagógico, recordando que as nossas decisões individuais têm custos e consequências que têm de ser suportadas por todos. Por isso lhe chamámos: Ecotaxa.

A introdução duma taxa deste tipo é largamente consensual nesta Assembleia, …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não é, não é!

O Orador: … como ficou provado no relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares de Ambiente e Trabalho, e na discussão subsequente, sobre uma petição apresentada por um conjunto de cidadãos em relação a este assunto. Pois aqui estamos a afirmar a esses cidadãos que a sua iniciativa teve consequências e que o consenso que se gerou em torno da ideia de introduzir

uma taxa sobre a utilização de sacos de plástico deve converter-se em ação concreta.

Se, de certa forma, a discussão sobre SE devemos ou não introduzir uma Ecotaxa está ultrapassada, temos agora de abordar o COMO é que introduzimos uma Ecotaxa.

Naturalmente que uma medida deste género tem um elevado grau de complexidade. Aliás, a solução que propomos passa pela Região utilizar, cremos que pela primeira vez na história da Autonomia, a sua competência para lançar taxas de âmbito regional, o que por si só, exige uma cuidada avaliação e compatibilização com o quadro legal existente. Mas sabemos que, existindo a mesma vontade política que se manifestou na discussão da petição, todos estes obstáculos serão ultrapassáveis e será possível construir uma peça legislativa consensual, assertiva e eficaz.

Pela nossa parte, estamos inteiramente disponíveis para esse consenso e a nossa proposta está em aberto em relação aos métodos, modos e formas que propõe. Do que não abdicamos, nem abdicaremos, é do seu objetivo essencial, reduzir o uso de sacos de plástico descartáveis na Região Autónoma dos Açores.

A ser aprovada, a nossa proposta só entrará em vigor a 1 de Janeiro do ano de 2015, o que dará certamente tempo suficiente não só para que se encontrem as melhores soluções legislativas, como também para que se realizem as necessárias campanhas de esclarecimento e informação a consumidores e comerciantes, garantindo o sucesso da iniciativa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra ainda sobre as receitas geradas com a introdução da Ecotaxa: Embora o princípio da não-consignação nos impeça de limitar o poder orçamental que reside apenas nesta Assembleia e atribuir de forma automática um destino específico a essas receitas, a verdade é que estamos convictos que

devem ser utilizadas sobretudo para aliviar os Municípios açorianos das pesadas despesas que têm de suportar e melhorar os sistemas de recolha e processamento de resíduos. Na opinião do PCP, era importante que se gerasse um firme compromisso político de fazer reverter para eles uma parte substancial das receitas da Ecotaxa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pretendemos usar a nossa Autonomia para proteger o património ecológico que pertence às futuras gerações de açorianos. Queremos elevar o perfil ambiental da nossa Região, e fazer com que os Açores façam a sua parte na solução de um problema que é planetário. Queremos, antes de mais, reduzir a utilização de um resíduo poluidor e destrutivo e dar também o exemplo, a nível nacional, de coragem e decisão na proteção do ambiente e na salvaguarda do futuro comum.

Este é o caminho. Um caminho que pode ser trilhado em conjunto, por isso um desafio: Venham connosco!

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Abre-se agora um período de pedidos de esclarecimentos.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires queria só fazer-lhe uma pergunta, tendo em conta aquilo que está no texto da sua proposta: qual foi a fundamentação que utilizou para definir os cinco cêntimos como valor da Ecotaxa e não um outro valor qualquer?

Portanto, gostaria que me explicasse de modo mais simples possível qual foi a fundamentação para definir esse valor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento para depois o Sr. Deputado Aníbal Pires poder responder a todos.

Não havendo tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, pareceu-nos que menos que cinco cêntimos era um valor pouco relevante e os cinco cêntimos não constituem um acréscimo, digamos, significativo ou muito pesado para os cidadãos.

De qualquer forma o efeito da medida pretende ser no essencial pedagógico, mais do que contributivo. Não é uma penalização. É mais no sentido pedagógico.

Portanto, qualquer valor inferior a cinco cêntimos parece-nos que eventualmente não surtiria esse efeito.

De qualquer forma, Sr. Deputado Luís Rendeiro, queria dizer-lhe o seguinte: acho que ficou claro da apresentação que fiz da proposta que, da parte do PCP, o desafio é este: que se possa encontrar aqui uma solução para a criação desta Ecotaxa, de modo a que se atinja o objetivo que se pretende, que é a redução daquele resíduo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Encerramos assim esta apresentação.

Vamos então continuar o debate referente ao ponto 5, onde ficámos ontem à noite: **Projeto de Resolução n.º 48/X – "Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores", apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.**

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve na medida em que considero que o essencial do debate já foi realizado, mas só para responder à intervenção do Sr. Deputado José Contente, duas ou três questões que foram levantadas.

A primeira, em relação à utilização que possa estar a ser feita neste momento do domínio AZO, quero dizer-lhe que não está.

Tive oportunidade de verificar os registos. Tenho aqui a lista atualizada dos países e dos territórios e o que é utilizado é o AZE por parte do Azerbaijão. O AZO não.

De qualquer das formas quero dizer também que este domínio é apresentado como um exemplo possível e obviamente a vir a ser decidida uma designação para um Domínio de Primeiro Nível dos Açores, seria o Governo que teria essa responsabilidade de acordo com os domínios que se encontram livres.

Esta lista está a ser atualizada constantemente. Acabei de retirar isto há cerca de 10 minutos e tenho a certeza que não está, mas também não é relevante, porque a decisão será sempre de acordo, no caso desta proposta vir a ser aprovada, com o que o Governo Regional considerar mais adequado.

Em segundo lugar, que existem realizações mais importantes, outras coisas igualmente importantes e também o desenvolvimento nesta área, que eu reconheço que foi feito ao longo destes anos, também é verdade.

De qualquer das formas, quando o Sr. Deputado José Contente referiu que existe outras realizações, outros projetos, lembrei-me daquela velha história muito famosa, no âmbito das discussões do Conselho Nacional do PPM, do Sr. Coronel Gama, que era um dirigente com 80 e tal anos e cada vez que se discutia outra questão que não fosse a monarquia, ele perguntava sempre a mesma coisa: qual é o interesse disso?

(Risos dos Deputados Luís Garcia e António Ventura)

Qual é o interesse disso?! O que interessa é a monarquia.
Falávamos do ambiente, da posição internacional do País e ele dizia: qual é a importância disso? O que interessa é a monarquia!
Há uma vez que lhe pergunto:
Sr. Coronel, então diga-me uma coisa, para além da monarquia o que é que se pode discutir no Conselho Nacional do PPM?
Ele disse-me: o fim da República.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, eu considero que existindo muitas áreas de interesse, esta é uma área que consideramos importante e que deve ser obviamente discutida. É mais um contributo para o desenvolvimento dos Açores e a afirmação dos Açores nestas matérias e nestas novas tecnologias.
Muito obrigado.
Presidente: Obrigada Sr. Deputado.
Estava também inscrito o Sr. Secretário Regional.
Tem a palavra.
(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** *(Vítor Fraga):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Na sequência do que tive oportunidade de dizer ontem as prioridades do Governo nesta matéria …
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É saber preços!
O Orador: … estão alinhadas com aquilo que é a Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, na qual constam 29 medidas que têm como principais

objetivos fomentar o empreendedorismo, a competitividade das empresas, a manutenção e a criação de postos de trabalho, criar valor nos produtos que as nossas empresas produzem, numa clara orientação com aquilo que são as políticas europeias nesta área e que a região tem vindo a seguir e trilhar o seu caminho.

É inserido nesta lógica que tive oportunidade ontem de anunciar a criação do gabinete de apoio à transferência de tecnologia para as empresas que tem objetivos claros, que são: colaborar na otimização tecnológica, daquilo que é utilizado hoje pelas nossas empresas; ser um elemento facilitador no acesso à tecnologia para as nossas empresas; detetar oportunidades de desenvolvimento tecnológico que possam ser utilizadas pelas nossas empresas no desenvolvimento dos seus produtos.

Será um gabinete que funcionará em parceria com os centros de investigação, nomeadamente com os centros de investigação da Universidade dos Açores. Estará localizado nos parques tecnológicos, numa primeira fase no NONAGON, numa segunda fase, assim que haja condições, no Parque Tecnológico da Ilha Terceira.

Respondendo de uma forma muito direta à Sra. Deputada Zuraida Soares, o orçamento para este gabinete é de 40 000 euros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção de ontem quis realçar que as condições que presidiram à tomada de posição do Grupo Parlamentar do PS e do Governo, em 2011, se mantinham.

Fizemo-lo no justo critério da assunção de que em termos de custo/benefício não considerávamos oportuno nesta altura que se viesse a assumir um novo domínio, porque ele não traria grandes novidades sob o ponto de vista da competitividade das empresas açorianas, nem sequer da projeção dos Açores ao nível nacional ou internacional. Parece-nos de bom senso admiti-lo.

Portanto eram essas as razões.

Depois, se havia algumas coincidências. Eu acabei por ver nessa lista que havia coincidências entre a letra A C e a letra A Z. Também tenho aqui um *site* que diz que AZO também existe.

Mas essa matéria não seria relevante para o facto de se poder arranjar outra designação qualquer.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Afinal o senhor falava do que não sabia!

O Orador: Agora o que é relevante é que a RAA, isso sim, com este tipo de discussão, não pode ser levada a colocar-se numa posição de atraso tecnológico. Isso é completamente falso sob o ponto de vista daquilo que poderia dar a ideia que é com este domínio que nós estamos a avançar tecnologicamente.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Mas eu não disse isso!

O Orador: Mas estou eu a dizê-lo.

Há projetos estruturantes na RAA que projetam a Região, em termos nacionais e internacionais, com os mesmos objetivos que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aí referiu. Tem a ver por exemplo com aquilo que é a projeção dos Açores através da Agência Europeia Espacial, o papel que ela tem no meio do Atlântico e também do Centro de Vigilância Marítima do Atlântico Norte que lá funciona e emite dados todos os dias para a Agência Europeia de Segurança Marítima.

Outro projeto que o Governo está a desenvolver, agora no âmbito de um protocolo que foi feito pelo Instituto Geográfico Nacional da Espanha, é para o estabelecimento de uma rede que no âmbito da geodesia e da cartografia

astronómica vai ser feita com uma estação em Santa Maria, outra nas Flores e um centro de coordenação em S. Miguel, com a participação e o investimento do Governo Regional e aí já requerendo mão-de-obra especializada; ou então com os projetos que foram desenvolvidos na Graciosa na área da climatologia, como o projeto ARM de medicação da radiação atmosférica ou o último que foi estabelecido em termos de projeto super ARM que viabiliza também as investigações em altitude em matéria de climatologia do estudo dos coloides na estratosfera, ou seja a mais de 300 km; ou o projeto PICONAR, aqui na ilha do Pico, na área da climatologia.

São projetos estruturantes que qualificam a Região, para não falar já da nossa cartografia digital que está no Google Alerts e no Microsoft Art, utilizada como ferramenta para que esses dois importantes motores de busca e de cartografia possam efetivamente realizar as suas funções.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A campanha já acabou, Sr. Deputado!

O Orador: Mas há muitos e muitos projetos, alguns desconhecidos do grande público na área da tecnologia, que projetam a Região para além dos Açores e são muito mais importantes, não tenho dúvidas, do que qualquer domínio dessa natureza.

Se fossemos a circunscrever a nossa análise tecnológica dos Açores a um domínio comparativamente com todos estes projetos que existem na Região e que qualificam e projetam a Região, estaríamos a ser, no mínimo, injustos, ou desconheceríamos todos os projetos que já foram realizados e que estão a ser executados na RAA, para além daqueles que o Governo agora está a desenvolver no âmbito da Agenda Digital e Tecnológica.

Por isso entendemos que essa Resolução não é um passo enorme e sobre o ponto de vista do custo/benefício, neste momento, ela não se justifica.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, devo dizer-lhe que em relação a essa análise comparativa que o senhor fez, comparando com o que o Governo está a fazer, em relação a essa discussão, eu não tenho nada a dizer, nem me meto nessa discussão.

A única coisa que estamos aqui a debater, sem fazer comparações com qualquer outro tipo de projetos e sem retirar mérito a muitos dos projetos que o Sr. Deputado acabou de referenciar, não dizendo que é mais ou menos importante, a única coisa que está aqui em discussão é a criação de um domínio.

Nesta matéria, depois da intervenção do Sr. Deputado, compreendendo as suas razões, compreendendo o posicionamento, obviamente, do PS e do Governo, que já avançaram com um conjunto de razões pelas quais inviabilizam este projeto, eu continuo a considerar que as razões que aduzi em sua defesa são válidas, são razões de identidade, são razões de ligação com a comunidade açoriana, são razões de projeção económica, são razões de agregar aquela que é a nossa capacidade do ponto de vista turístico, como foi defendido.

Aliás tenho aqui o diário das sessões quando foi discutido o projeto das Canárias, em que foram desenvolvidos vários textos e vários argumentos nesse sentido. Foi reconhecido pelo Parlamento de Espanha que um projeto deste tipo traz mais-valias evidentes do ponto de vista económico, do ponto de vista turístico, do ponto de vista da projeção da Região no mundo.

Portanto, presumo que em Espanha, no Parlamento Espanhol, fez-se este debate com toda a seriedade, com toda a informação e chegaram a uma conclusão contrária a que irá chegar este Parlamento.

Mas como diria um antigo Primeiro-Ministro português, António Guterres "é a vida!".

Portanto nesse sentido, obviamente, eu compreendo o posicionamento dos diversos partidos, mas continuo absolutamente convencido que tenho razão.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho novamente aqui ao debate para transmitir alguns dados à câmara que me parecem relevantes na análise desta matéria.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, em sede da CAS, referiu que o domínio era facilmente autossustentável, nomeadamente bastaria a criação e haver 1900 páginas por ano.

Eu fiz alguma pesquisa, como é lógico, para ver se esses valores seriam reais ou viáveis na nossa Região e o que constatei foi que os Açores atualmente, no ano de 2013 – dentro do domínio ponto PT, que é o domínio principal e o mais reconhecido a nível nacional, tem apenas e só, e segundo dados da entidade responsável pela gestão domínio ponto PT, a associação DNS – têm registados 4 538 domínios (registados).

Portanto, por aqui se vê (o Sr. Deputado dizia que facilmente se venderia 1900 domínios, neste domínio) que é completamente quase insustentável manter este domínio na Região.

Foi só nesse sentido que eu vim novamente a debate. Para dizer que o domínio de facto não seria auto sustentável de maneira nenhuma.

Obrigado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E a Graciosa é autossustentável?

Deputado José Ávila *(PS):* E a Terceira é?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não tinha programado fazer mais nenhuma intervenção, mas é só para dizer que tentei encontrar agora aqui nos meus papéis o que eu disse na comissão, mas tenho a certeza que não disse isso Sr. Deputado.

Tenho a certeza que o que eu disse foi que tudo dependerá da estratégia da promoção, tudo dependerá da adesão da comunidade açoriana, ou seja, isto é um domínio para os Açores, mas também para as comunidades açorianas da América do Norte, da Bermuda, do Brasil, portanto das diversas regiões, ou seja, é um domínio global, de caráter cultural. Nesse sentido não é apenas para a nossa Região, é para o conjunto da comunidade açoriana.

Em relação à viabilização tudo dependerá. Ninguém pode fazer uma previsão no sentido de saber quantas pessoas é que vão aderir. Isso depende de muitos fatores e fundamentalmente dependeria também não só do interesse que a sociedade e a comunidade açoriana viessem a ter pelo projeto, mas também pela capacidade de promoção e execução do projeto.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Vamos avançar com a nossa agenda e entramos no ponto 6, **Projeto de Resolução n.º 51/X – "POSEI",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Relembro que o que está aqui em debate e será votado é a proposta de substituição integral que já foi distribuída por todos.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra para apresentação do diploma.

Deputado António Ventura *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O regime POSEI estabelece um conjunto de medidas específicas nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, que resultam na necessidade de compensar a situação excecional destas Regiões da União referidas no artigo 349.º do Tratado.

Isto certifica para uma base jurídica própria assente no Direito primário, sobre a qual se consolida um estatuto jurídico específico o que legitima um "tratamento diferenciado".

O POSEI é, deste modo, uma via legislativa que reconhece e mantém a "dimensão ultraperiférica" da União Europeia e, na sua vertente agrícola, suporta o Meio Rural e as suas agriculturas perante a nossa condição arquipelágica e perante a dupla-insularidade.

Nos Açores o Meio Rural caracteriza 99,6% do território abrangendo 93% da população.

Dada esta dimensão social e económica o agro-rural é um tema de toda a sociedade, devendo merecer, por isso, a preocupação de todos os Açorianos.

Desde o seu nascimento, passando pelo presente e com uma visão estratégica, este programa de Opções Especificas traduz-se num mecanismo de compensação e, essencialmente de coesão que interessa dar a maior importância no âmbito da politica local, nacional e europeia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O POSEI é, deste modo, um instrumento que materializa uma política individualizada e, como tal, tem de comportar de forma crescente as

fragilidades que dificultam a produção agro-rural e as instabilidades que provém das resoluções de políticas globais.

Na verdade, os acordos à escala global, o tendente desaparecimento de protecionismos e a abolição de disciplinas produtivas são, sobretudo, resoluções políticas que nos afetam.

Todavia, na mesma medida do eventual prejuízo, importa contrabalançar no POSEI. Ou seja, temos de criar o equivalente equilíbrio através de mecanismos compensatórios, tratamentos diferenciados, ações de ajustamento ou apoios diretos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É esta a filosofia diretamente associada ao POSEI e qualquer convergência fora desta constatação arca num motivo de debilidade ao Tratado da União Europeia e à ideia de europa, pois trata-se de coesão europeia.

Nesta ótica o artigo 349.º do Tratado pode ser mais utilizado e dotar-se de alcance jurídico, institucional e politico para a devida integração das RUP´s, refletindo as dinâmicas da solidariedade e da subsidiariedade.

Uma verdadeira política de coesão é aquela que descentraliza o desenvolvimento comprometendo-se com o progresso de todas as partes do seu território.

Uma verdadeira política de coesão é aquela que não consente a transposição mecânica de certas políticas ou decisões comunitárias, já que estas podem produzir e aprofundar assimetrias da ultraperificidade.

Por exemplo, a avaliação do impacto dos projetos de regulamentação europeia tem de ser uma prática ao nível da economia dos Açores e não para o todo das Regiões, isto porque as Regiões da Europa e, principalmente, as RUP´s tem tanto de semelhante como de diferente.

Sras. e Srs. Deputados

O caminho legislativo a percorrer só tem uma direção: O de melhorar o que existe. Qualquer recuo ou quebra de apoio tem consequências nas produções tradicionais de proximidade, no aproveitamento dos recursos endógenos, na fixação de pessoas, na criação de riqueza e de emprego, na biodiversidade, no ordenamento do território, entre outras e outras situações.

Entendemos, também, que o POSEI não deve sofrer um alinhamento total com a nova Politica Agrícola Comum, nem muito menos pode ser um recetáculo de uma renacionalização encapotada desta política.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Redefinir e assegurar princípios e conceitos são as nossas ambições para o POSEI e esperamos serem as ambições de todos.

Temos um trunfo para a nossa especificidade, temos um passaporte da nossa diferença e devemos ter vontade conjunta de alicerçar um futuro em volta deste programa.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Consideramos que se torna útil e desejável que a Assembleia Regional afirme uma posição sobre o programa POSEI/agricultura ao Parlamento Europeu e às Instituições Europeias, aliás, e de acordo com a oportunidade que está prevista no Regulamento (UE) 228/2013.

Depois do questionário público que a Comissão disponibilizou sobre o POSEI e que decorreu até ao passado dia 12 de Novembro e que muitas entidades Açorianas, inclusive Partidos Políticos, responderam, agora é a vez desta Assembleia atuar. Agora é o tempo de manifestarmos uma atitude.

Queremos que o Parlamento Açoriano se pronuncie no sentido de evitar alterações ao POSEI por parte da Comissão que não sejam para reforçar a sua existência e pertinência, a sua aplicação, a sua amplitude e a sua dotação financeira.

Convém afirmar que o POSEI não pode evoluir só para uma política de contenção de estragos, recuperação de atrasos ou compensação de desvantagens. Os investimentos do POSEI nos Açores são, acima de tudo, investimentos em prol e em benefício da União Europeia.

Um benefício que politicamente ganha corpo na certeza de que a União Europeia pretende ser a Europa das Regiões. Ora, o POSEI é o melhor instrumento de exemplificar esta pretensão.

Hoje, propomos uma posição política de princípios construída nesta Assembleia, numa abrangência multipartidária e com a envolvência do Governo Regional e de determinados parceiros sociais.

Nesta matéria, não podemos chegar tarde nem ser acusados de falta de comparência.

Vamos atuar previamente o que significa afirmar que sabemos bem o que queremos.

Estamos, assim convocados por antecipação para agir em vez de apenas reagir.

Estamos, assim convocados para ser reivindicativos e proponentes.

Estamos, assim convocados para e, utilizando a nossa Autonomia, sermos nós próprios.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este é um tema de interesse regional, cuja posição política para ser eficaz e eficiente deve merecer a unanimidade deste Parlamento e, por isso, tem de nascer aqui com a participação e o esforço de todos.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, nomeadamente no seu artigo 349º, estabelece e justifica a existência de medidas específicas para a agricultura nas regiões ultraperiféricas.

Desde 2006, o POSEI substitui integralmente o 1º pilar da PAC para estas regiões.

O Subprograma para a Região Autónoma dos Açores foi apresentado ao abrigo do Regulamento (CE) n.º_247/2006, do Conselho, de 30 de Janeiro, sendo comparticipado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia.

De acordo com o definido no subprograma da Região, a estratégia assenta em quatro objetivos:

- Contribuir para compensar os elevados sobrecustos que atingem as fileiras agrícolas numa região fortemente marcada por "handicaps" persistentes e decorrentes da ultraperificidade;
- Aprofundar a diversificação da base produtiva regional e aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos e favorecer a sua comercialização;
- Apoiar as atividades económicas predominantes (leite) e a melhoria da produção de carne de bovino;
- Contribuir para a manutenção da produção interna e para a satisfação dos hábitos de consumo locais.

A estratégia pretendeu contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade e sustentável, que assegure a viabilidade a longo prazo das duas maiores riquezas do arquipélago: as comunidades rurais e o património natural.

O programa POSEI desenvolvido pelo governo dos Açores, adaptado às nossas condições específicas, contempla as seguintes intervenções:

- Regime Específico de Abastecimento destinado a garantir o abastecimento em produtos essenciais;

  e as

- Medidas de Apoio às Produções Agrícolas Locais, que integra ajudas **Animais, as ajudas Vegetais, as ajudas à Transformação e as ajudas à comercialização.**

Como refere e reconhece o texto deste projeto de resolução, o POSEI é um instrumento de apoio fundamental às nossas produções, que teve um impacto positivo no aumento da quantidade e qualidade das nossas produções.

Refira-se a titulo de exemplo, que entre 2004/2005, portanto anterior à entrada em vigor do programa POSEI e o ano de 2013, na fileira do leite:

- a produção por exploração passou dos 94 mil para os 186 mil litros;
- a produção de leite comercializado passou de 490 milhões de litros para os 565 milhões de litros;
- o nº. de bovinos abatidos passou das 37 mil para as 67 mil cabeças;
- a expedição em vida passou das 47 mil para as 16 mil aproximadamente;
- O prémio à vaca leiteira passou das 77 mil para 84 mil;
- O prémio às aleitantes cresceu das 9500 para quase 25 mil animais pagos;
- a ajuda aos produtores de hortofrutícolas, flores e plantas ornamentais, cresceu de 575 Ha, em 2008 para os 800 Ha.

Neste período vimos aumentar a notoriedade dos nossos produtos, o aumento da sua procura e o aparecimento em mercados até então indisponíveis ou inatingíveis.

O POSEI revela-se assim, como um instrumento fundamental para o rendimento dos produtores, face às desvantagens competitivas permanentes de

todos conhecidas, como a insularidade, a dispersão, a reduzida dimensão e o afastamento aos principais mercados europeus.

Tomemos como exemplo o quadro financeiro do POSEI para 2013, em que o programa representa mais de 70 milhões de euros para as produções locais e 6,3 milhões para o regime específico de abastecimento, o que tem constituído um grande estímulo às produções, razão pelo qual alguns prémios têm aumentado significativamente, como o prémio ao abate que aumentou mais de 75% desde 2004, ou o prémio à vaca aleitante que aumentou mais de 157% desde a mesma data, ou ainda a ajuda aos hortofruticultores, com aumentos superiores a 33%.

É pois fundamental assegurar um programa que continue a ser uma ferramenta para a contínua e crescente melhoria da capacidade competitiva das nossas produções, a diversificação, a sustentabilidade ambiental, o emprego e a viabilidade das zonas rurais, visando o rendimento dos produtores e a qualidade de vida dos Açorianos.

Não podemos pois esconder ou desviar-nos dos desafios com que a região está confrontada, num mundo cada vez mais globalizado e de concorrência feroz, que o desmantelamento das quotas leiteiras fará ainda aumentar.

É pois, para esta bancada e, estou certo, também para o Governo dos Açores, importante, diria mesmo que fundamental, que todos possam contribuir positivamente para o futuro POSEI, com intervenção de todos os parceiros sociais, agricultores e suas organizações, transformação, comercialização e por certo também as diferentes forças políticas e esta Assembleia.

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: Por este facto o PS votará favoravelmente este projeto de resolução, fazendo votos para que o mesmo não sirva para alimentar qualquer demagogia politica mas para um efetivo e responsável contributo para o setor agropecuário Regional, como esperam e merecem os agricultores dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Obviamente o CDS-PP solidariza-se com as preocupações em relação àquilo que se está neste momento a decidir e a pensar fazer em relação ao POSEI, até porque de uma leitura atenta ao relatório da Comissão Europeia sobre a revisão do POSEI, se fizermos uma leitura entre linhas, há várias questões que acho que nos devem preocupar e para as quais nos devemos preparar antecipadamente, nomeadamente quando se fala na eficiência aos apoios, diz-se que: "a atribuição de apoios à importação de certos produtos que permite o seu fornecimento numa base regular a preços significativamente mais baixos tem como consequência uma falta de motivação para que estes bens sejam produzidos localmente".

Portanto, há uma ideia de que estes apoios não contribuem para uma eficiência das explorações agrícolas e poderemos correr o risco de haver fatores de produção que vão efetivamente deixar de ser subsidiados. Portanto, devemos fazer o trabalho de casa no sentido de que isto não aconteça.

Em relação às questões da subsidiariedade, no relatório de 2010 do Tribunal de Contas Europeu, chama-se a atenção para o facto de que a maior parte dos programas atualmente dão prioridade à continuidade, em vez de se adaptarem e reajustarem às reais necessidades dos diferentes sistemas de produção agrícola.

Se olharmos para os programas POSEI da Região, as medidas são praticamente sempre as mesmas.

Penso que daqui para a frente no POSEI a atribuição de medidas vai estar muito mais atenta, quebrar com linhas de continuidade das medidas e impor que haja efetivamente um reajustamento às novas condições de produção.

Por último, em relação ao impacto económico e social, quando li isto fiquei efetivamente preocupada, em que a comunidade europeia é muito clara a dizer que no atual cenário parte-se do princípio que poderão sobreviver (e passo a ler): "os setores potencialmente rentáveis sem o apoio do regime POSEI, como por exemplo o setor das bananas nas Ilhas Canárias, o setor do leite e da carne nos Açores, o setor dos produtos hortícolas na Madeira e o setor das frutas hortofrutícolas nos Domme franceses, que sendo capazes de sobreviver sozinhos deve-se apoiar as atividades dos outros setores que devem ser reorientadas.

A comunidade já tem dado claros sinais de que deve haver uma diversificação e que, se há muito anos se apoiam determinados setores que supostamente já devem ser autónomos e potencialmente rentáveis sem apoios, esses apoios vão crescer".

Fico preocupada quando leio isto, mas imagino que o Governo Regional está atento e que temos que fazer todos os esforços. Obviamente que o CDS, aqui, se disponibiliza para contribuir para que "a nossa dama seja melhor defendida".

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Recursos Naturais *(Luís Viveiros):*

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar enaltecer a importância que o POSEI tem para a Região Açores, para a nossa Região e penso que é uma opinião partilhada por todos os que aqui estão presentes.

O POSEI tem tido de facto um impacto decisivo no desenvolvimento da nossa agricultura, na rentabilidade das nossas explorações e naturalmente tem contribuído também para o aumento da sua competitividade.

É uma ajuda concedida às diferentes regiões ultraperiféricas, incluindo os Açores, como são naturalmente contempladas as suas especificidades próprias.

O POSEI foi desenhado há alguns anos atrás. Ao longo deste tempo tem sofrido alterações que são decididas e que são condicionadas pela evolução dos tempos e o que é facto é que, fazendo uma avaliação daquilo que tem sido a história do POSEI no passado recente, naturalmente todos concordaremos com a sua importância e com a forma decisiva como contribuiu para a estruturação do setor agrícola atualmente.

Conforme referiu também o Sr. Deputado Duarte Moreira, todas as medidas que o POSEI contempla têm tido uma adesão cada vez maior, um crescimento significativo, o que diz bem da importância do programa, por um lado, e da adesão que os agricultores candidatos dele fazem utilização.

Eu gostaria de referir que, por exemplo, em 2007/2008, a execução do POSEI foi de 86% e que ao longo destes anos que se seguiram até hoje, em cada ano, essa execução aumentou, passando de 86, para 92, 96 e em 2012/2013, 99,1%, ou seja praticamente 100%.

Naturalmente que isto criou, como todos sabemos, aliás faz parte da regulamentação do POSEI, circunstâncias em que algumas medidas, em alguns anos, têm provocado rateios nas candidaturas.

Isto em nossa opinião e na análise que fazemos, resulta por um lado da crescente adesão a este programa por parte dos agricultores, e por outro lado também resulta daí a necessidade de ter uma nova visão daquilo que deve ser o POSEI do futuro, não só na estruturação das medidas que ele contempla, mas naturalmente na dotação financeira adstrita a cada uma das medidas, reforçando aquelas que são de facto mais importantes para a nossa Região, para o nosso desenvolvimento, diminuindo outras que posam ter menos interesse e eventualmente alterando algumas que já possam ter deixado interesse e

eventualmente também criando novas medidas que se afigurem necessárias para o desenvolvimento da nossa agricultura.

Foi, de uma forma geral, isto que fizemos no contributo à discussão pública do POSEI que o Governo Regional colocou à Comissão.

É isso que temos feito junto da Comissão, em diferentes circunstâncias e em diferentes ocasiões. Penso que é isso que deve presidir àquilo que é a revisão do POSEI que nós naturalmente nos encontramos todos empenhados.

Isto para dizer que quanto maior consenso se encontrar à volta deste tema, que é um tema que a todos nós diz respeito, é um programa que a todos nós diz respeito e que tem trazido à Região benefícios incalculáveis, quanto melhores forem as colaborações, sejam de forças políticas, sejam das associações representativas do setor com quem ao longo dos anos temos sabido, e bem, cooperar, de todo este esforço, de tudo aquilo que forem os bons contributos para o enriquecimento deste programa, naturalmente o Governo estará de acordo e apoiará.

Há aqui dois ou três aspetos que gostaria de realçar também para finalizar esta minha intervenção e que têm a ver, por um lado, com a simplificação dos procedimentos que o PSD na sua resolução também faz referência.

Eu entendo que é por esse caminho que temos de ir, mas também devo referir que é por esse caminho que temos trilhado o nosso percurso.

Se compararmos aquilo que era a complexidade das candidaturas há alguns anos com a forma bastante mais fácil como se faz hoje, recorrendo a uma plataforma informática própria, permitindo que os agricultores possam ter *on-line* as informações sobre as suas candidaturas, não só no âmbito do POSEI mas também doutros programas que têm à sua disposição, diz bem daquilo que tem sido o esforço do Governo na simplificação dos procedimentos.

Em termos de política futura, relativamente àquilo que serão as medidas a incentivar no âmbito do POSEI, temos a convicção que terão de ser sempre

dirigidas para um bom escoamento das produções, para o aumento da competitividade das explorações, para a melhoria da segurança alimentar das produções, para o aumento do rendimento dos produtores, propondo uma eliminação das restrições às ajudas ao auto abastecimento que nos parece ser uma medida, neste momento, constrangedora nalgumas áreas da nossa agricultura.

Portanto, penso que estão aqui reunidas as linhas mestras e as linhas mais importantes que serão decisivas e acautelarão uma boa revisão do programa POSEI, que naturalmente a todos nos interessará.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PPM concorda na generalidade com os considerandos que acompanham este Projeto de Resolução e evidentemente que estamos disponíveis e consideramos absolutamente necessária a definição desta posição dos Açores, no âmbito da Comissão Permanente de Economia e desde já anunciamos que vamos dar todo o contributo possível para a elaboração desta posição.

Da nossa parte esta iniciativa pode contar com o voto favorável do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, passada a ronda por quase todos os partidos políticos, percebe que há uma unanimidade à volta deste tema e quer congratular-se, efetivamente, com esta unanimidade.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O BE não falou!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Falámos na Comissão!

O Orador: É um ato de afirmação e daqui saímos reforçados na nossa posição e na nossa vontade e saímos também mais reconhecidos na nossa pretensão.

Este é claramente um bom exemplo de uma afirmação regional, de uma pretensão e de um trabalho que vai nascer nesta casa e nascendo nesta casa nasce na representação de todos os açorianos, com a participação multipartidária dos parceiros regionais e do Governo Regional.

Não entrando em considerandos de política regional, que neste momento não interessa, interessa evidenciar efetivamente aquilo que é o bom exemplo e por isso congratulamo-nos com esta vontade conjunta que vai ser afirmada para o exterior.

Muito obrigado.

Deputados Luís Maurício e António Marinho *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo que não há mais intervenções pelo que vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 05 minutos.

Presidente: Vamos então continuar com a nossa Agenda.

Eram 16 horas e 39 minutos.

Entramos no ponto 7: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/X – "Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio",** apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Regresso à questão das prioridades concursais nesta legislatura.

Devo dizer que o faço pela última vez no decorrer desta legislatura, a menos que venha a existir alguma alteração, do ponto de vista político e da tomada de posição de qualquer um dos partidos políticos que têm a capacidade de viabilizar esta proposta.

A questão aqui é a seguinte:

O PPM teve oportunidade de apresentar uma iniciativa em que defendíamos a extinção das prioridades. Defendíamos a extinção das prioridades – quero recordar esta câmara – porquê? Por duas ordens de razões:

A primeira, era porque queríamos aumentar o universo de seleção para o corpo docente dos Açores.

Neste momento o país tem uma grande disponibilidade em relação a quadros docentes e existia a possibilidade de aumentar este leque, porque na verdade as prioridades não permitem que o concurso se realize de uma forma justa, uma vez que quem concluiu e fez o estágio na Universidade dos Açores e que concorre com 10, está à frente de quem concluiu uma licenciatura, ou, neste caso, um mestrado, numa outra universidade do país, com 18, por exemplo.

A verdade é que não tem qualquer tipo de hipótese de ficar colocado nos concursos da Região, num grupo bastante vasto de grupos de docência. Essa era a primeira questão, aumentar o universo.

A segunda questão é uma questão injustiça que continua a manter-se.

A segunda questão que fizemos referência foi o facto de numa prioridade regional nós, com esta legislação, prejudicamos gravemente algumas dezenas de açorianos.

Eram estes os dois objetivos da nossa proposta que foi aqui discutida em outubro de 2013.

O Parlamento decidiu na altura, por uma larga maioria, manter as prioridades.

O PPM, evidentemente, respeita essa decisão e não vamos voltar a este assunto porque o Parlamento já deliberou, e deliberou por uma larga maioria, manter as prioridades.

Voltamos ao assunto noutra vertente.

Uma vez que é essa a opção do Parlamento dos Açores, agora estamos a propor que estas prioridades sejam mais justas. O que estamos a propor é muito simples. Estamos a propor que os açorianos que tiraram as suas licenciaturas, ou mestrados, noutras universidades do país e aí concluíram o seu estágio, que sejam colocados numa das prioridades do concurso docente nos Açores.

Atualmente tem 3. Nós somamos mais uma.

O que pretendemos é que um açoriano que tenha tirado uma licenciatura numa qualquer outra universidade deste país possa concorrer em igualdade de circunstâncias com outros açorianos que tiraram as suas licenciaturas na Universidade dos Açores.

Não se pede nenhum privilégio. Só se pede que esses açorianos concorram em igualmente de condições.

Meus senhores, e estou a ver tanto deputados que tiraram as suas licenciaturas e os seus mestrados noutras universidades do país, digam-me se não é justo que

esses açorianos, detentores de licenciaturas e mestrados que tiraram noutras universidades do país, não concorram em igualdade de circunstâncias com os outros?

Digam-me se não é justo?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É justo, é!

O Orador: Por isso considero que este Parlamento, cada um de vós, deve tomar uma decisão que acabe com a descriminação dos açorianos nesta matéria.

A atual lei é tão injusta que cria situações deste tipo. Vou dar um exemplo:

Um professor iniciou aqui a sua carreira ou trabalhou aqui 3 anos, há 10 anos atrás. Depois ficou colocado no território continental ou na Madeira e esteve 10 anos sem dar aulas aqui, mas já tinha sido professor na Região Autónoma dos Açores 3 anos sucessivos.

Acontece que este professor, ao fim de 10 anos, sem nenhuma ligação com a Região, regressa e tem a oportunidade de concorrer à frente de todos os outros. Concorre com a sua prioridade, porque a adquiriu para a eternidade. Pode, se a lei não for alterada, daqui a 20 ou 30 anos, porque deu aulas há 30 anos nos Açores, regressar e tem um sistema de prioridade.

Pergunto-vos se acham isto justo.

Nós podemos corrigir esta injustiça e dar aos açorianos a oportunidade de concorrer em igualdade de circunstância com os outros (eu considero isto fundamental!), com quem aqui fez 3 anos de docência, com quem tirou a licenciatura na Universidade dos Açores, aqui fez o estágio ou foi bolseiro.

O que peço é que estes açorianos, e são tantos, que tiraram as suas licenciaturas e mestrados noutras universidades do país, concorram, mas não concorram como estrangeiros, não sejam tratados como estrangeiros na sua própria terra, porque atualmente são e em muitos cursos. Em muitos grupos de docência não têm qualquer tipo de hipótese porque perdem 200 ou 300 lugares só por não estarem na prioridade.

Digam-me se não consideram que esta alteração não introduz aqui um fator de justiça.

Termino esta primeira intervenção referindo o seguinte:

As prioridades foram criadas para que as pessoas que tenham ligações aos Açores e aqui querem fazer a sua carreira o possam fazer, contribuindo para a estabilidade do sistema educativo açoriano.

Eu pergunto: mas quem é que está em condições de dar estabilidade ao sistema educativo açoriano, quem é que gosta mais dos Açores, quem é que compreende melhor os Açores, quem é que está mais identificado com os Açores do que os filhos dos açorianos e os professores dos Açores, naturais dos Açores?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem! E os deputados devia ser a mesma coisa!

O Orador: Esta Região não pode ter um sistema de prioridades que prejudica os seus filhos, os nossos filhos, os filhos dos açorianos. Não pode ter um sistema de prioridades que os prejudica.

Esta é a questão fundamental, meus senhores.

Eu tenho alguns casos de relatos dramáticos de pais, de alunos, de ex-alunos que tiraram as suas licenciaturas, que me explicaram que estão numa situação dramática. Têm médias mais altas, mas neste momento não têm hipóteses de ficar colocados. Não que tenham um percurso académico mau ou pior que os outros, mas porque têm uma situação de injustiça real, que é uma situação em que, pura e simplesmente, a Região criou prioridades regionais que deixam de fora os professores dos Açores que tiraram licenciaturas e mestrados noutras universidades do país.

É esta injustiça que peço que este Parlamento corrija.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A posição da Representação Parlamentar do PCP, relativamente às chamadas prioridades regionais, é conhecida, bem assim como a fundamentação que temos para a nossa posição, isto é, fomos contra a sua criação e temos, em todos os momentos em que veio o regulamento do concurso à discussão neste Parlamento, apoiado iniciativas como foi a iniciativa anterior do PPM que visava acabar com as prioridades regionais, ou então por nossa própria iniciativa em sede de abertura de revisão do diploma que regulamenta os concursos.

Digamos que os fundamentos são conhecidos porque achamos, desde logo, que não era necessário já, à altura da sua instituição, na perspetiva da estabilidade do corpo docente, até porque havia outros mecanismos que garantiam essa própria estabilidade e a própria oferta garantia a estabilidade dos quadros na Região Autónoma dos Açores.

Mas não é só por isso. É também por uma questão de justiça e de princípios que norteiam a livre circulação do nosso país e até no espaço da União Europeia.

Esta nossa posição não se alterou e apesar deste esforço de mitigação deste problema que esta iniciativa do PPM nos traz aqui, a verdade é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão mantém desta vez as prioridades regionais, procurando dar-lhe aqui um âmbito maior e procurando minimizar o prejuízo de alguns.

Mas a verdade é que aceita como bom, agora, a existência de prioridades regionais, coisa que a Representação Parlamentar do PCP não aceita. Portanto, vamos votar contra esta iniciativa do Deputado Paulo Estêvão.

Apesar da explicação que foi feita durante a apresentação da iniciativa, a verdade é que eu não percebi muito bem, Sr. Deputado – a não ser justificada

por alguma fase experimentalista que V. Exa. esteja a atravessar e que tem todo o direito a ela –, por que é que de uma posição manifestamente contra as prioridades regionais, agora as aceitas e as pretende alterar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que temos que fazer política de uma forma prática e pragmática. A questão é esta:

Este Parlamento rejeitou, por uma maioria ampla (penso que só eu e o senhor é que votámos a favor) o último Projeto de Resolução do PPM…

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Era um Projeto de Decreto Legislativo Regional!

O Orador: … que abolia as prioridades regionais.

Tivemos aqui 55 deputados que não estavam de acordo e que afirmaram que não estavam a favor (quem se abstém ou vota contra) do fim das prioridades regionais. Certo? Se estivessem, tinham votado a favor do projeto do PPM.

Há aqui uma maioria ampla que nos diz "não, nós estamos de acordo com as prioridades". É assim que a democracia funciona.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Em nome dos princípios, senão os princípios vão à vida!

O Orador: A partir do momento em que o Parlamento dos Açores afirma, de forma inequívoca, esta posição, temos que passar a trabalhar naquele que é o posicionamento político que a maioria dos Deputados desta casa definiu.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* E os princípios?

O Orador: O que estamos a tentar fazer é introduzir, dentro do critério de prioridades que esta casa decidiu manter, um fator de justiça, Sr. Deputado, a favor dos açorianos e dos filhos dos açorianos.

Devo dizer-vos que não compreendo, ninguém compreende, que se criem prioridades regionais que prejudicam um conjunto de açorianos muito apreciável, que tiraram as suas licenciaturas noutras zonas do país, podiam ser uma mais-valia muito grande para o nosso sistema educativo e que assim ficam impedidos de dar aulas e estão condenados ao desemprego.

Eu não peço que seja criado nenhum privilégio. Não peço que seja criado nenhum privilégio para os açorianos que tiraram licenciaturas noutras universidades. Não peço! Só peço uma coisa: que concorram em igualdade de circunstâncias com os outros que também têm prioridades.

É pedir muito?! É pedir muito que uma legislação regional não prejudique os próprios açorianos?!

Dizem-me: "bom, mas estes que estão nas prioridades garantem a estabilidade, porque estes têm afinidades com os Açores, é ou não é?".

Mas quem é que tem mais afinidade com os Açores do que os próprios açorianos que têm essas habilitações profissionais e que as tiraram noutras universidades?

Acho que temos o dever de corrigir esta injustiça.

Sr. Deputado Aníbal Pires, qual é a alternativa?

A alternativa é dizer às pessoas, às mães que tiveram oportunidade de me explicar esta situação, algumas delas bastante abaladas, porque evidentemente verificam que os seus filhos não têm oportunidade de dar aulas, apesar de terem feito um forte investimento,…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Às mães e aos pais!

O Orador: … (o que é que eu posso dizer às mães e aos pais destes alunos açorianos, destes professores açorianos, e aos próprios professores?! O que é

que eu lhes digo?!), que eu já fiz tudo o que podia, que já propus que os senhores deixassem de ser prejudicados por um sistema de prioridades? Eu estaria a mentir!

Eu não fiz tudo!

Eu posso tentar alterar o sistema de prioridades e tentar que eles não sejam prejudicados.

A partir deste momento, se este Parlamento chumbar e prejudicar objetivamente os professores açorianos que tiraram licenciaturas noutras universidades, se este Parlamento reafirmar esta posição, eu já fiz tudo.

A partir de agora eu posso dizer a esses professores que da minha parte fiz tudo o que estava à minha disposição.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, nós, em menos de dois meses, temos a oportunidade de, nesta casa, ter uma iniciativa com o mesmo objeto por parte do mesmo proponente.

Como já foi explicado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, antes, ele eliminava as prioridades todas. Com esta iniciativa, que surgiu menos de três semanas antes da rejeição por esta câmara, ele vem disfarçadamente com o seu contrário e vem, de uma forma quase sorrateira, se me permite,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sorrateira?

A Oradora: … dizer que vai manter as prioridades, mas abrange tanto, tanto e alarga tanto o leque, que o que faz é acabar com as prioridades.

O texto deixou de aparecer como uma eliminação, mas passa a ser uma redação tão abrangente que visa exatamente o mesmo, eliminar as prioridades.

Neste período de tempo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não consegue ser tão rápido a mudar de opinião.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Portanto, reiteramos aqui o que a 18 de outubro foi dito pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, de que da maneira como estão as prioridades legisladas é para se manter neste quadro atual e por isso voltamos a votar contra.

O Sr. Deputado na sua última intervenção questionava qual era a sua alternativa. A sua alternativa, Sr. Deputado Paulo Estêvão era ser coerente com a sua ideologia e fazer como o senhor fez com as seleções desportivas e com os Domínios de Primeiro Nível, em que o senhor, coerentemente, trouxe a esta casa o que tinha trazido na legislatura passada.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Assim, não!

O senhor em dois meses consegue trazer uma coisa e o seu contrário, disfarçando a mesma coisa.

Portanto, não vamos nesses truques.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não vai contar outra vez a história do coronel?!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Não!

Eu tenho obrigatoriamente que me repetir, porque penso que a questão que a Sra. Deputada acabou de colocar eu já tinha respondido ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sra. Deputada Catarina Furtado, vou explicar-lhe, porque acho que é uma posição lógica por parte do PPM:

Nós não concordamos com o sistema de prioridades (ponto nº 1). Foi chumbado! Muito bem!

Tendo sido chumbado, o que é que eu posso fazer? Não posso apresentar outra vez o mesmo projeto. Não é? Não é possível apresentar outra vez o mesmo projeto, se já existe um posicionamento evidente.

Eu poderia apresentar um projeto diferente, por exemplo, se o Sr. Secretário da Educação viesse a ser substituído…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não falta muito!

O Orador: … e tivesse outro posicionamento em relação a esta matéria.

Eu não quero, evidentemente, fazer nenhum prognóstico em relação a esta questão, nem desejo que o Sr. Secretário deixe de desempenhar as funções que está a desempenhar.

Nada disso! Não tenha nenhuma interpretação a esse nível. Mas evidentemente o senhor é responsável pela pasta. Se fosse alterada, eu poderia apresentar um projeto deste tipo, desde que eu verificasse que ele tem ou que tinha como objetivo político alterar esta matéria.

Mas não! Não sucede isso!

Sucede que o Parlamento dos Açores quer manter as prioridades. Não acha que é lógico, não acha que é racional.

Tentar que dentro desse patamar, dentre dessa estrutura de prioridades que foi aprovada, essas prioridades sejam justas, acho que é lógico.

Sra. Deputada, veja bem:

Considera justo que um açoriano que tirou a licenciatura, por exemplo, em Coimbra, não possa concorrer em igualdade de circunstâncias com um continental que tirou uma licenciatura na Universidade dos Açores?

Eu não quero que ele concorra com prioridade. Eu quero que ele concorra em igualdade de circunstâncias com esse aluno, açoriano ou não, que tirou a licenciatura na Universidade dos Açores, mas que concorre com prioridade. Concorre com 200 ou 300 lugares à frente, tendo uma média académica e menos tempo de serviço. Acha isso justo?

Pergunto-lhe: acha isso justo?!

Sra. Deputada, sei que a senhora nesta matéria ainda não respondeu a esta questão crucial.

Pergunto-lhe, e é uma pergunta direta: acha justo que alguém que tirou a sua licenciatura nos Açores e trabalhou aqui há 10 anos (pode não ser açoriano) concorra à frente de um açoriano? Acha justo? Responda-me a esta questão.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou responder-lhe com uma questão.

O Sr. Deputado acha justo que um açoriano que optou por fazer a sua vida de professor no Continente, agora venha, passados os anos que for (10 anos, se calhar, porque isto só dura desde 2003), para cá e seja beneficiado em relação a um, não interessa se é açoriano ou não, porque este concurso, esta legislação, este regulamento, não foi feito para açorianos, foi feito para estabilizar o corpo docente em 2003,…

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … para garantir que os quadros da Região não se limitassem a ser uma porta de passagem para outros quadros do país.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Foi criado para evitar, como na altura havia, que professores que estavam no quadro da Região há 10 anos não conhecessem a escola onde estavam colocados.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Exatamente!

A Oradora: Foi para isso que se criou este regulamento de concursos de professores.

Foi com esta intenção. Não foi um concurso, não foi um regulamento criado, como o senhor gosta de afirmar, para os estudantes da Universidade dos Açores.

Não foi criado para os açorianos.

Este concurso e este regulamento foram criados e estruturados para pensar na estabilização do corpo docente e para criar ligação dos docentes às suas escolas, à realidade, às suas comunidades, às suas ilhas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não, não! Para as suas ilhas os senhores não quiseram!

A Oradora: Deixar de haver esta dispersão, este desligado, como, ficou colocado num sítio que ele nem sabe que se chama Corvo, que se chama Lajes do Pico ou se chama Santa Cruz da Graciosa, mas que ele nunca foi lá durante 6, 8 ou 10 anos, em que tinha lá o seu lugar de quadro até conseguir o trampolim para outros quadros, mesmo que fosse açoriano, porque também há açorianos que estando colocados aqui, preferiram fazer as suas vidas, com toda a legitimidade, noutros espaços do país.

Este quadro, este concurso, Sr. Deputado, não foi criado para beneficiar açorianos.

Este concurso surgiu para estabilizar o corpo docente, para dar outra estabilidade e outra ligação afetiva dos docentes com as suas comunidades educativas, num projeto integrado de reestruturação de todo o sistema educativo regional, em que o PS se empenhou desde 96 e que conseguiu até hoje.

Os senhores, por mais que digam o mesmo e o seu contrário e sejam capazes de o fazer em 2 meses, não para defender ideologicamente o projeto que defendem, mas para irem ao encontro do que o Parlamento decide, nós não conseguimos fazer isso.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, não respondeu à questão.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ora aí está!

Deputado André Bradford *(PS):* Respondeu, absolutamente!

O Orador: A Sra. Deputada não respondeu à questão.

Ponto nº 1 – a Sra. Deputada faltou à verdade.

Quando a primeira proposta do Governo Regional foi apresentada, foram incluídas muitas outras situações de açorianos que podiam estar a concluir as suas licenciaturas noutras universidades do país,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É verdade!

O Orador: … por isso é que a proposta original contemplava os professores que estavam colocados ao abrigo do contingente Açores. É verdade ou não é?

Deputado André Bradford *(PS):* Não é!

O Orador: Quando se incluía os professores que tinham entrado no ensino superior através do contingente Açores, estávamos a falar de quem? De

algarvios? De alentejanos? Ou estávamos a falar dos alunos açorianos que entravam nas universidades?

Esta foi a primeira proposta que foi apresentada neste Parlamento.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ela não sabe!

O Orador: Sra. Deputada, esta proposta foi apresentada e foi aprovada.

Pergunto-lhe: a questão do contingente Açores era para quem? Não era para os alunos açorianos? Foi pensada para quem, Sra. Deputada?

Segunda questão:

A Sra. Deputada perguntava: e um açoriano que esteve dois ou três anos a lecionar no Continente?

Deputado André Bradford *(PS):* E o PSD tem opinião sobre este assunto?

O Orador: Eu dou-lhe outro exemplo: e um continental que aqui trabalhou na década de 80 e que há 20 e tal anos não está aqui e que agora concorre no sistema de prioridades, à frente de qualquer outro açoriano que tirou licenciatura noutra universidade do país?

Essa é que é a questão, Sra. Deputada.

Esta legislação permite que alguém que não trabalha aqui há 10 anos, que não é natural dos Açores, que não tem qualquer ligação com os Açores, que não tem família, que não tem os filhos, que não tem a sua casa, que não tem a sua família constituída, concorra à frente dos açorianos, Sra. Deputada.

Os senhores chamam a isto prioridade regional dos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* O senhor há um mês atrás queria acabar com isso!

O Orador: Eu, em relação a essa matéria, não quero nenhum benefício de excelência para os açorianos. Eu só quero igualdade, porque se esta proposta que está sendo apresentada for aprovada por este Parlamento, esses açorianos que tiraram as licenciaturas noutras universidades do país não concorrem à frente dos que tiraram a licenciatura da Universidade dos Açores. Concorrem

em igualdade, Sra. Deputada. É completamente diferente do que a Sra. Deputada está a dizer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho de novo ao debate para dar razão à Deputada Catarina Furtado. Vou dar razão à Deputada Catarina Furtado neste aspeto:

De facto, esta prioridade não é para proteger os açorianos de nascença ou que residam aqui. Não é! Antes pelo contrário. A instituição destas prioridades prejudicou muito os açorianos.

Não é a primeira vez, julgo eu, que o digo aqui e volto a repeti-lo:

Dentro da mesma família açoriana um dos filhos pode concorrer pela prioridade regional e o outro não pode.

O problema não é isto ser uma prioridade para proteger os açorianos. O problema não é esse.

O problema é a perversão que isto introduz num concurso público de admissão de pessoal para a Administração Pública. Essa é que é a grande questão.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não sei se isso é constitucional!

O Orador: Isto perverte os concursos públicos, para além do facto de que quando as prioridades, chamadas regionais, foram introduzidas, não havia nenhuma necessidade de criar mecanismos para a estabilidade do corpo docente na Região, porque eles já estavam consagrados, designadamente os concursos por 3 anos e a prioridade para quem concorresse por 3 anos, porque nessa altura já havia uma oferta suficientemente alargada para garantir o recrutamento e a fixação de professores nos quadros das escolas dos Açores.

O grande problema é a perversão que estas prioridades introduzem num concurso público. Isso, mais tarde ou mais cedo, tem de acabar, porque não beneficia rigorosamente ninguém e não beneficia muito menos os filhos das famílias açorianas.

Deputado André Bradford *(PS):* Beneficia os alunos!

O Orador: Não faz nenhum sentido a manutenção das prioridades regionais…

Deputado André Bradford *(PS):* Um quadro estável beneficia os alunos!

O Orador: … com alargamentos, com menos alargamentos. Não fazem sentido. As prioridades regionais têm de acabar.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Mas faz menos sentido prejudicando os açorianos!

O Orador: Não fazem nenhum sentido e não podemos colocar as questões desta forma.

O Ministério da Educação já faz uma tentativa para barrar a entrada dos professores dos quadros das escolas dos Açores no Continente. É isso que queremos?

Deputado André Bradford *(PS):* O que nós queremos é defender os alunos!

O Orador: Não me parece que seja isso que queremos, até porque há alguns pais de alunos açorianos que vão estudar lá para fora, professores, que em determinada altura da sua vida, já muito para lá do meio da carreira, procuram uma escola no Continente para acompanhar o estudo dos seus filhos no Continente.

Queremos impedir que os professores que estão aqui, tenham nascido aqui ou não, tenham uma barreira criada pelo Ministério da Educação ou pela Madeira, para não os deslocarmos?

A perversão é esta.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nós fomos contra isso! É verdade!

O Orador: É por isto que estas malfadadas prioridades regionais têm de acabar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford *(PS):* O PSD tem alguma opinião sobre essa matéria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu, por mais que me esforce (e foi ouvido aqui em apartes na sala de gente que cá estava em 2003; eu não estava; em 2003 eu não era Deputada nesta casa, mas há quem esteja em silêncio e era)…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Berto Messias *(PS):* Para quem será esta deixa?

A Oradora: … se pegar no preâmbulo do decreto de então e o ler, em lado nenhum vejo aquilo que o senhor afirmou, quer seja para os formandos, para os formados ou licenciados da Universidade dos Açores. Eu não vejo em lado nenhum, para além de que eu não me sinto obrigada a responder à sua questão, porque isto é um Parlamento de debate.

Eu percebo, é retórica. Política!

Portanto, para dizer que é escusado reiterar a pergunta, porque eu não me sinto obrigada a respondê-la, aliás, o senhor também não respondeu à minha.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Respondi!

A Oradora: Não, não respondeu. Eu pelo menos não me dei conta.

Do preâmbulo da iniciativa de então e de muita boa parte da discussão em plenário de então, eu não vejo outras alegações que não a estabilização do quadro do pessoal docente da Região.

Deputado André Bradford *(PS):* Em nome dos alunos!

A Oradora: É isso que tem norteado esse processo todo, que foi sempre bem-sucedido e sempre elogiado ao longo dos 10 anos que já leva em vigor.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Judite Parreira tem agora a palavra.

Deputada Judite Parreira *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Longe vão os tempos em que as escolas da região, por força da rápida massificação do ensino, se debatiam com a falta de professores habilitados, vivendo, a maior parte delas, com uma elevada percentagem de professores contratados e sem habilitação profissional. Foi, então, necessário apostar fortemente na formação de professores e foi necessário, posteriormente, criar incentivos à sua fixação na região, sobretudo nas ilhas mais pequenas e nos concelhos mais distantes.

Seguiu-se, depois, a opção de criar outros mecanismos concursais em que para além do princípio da ordenação dos candidatos de acordo com a sua graduação profissional, foi necessário recorrer a mecanismos de fixação de docentes, tendo em conta a nossa descontinuidade geográfica.

Assim surgiram as prioridades regionais como forma de beneficiar os docentes, as escolas e os alunos, pois permitindo manter os mesmos docentes contratados vários anos nas mesmas escolas, permitiram a continuidade pedagógica e o maior envolvimento destes nos projetos educativos das escolas.

A proposta de DLR de "Alteração do Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário", apresentada pelo PPM, pretende atribuir-lhe um nível de maior objetividade e transparência ao atual modelo de recrutamento de professores, nomeadamente no que se refere às prioridades regionais.

Reconhecemos-lhe bondade. Reconhecemos que pretende conferir mais justiça e proteger melhor os docentes açorianos, ou aqueles que não sendo açorianos tenham uma especial ligação aos Açores e ao sistema educativo regional.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Concordamos que a região tem o dever e a obrigação de proteger aqueles que optaram por trabalhar nos Açores, contribuindo para a estabilidade do corpo docente das nossas escolas. Concordamos, também, que a região tem o dever e a obrigação de proteger aqueles em quem tanto investiu e que pretendem agora investir os seus conhecimentos e a sua vida na região.

Por essa razão, há alguns meses, votámos contra a extinção das prioridades, por entendermos que tinham sido criadas espectativas nestes docentes que concorrem há já vários anos nestas prioridades e que esses docentes que contribuíram para a estabilidade dos quadros viram também alguma estabilidade e segurança nas suas próprias vidas, que não podiam ser defraudadas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A introdução de uma nova prioridade (uma única, porque se fossem mais, o caso seria diferente) que salvaguarde os candidatos que, sendo açorianos ou não, tenham frequentado e concluído todo o ensino secundário em escolas da região parece-nos uma forma justa de, sem ferir a constituição, proteger os candidatos que ao terminar o curso, pretendam regressar para as suas ilhas e para junto das suas famílias.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Vemos isso como uma mais-valia, sobretudo no caso das ilhas mais pequenas onde é mais frequente a recusa das vagas existentes e onde as necessidades são mais difíceis de suprir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Estamos, no entanto, conscientes de que este modelo de recrutamento não é, certamente, o mais justo, pois haverá sempre alguns candidatos a sentirem-se lesados e que enferma de algumas imperfeições já aqui referidas.

Consideramos que passados 10 anos e com a alteração de algumas condições, nomeadamente uma cada vez maior oferta de docentes, será necessário em breve rever este modelo de recrutamento e consideramos, também, que neste momento é prioritário que o Governo Regional resolva a situação dos docentes contratados e em situação precária, integrando-os nos quadros conforme as necessidades permanentes das escolas, criando acrescidas condições de estabilidade para o ensino na região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta iniciativa, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM, é, no entender do CDS-PP, de evidente interesse.

Quer se concorde ou não com as prioridades regionais, elas existem; e se existem devem ser usadas de forma a beneficiar os Açorianos e/ou aqueles que, efetivamente, pretendem fixar-se na Região e contribuir para a estabilização do ensino.

A verdade é que existem muitos Açorianos que, tendo concluído a sua formação no Continente e que não foram bolseiros da Região, estão fora das prioridades regionais.

Esta alteração proposta pelo PPM é uma forma de tornar mais abrangente, mais equitativa e mais justas as prioridades para todos os Açorianos…

Esta iniciativa defende que os açorianos não sejam prejudicados na sua terra, permitindo aos que tenham concluído a sua formação superior em Portugal Continental puderem concorrer ao mesmo nível de igualdade que os açorianos que tenham concluído a sua licenciatura nos Açores.

Para tal, esta proposta estipula outros critérios de prioridades definindo, segundo o seu proponente, um regime de prioridades mais justo e mais alargado que não exclua qualquer açoriano.

No entanto, não podemos deixar de registar que esta proposta de alargamento apresentada pelo PPM tenha objetivos opostos à última iniciativa (apresentada precisamente pelo PPM) sobre esta matéria, que pretendia acabar com o regime de prioridades.

Saudamos, por isso, a evolução do proponente relativamente à sua pretérita proposta.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP não pode ficar indiferente ao facto do mecanismo de seriação utilizado, neste momento, na Região, permitir deixar de fora professores com classificações muito superiores ao último dos colocados ao abrigo do protetorado atualmente em vigor.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É verdade!

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* É muito centralista!

A Oradora: A convicção do CDS-PP foi, é e sempre será, que o recrutamento, nesta como em outras áreas, se faça valorizando e premiando o mérito, pois no caso vertente é natural e é expectável que melhores professores contribuem para um melhor sistema educativo e, consequentemente, para uma melhor formação e preparação das nossas crianças e jovens, futuros profissionais da Região.

Se os protetorados, no passado longínquo – diga-se – trouxeram algum benefício ao nível da estabilização dos quadros docentes, tal exigência não se

coloca hoje em dia, até porque não são garantia de qualidade, nem promovem os valores que o CDS-PP entende que têm que ser valorizados no mundo do mercado de trabalho: o rigor, o mérito, a excelência, a competência, …

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Assim, consideramos que os propósitos da iniciativa são positivos, porquanto acabam com discriminações entre açorianos, aumenta o leque de escolha, alarga o número de açorianos que podem ser abrangidos e promove o mérito e a excelência.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos também de tecer algumas considerações sobre este Projeto de Decreto Legislativo Regional do PPM e lembrar, desde logo, que em outubro do ano passado, num Projeto de Decreto Legislativo Regional (aliás, tinha praticamente a mesma epígrafe, que é a alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente na Região, do pré-escolar, do básico e do secundário), apresentado pelo Partido Popular Monárquico, o Bloco de Esquerda absteve-se. Absteve-se, porque o mesmo diploma continha, no mínimo, se bem me lembro, três objetivos diferentes, sendo que um deles era voltar aos concursos anuais.

Como então expliquei, o diploma do PPM, do qual constava a pretensão de acabar com as prioridades regionais, tinha uma pretensão com a qual nós concordávamos inteiramente, tanto que penso que tínhamos, no ponto anterior, discutido uma proposta do Bloco de Esquerda exatamente no mesmo sentido, tinha uma outra que era a redução do rácio de alunos por turma, por professor, se bem me recordo, e tinha a pretensão de acabar com as prioridades regionais ou específicas, como lhe queiram chamar.

A nossa abstenção foi então explicada por mim, porque concordando com o regresso aos concursos anuais e concordando com a diminuição dos alunos por turma, discordávamos em absoluto do fim das prioridades regionais, tão legitimamente quanto o Partido Popular Monárquico ou qualquer outro partido as defenderá.

O problema, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, não é o facto do Partido Popular Monárquico voltar a regressar à mesma questão, que é as prioridades concursais regionais. Era o que faltava que isso não fosse legítimo a qualquer partido.

O problema para nós é a forma como o faz. Não é voltar ao seu objetivo político, legítimo, é a forma como o faz que sendo legítima nós não acompanhamos.

Qual é a leitura que fazemos desta forma?

É que no prazo de três meses, de outubro até agora, o Partido Popular Monárquico apresentou duas propostas diametralmente opostas para alcançar exatamente o mesmo desiderato, ou seja, acabar com o regime das prioridades.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é verdade!

A Oradora: É a nossa leitura, Sr. Deputado, legítima também.

Na primeira, defendia o Partido Popular Monárquico o fim das prioridades regionais – ponto.

Nesta última, (última, segundo, enfim, a ameaça do Sr. Deputado), nesta atual tentativa, a amplitude das prioridades é tal que se desvanece no espaço. Ou seja, ou de uma maneira ou de outra, não basta dizer que o que interessa… Isto é o mesmo que dizer que os fins justificam os meios, Sras. e Srs. Deputados.

Esta forma de pragmatismo político não é consentânea com a postura do Bloco de Esquerda.

Portanto, com toda a legitimidade que assiste ao Partido Popular Monárquico em apresentar, ou por cima ou por baixo, exatamente o mesmo objetivo, nós

achamos que vale a pena pensar nos meios e optar por um deles para atingir os fins.

"Nem tudo o que vem à rede é peixe!"

Tal como então, continuamos coerentemente a defender que este não é o momento para acabar com as prioridades regionais. Há outras prioridades no sistema regional de ensino, que foram aliás ditas na parte final da intervenção da Sra. Deputada Judite Parreira, como a integração dos professores contratados, por exemplo.

Parece-nos que neste momento é introduzir um fator de instabilidade, de confusão, de insegurança e de mais preocupação num sistema, neste caso o sistema regional de educação, que está tão pacificado quanto é possível, atendendo à situação que se vive no país.

Por isso achamos que não é o momento de acabar com as prioridades. Provavelmente haverá uma evolução natural, até da parte do Bloco de Esquerda (sabe-se lá!), daqui a algum tempo.

Neste momento, não!

Também não é indiferente o facto de se entrar de qualquer maneira, desde que o objetivo seja alcançado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu até nem tinha pensado voltar ao debate, mas de facto a intervenção quer da Sra. Deputada Judite Parreira, quer da Sra. Deputada Ana Espínola, motivaram-me.

A Sra. Deputada Judite Parreira, na parte final da sua intervenção disse que tínhamos uma cada vez maior oferta de docentes. A Sra. Deputada Ana Espínola, na sua intervenção, falou várias vezes em protetorado.

Não deixa de ser curioso que ambas as afirmações sejam dos partidos que são coligação no Governo da República.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Um Governo da República que tem trabalhado imenso para que na República haja uma oferta imensa de professores à procura de trabalho e um protetorado que, de facto, sendo uma palavra cara, como sabemos, ao líder do CDS-PP, agora se calhar faz mais sentido do que nunca na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso é falta de argumentos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Educação fala.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* O Governo está em silêncio. O César é que responde pelo facebook!

O Orador: Já estou a ficar sem tempo, mas apesar de tudo quero fazer aqui duas referências muito rápidas:

Sra. Deputada Zuraida Soares, o seu discurso foi realmente estratosférico. Veja bem:

Neste momento a proposta que está em discussão é a seguinte:

Além das prioridades, inclui mais uma prioridade: ter frequentado e concluído todo o ensino secundário em qualquer escola do sistema educativo regional em período anterior à entrada no curso que lhe confere habilitação profissional para a docência.

Desta alínea, o que é que a Sra. Deputada concluiu?

O senhor quer acabar…

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Estou a falar na generalidade do diploma!

O Orador: O que o senhor está a apresentar neste Parlamento é o fim das prioridades.

Não, Sra. Deputada!

A responsabilidade da sua votação é a seguinte, Sra. Deputada: a senhora terá que explicar aos professores dos Açores que estão no desemprego, que tiraram as suas licenciaturas fora da Universidade dos Açores, que eles estão desempregados porque votou contra.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Ainda não passámos à especialidade!

O Orador: Ai vai, vai! Vai ter que explicar, como o Sr. Presidente do Governo vai fazer, como o Sr. Vice-Presidente do Governo e como o resto do Governo vai ter que dizer, que "assistimos de bancada ao debate e lavamos as nossas mãos como Pilatos. Os senhores concorrem em desigualdade de condições e estão no desemprego por nossa causa,…

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Demagogia! O Sr. Deputado é que queria acabar com isso!

O Orador: … por causa da nossa passividade ao pretendermos votar contra a proposta do PPM". É essa a conclusão, é essa a vossa responsabilidade.

Segunda questão:

Sra. Deputada, eu tenho aqui o texto original que foi aprovado em 2003. Veja bem:

Quarta prioridade: "tenham acedido ao ensino superior, para o curso que lhe confere habilitação profissional para a docência, integrados no contingente da Região Autónoma dos Açores".

Pergunto-lhe: isto nega ou não nega todo o seu discurso? Isto contraria ou não contraria o seu discurso?

É evidente que sim!

Mais. A solução do PPM protege os açorianos, os professores açorianos que tiraram as suas licenciaturas noutras universidades do país. Protege no sentido em que eles concorrem em igualdade de circunstâncias com a sua classificação académica e com o tempo de serviço. Concorrem em igualdade! É isso que o PPM pretende e é justo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Finalmente inscreveu-se!

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** *(Luiz Fagundes Duarte):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão pelo seu espírito de resiliência e até mesmo de insistência, que tem dado provas neste plenário.

O projeto de alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, oportunamente apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, sobre o qual eu me pronunciei na Comissão de Assuntos Sociais, pretendia inicialmente alargar o âmbito de aplicação das designadas prioridades regionais que passariam a abranger também os candidatos que:

1- Tenham concorrido ao ensino secundário em qualquer escola do sistema educativo regional no período que antecedeu a entrada no curso que lhes confere habilitação profissional para a docência;

2- Se encontrem a lecionar como docentes profissionalizados no respetivo grupo ao nível de docência em escola da rede pública particular, cooperativa ou solidária da Região Autónoma dos Açores, ou;
3- Possuam habituação profissional para a docência e residam na Região Autónoma dos Açores há pelos menos 3 anos.

Na altura, quando fui à Comissão, desmontei esta argumentação…

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

… de maneira – aliás, anunciou no momento – que o Sr. Deputado apresentou hoje uma proposta de alteração a ele próprio.

O autor do projeto, repito, apresentou hoje mesmo uma proposta de alteração ao seu texto inicial, retirando as duas últimas condições e dando uma voltinha jeitosa, maneirinha, à primeira, o que só por si nos desperta algumas dúvidas acerca daquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão realmente pretende com as suas iniciativas, porque cada vez que fala sobre a matéria tem uma posição diferente.

O que é que pretendia o Sr. Deputado com o seu projeto inicial? – e já foi referido aqui.

Pretendia alargar de tal forma a abrangência das designadas prioridades regionais, que as mesmas deixariam de ser uma forma de garantir a estabilidade dos quadros docentes da Região e de evitar que os mesmos sejam utilizados como mero ponto de passagem para o ingresso dos quadros de outras regiões do país,…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é verdade!

O Orador: … designadamente nos quadros docentes da Administração Central.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é verdade!

O Orador: Ou seja, um professor chegava cá e era colocado a substituir…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é isso que está em apreciação!

O Orador: … por exemplo, um professor que adoeceu.

No dia seguinte abria concurso. Esse professor que já estava cá na Região podia concorrer ao abrigo das prioridades. Isso fazia com que qualquer cidadão deste país, que tivesse a habilitação para a docência, podia gozar da prioridade regional numa escola dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é verdade!

O Orador: É verdade sim senhor, tanto é que o senhor retirou a sua proposta e substituiu por uma outra, como eu lhe disse há pouco, manhosa.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é verdade! Manhosa?!

Deputado Bruno Belo *(PSD):* A educação está pelas ruas da amargura!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Isto parece-me uma banda filarmónica!

(Risos da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Manhosa no sentido etimológico do termo, com manha para tentar iludir a situação.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão entendeu emendar a mão e agora apenas pretende, para além das condições previstas no DLR 22/2012/A, alargar a possibilidade de candidatura aos concursos de pessoal docente, a todos aqueles que tenham frequentado e concluído todo o ensino secundário em qualquer escola do sistema educativo regional, em período anterior à entrada no curso, que lhe confere habilitação profissional para a docência. Isto, mais menos, é o que o Sr. Deputado diz na sua emenda ao texto inicial.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Está a ver, Sra. Deputada Catarina Furtado!

O Orador: Ou seja, o PPM pretende, agora, alargar o âmbito da aplicação de tais prioridades aos potenciais candidatos que, só porque frequentaram e concluíram o ensino secundário numa das nossas escolas (eu pergunto: qual é a

relação que existe entre a conclusão do ensino secundário e a habilitação profissional para a docência?), passariam a beneficiar da prioridade regional nos concursos do pessoal docente da Região, como se isso só por si fosse prova de garantia (e agora vou citar) de "uma especial ligação à Região Autónoma dos Açores" – um conceito que tem vindo várias vezes a ser referido – "… e que apenas por tal facto contribuíssem para dar garantias de estabilidade ao corpo docente da Região".

Esta proposta permitiria efetivamente que aqueles alunos que se deslocam para o Continente para frequentar um curso superior na área do ensino, por inexistência do mesmo na Universidade dos Açores, logo que o terminem, regressam à Região, por pretenderem aqui fixar a sua residência, e passam automaticamente a poder beneficiar da prioridade regional.

Esta proposta, embora com forma diferente, e aqui já foi referido, já havido sido contemplada no regulamento dos concursos da Região, aquando da criação inicial das condições de prioridade na qual se fixava a condição de os candidatos terem acedido ao ensino superior integrados no contingente especial da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ora, está a ver, Sra. Deputada Catarina?!

O Orador: Ou seja, a abrangência material da norma na altura era semelhante.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não era igual!

O Orador: Há aqui uma ligeira diferença, mas é semelhante.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Mas não era igual! Foi declarada inconstitucional!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Está a ir de uma forma manhosa!

O Orador: De qualquer forma foi declarada inconstitucional pelo Acórdão nº 232/2013, de 17 de junho, pelo facto de entender que tal requisito – e vou citar o acórdão – "constitui um fator extrínseco, que por si só nada acrescenta e não revela uma particular ligação à Região Autónoma dos Açores", defendendo-se

no acórdão, e volto a citar, " … sem pôr em causa as razões que estão na base da fixação do referido contingente, há de considerar-se que a utilização da pertinência a ele, enquanto elemento demonstrativo de uma particular ligação à Região Autónoma dos Açores, para justificar uma preferência de ordenação dos candidatos (…), excede a liberdade de conformação do legislador, ao postular uma diferenciação de tratamento sem qualquer justificação razoável, violando desta forma, segundo é lição corrente da doutrina e da jurisprudência constitucional, a proibição do arbítrio, que representa uma primeira dimensão do princípio da igualdade."

Nesta linguagem do tribunal, está claramente dito aquilo que interessa aqui.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não, não está!

O Orador: Concluindo, na prática, esta proposta que o Sr. Deputado apresenta agora, é uma forma de adulterar as designadas prioridades regionais que foram oportunamente consideradas, quer pelo Tribunal Constitucional, quer pelo Tribunal Europeu, como estando em conformidade com a Constituição da República Portuguesa e com o Direito Europeu, com o fundamento de que a Região – também já foi referido por várias Sras. e Srs. Deputados nesta sala – necessitava de criar um quadro docente estável, e considerando que tal estabilidade seria mais facilmente conseguida se os centros que a constituíssem tivessem uma particular relação prévia com a Região Autónoma dos Açores.

Quando se fala em relação prévia, estamos a falar de trabalho, estamos a falar de relações profissionais, porque uma coisa é uma pessoa que nasce nos Açores, que faz o ensino secundário nos Açores e depois, por razões diversas, vai para o Continente e volta, outra coisa é um professor – e o Sr. Deputado é uma prova disso – que decide vir viver para os Açores.

Portanto, estamos a falar de relações particulares com a Região mas de cariz profissional, não de cariz afetivo ou emotivo.

No entanto, e na perspetiva do Governo, será exagerado entender-se que o facto de um candidato a docente ter frequentado e concluído o ensino secundário na Região, o que não lhe confere habilitação profissional para a docência, é depois o curso superior que a lhe confere, seja suficiente para enquadrar uma particular relação prévia com a Região Autónoma dos Açores.

Agora seria o 12º ano, às tantas viria o 9º ano e depois o 4º ano ou até, para aqueles mais velhos, a 4ª classe. Se calhar acabaríamos por chegar ao local de nascimento.

Se tal acontecesse este seria um passo muito importante no sentido de se vir a considerar o local de nascimento (o facto de ser açoriano, e não é isso que está previsto, nem nunca esteve previsto no texto legal) como um argumento para se beneficiar da prioridade regional, o que constituiria, ou poderia vir a constituir, agora com alguma liberdade, um grave atentado ao disposto no nº 2 do artigo 13º da Constituição, ou seja, "ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem..."

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é território de origem!

O Orador: Daqui a dias, Sr. Deputado, por esse andar, uma vez que o Sr. Deputado já deu várias voltas no seu pensamento sobre esta matéria, estaríamos, provavelmente ainda nesta legislatura,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é isso que está em discussão Sr. Secretário!

O Orador: … a discutir a condição de nascimento para ser candidato aos concursos…

Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Paulo Estêvão/Gago da Câmara!

O Orador: … para o quadro docente da Região Autónoma dos Açores.

Sra. Presidente, terminei. Muito obrigado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor acabou de confirmar o que disse o Deputado Paulo Estêvão!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Judite Parreira tem palavra.

Deputada Judite Parreira *(PSD):* Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário fez um discurso nada manhoso.

Eu acho que a manha, do ponto de vista do debate parlamentar, até não é um defeito. Agora, o que eu considero é que o Sr. Secretário tem uma argumentação absolutamente contraditória. Veja bem:

Diz o Sr. Secretário: o que o senhor pretende fazer é o que o Governo dos Açores pretendia fazer em 2003.

Qual é a diferença, em relação ao universo, entre o contingente Açores e os alunos que aqui concluíram o ensino secundário? Qual é a diferença do universo?!

O Sr. Secretário diz, de uma forma nada manhosa: não é nenhuma! O que o senhor pretendia fazer é o que o Governo dos Açores queria fazer.

É a sua conclusão. O universo é o mesmo.

Depois leu o acórdão do Tribunal Constitucional. O acórdão do Tribunal Constitucional que chumbou esta solução, chumbou por uma só razão. É porque considerava que a mesma pessoa podia vir a ser beneficiada duas vezes.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Era beneficiada porque entrava através do contingente Açores e era beneficiada porque depois tinha um sistema de prioridade.

É evidente que foi por aqui que o Tribunal Constitucional decidiu o que decidiu.

Diz o Sr. Secretário: o Sr. Deputado ao querer direcionar a sua proposta para esse universo, que foi a proposta e o universo que os senhores quiseram atingir em 2003, depois pode vir a afetar a Constituição.

Eu não sei se é da vizinhança com o Representante da República, mas o senhor começa a ter essas levas.

Quanto faltam os argumentos, não é constitucional.

Sr. Secretário, o que o senhor tem que responder é ao seguinte:

Acha justo que alunos açorianos, professores açorianos, que tiraram as suas licenciaturas noutras universidades do país, concorram, num processo concursal em que não tenha nenhuma hipótese, só porque tiraram a licenciatura noutras universidades do país e não tiraram na Universidade dos Açores? É esta a pergunta, Sr. Secretário.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E o Sr. Secretário não deu essa resposta.

O Sr. Secretário é responsável que algumas dezenas de professores açorianos fiquem desempregados, não porque se lhes crie alguma prioridade do ponto de vista de comparação em relação a outros docentes.

O PPM está aqui a dizer é que concorram num plano de igualdade com estes docentes que têm prioridade. É tão simples como isto, porque da forma como isto está, os açorianos são estrangeiros e são tratados como estrangeiros na sua própria terra. É essa a questão e eu não mudo de opinião.

O que aconteceu foi que o Parlamento dos Açores disse: "o quadro em que temos que trabalhar é este". Eu aceito. Isto não é mudar de opinião, isto é democracia, é aceitar opiniões dos outros. Foi isso que eu fiz.

É este quadro que eu tento tornar um quadro mais justo e que sobretudo não prejudique os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não estava para intervir neste debate, mas quando se trata de defender os interesses dos açorianos, do ensino açoriano, dos alunos açorianos e das famílias açorianas, sinto-me na obrigação de o fazer.

Ou o Governo diz uma coisa e essa coisa é certa, e a Sra. Deputada Catarina Furtado também, ou então vamos lá ver se nos entendemos:

Estabeleceram-se aqui as prioridades regionais para estabilizar o corpo docente. É uma medida, e bem, com algumas críticas, implementada na altura.

Mas dizia-se aqui o ano passado e há dois anos que o corpo docente nos Açores estava estável, estava e está estabilizado.

Pergunto à Sra. Deputada Catarina Furtado se o corpo docente nos Açores está ou não está estabilizado? É a primeira pergunta.

A segunda questão que quero aqui colocar é exatamente se os alunos açorianos, nascidos e criados nesta terra, que se esforçaram para fazer a escola primária, o ensino secundário, tudo na sua terra, que tiveram que se esforçar para entrar numa universidade no continente e que por acaso até precisavam de uma média mais alta do que na Universidade dos Açores, devem ser discriminados?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente! Essa é que é a questão!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* A questão e a existência das prioridades!

O Orador: É essa a questão. Em que é que esse aluno tem menos mérito do que o outro?

Essa família açoriana, esse aluno com os mesmos direitos que o outro, só porque optou, até às vezes por ser mais barato para essa família (sabem porquê? Eu conheço alguns casos), porque têm familiares em Coimbra, em Lisboa ou no Porto e preferem que os seus filhos, por uma questão económica, vão estudar para o continente, porque têm lá tios, têm lá primos e não têm cá, não têm na Terceira, não têm em São Miguel…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem, Sr. Deputado!

O orador: … mas têm no continente, deve ser penalizado, porque se quer instituir prioridades que hoje em dia não servem para nada?

Se o tal corpo docente está estabilizado, como foi aqui afirmado nesta casa variadíssimas vezes, em críticas à oposição, que o corpo docente nos Açores estava estável (ainda, há bem pouco tempo, a sua antecessora dizia isto aqui, está aqui presente e lembra-se), então vamos lá ver se nos entendemos.

O que os senhores estão a fazer ao chumbar esta iniciativa é nada mais, nada menos do que a prejudicar açorianos…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente!

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: É verdade!

O Orador: … que têm os mesmo direitos que os outros.

Se bem se lembram, nós, aqui, quando o Governo da República quis discriminar os professores que dão aulas nos Açores, pusemo-nos todos em bicos de pés, e bem, e foi bem defendido, ali pela sua antecessora, porque não achávamos justo. Queríamos a mobilidade daqui para o continente e vice-versa.

Agora, somos nós, que defendemos a autonomia, somos nós que defendemos os açorianos, somos nós que queremos a Via Açoriana para a educação, já agora, que vamos impedir que os açorianos e as famílias açorianas sejam penalizados?

O que os senhores vão fazer, ao chumbarem esta iniciativa do PPM, é prejudicar os alunos e as famílias dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)* e **Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: O PS não tem mais nada a dizer, depois de ter perdido a razão.

Não se esqueçam de ir às ilhas mais pequenas dizer isso às pessoas.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem 2 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Volto a esta questão:

O Sr. Deputado Artur Lima acabou de focalizar o seu discurso naquilo que é essencial.

Aqui, e neste projeto, há uma pergunta que é feita: os alunos, os professores açorianos que tiraram as suas licenciaturas noutra universidade que não nos Açores, devem ou não concorrer, em igualdade de circunstâncias, com os professores que tiraram as suas licenciaturas na Universidade dos Açores ou que aqui já trabalharam 3 anos?

Devem concorrer em igualdade de circunstâncias ou não?

São tratados como açorianos de segunda ou não estão a ser quando se chumba esta proposta?

É ou não é injusto que esses açorianos que fizeram este investimento, estas famílias, sejam colocados no desemprego?

A diferença entre estar na prioridade ou não, faz toda a diferença. São 200 ou 300 lugares, é a possibilidade de ficar colocado ou não.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* O senhor queria acabar com as prioridades!

O Orador: Temos muitas situações de alunos açorianos que tiraram as suas licenciaturas noutras universidades com médias académicas mais altas e que são relegados para o desemprego.

Os senhores, ao inviabilizarem este projeto, são responsáveis diretos por colocar estes professores no desemprego.

É essa a vossa responsabilidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste debate, mas parece-me importante, depois de tudo aquilo que foi proclamado pelos diversos partidos nesta casa, hoje, que se faça aqui algum esclarecimento.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Os restantes elementos do Grupo Parlamentar não têm capacidade para vir ao debate!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, se quer discutir educação comigo, inscreva-se, se faz favor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Educação ainda discuto, agora a falta dela já não sou capaz disso!

O Orador: Voltemos àquilo que importa.

A verdade é que no passado recente (há bem pouco tempo), nesta casa, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (e volto a repetir, é muito legítimo da sua parte) veio com a ideia, e apresentou os seus argumentos, de acabar com as prioridades regionais, o que é legítimo. Foi discutido, houve votações.

Penso que haverá, hoje, nesta casa, alguma inversão nas votações.

Na altura, o senhor começou o seu debate, se bem me lembro, dizendo que muitos professores concordam (e já o disse!) e outros não concordam, relativamente à extinção das prioridades regionais.

Depois disse: isso afeta um grupo de pessoas.

O trabalho da oposição, e aqui enquadra-se perfeitamente nesta proposta, é fazer toda a gente feliz.

A verdade é que na altura os argumentos apresentados andaram à volta do insucesso escolar dos alunos. Até foi referido aqui, se o senhor bem se lembra, numa discussão que tivemos num protesto e num contraprotesto, a palavra gueto, que foi utilizada nesta casa.

Na altura tivemos aqui um *tête-à-tête.* O senhor falava no insucesso escolar dos alunos, tendo em conta que se fechava o leque de escolhas com as prioridades regionais.

Deputado Berto Messias *(PS)*: Muito bem lembrado!

O Orador: O que me parece uma demagogia e um populismo é vir hoje a esta casa alargar as prioridades regionais.

Deputado André Bradford *(PS)*: Muito bem!

O Orador: No mês seguinte podemos vir aqui e alargar a toda a Europa, depois alargar a todo o mundo, ou seja, acabamos com as prioridades regionais. Penso que é isso que o senhor quer.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado:

Na altura, eu utilizei aqui alguns argumentos que o senhor utiliza hoje. O senhor utilizou com uma grande demagogia, a colocar o *know how* na parte do Partido Socialista e do Governo.

A verdade, Sr. Deputado, é que – já utilizei ontem e volto a utilizar hoje – o dia seguinte depende sempre da noite anterior.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura *(Luiz Fagundes Duarte):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tencionava voltar a intervir nesta discussão, mas gostaria de relembrar o seguinte:

A questão das prioridades está arrumada, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão reconheceu.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*: Está arrumada?!

O Orador: Esta casa já se pronunciou, recentemente, sobre a questão das prioridades. Portanto, não é isso que está em causa aqui.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Parece que é!

O Orador: Agora, não faz sentido, e aqui está a haver uma deriva, na minha opinião, que se volte a discutir nos termos em que o Sr. Deputado Paulo Estêvão discutiu a questão das prioridades.

O que estávamos aqui a discutir era a maneira que o Sr. Deputado utiliza para contornar aquilo que foi uma decisão desta Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Mas qual é a maneira?

O Orador: A maneira?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Eu não quero que os açorianos sejam prejudicados!

Deputado Francisco César *(PS)*: O senhor faz a pergunta e dá resposta!

O Orador: O Sr. Deputado vem utilizar como argumento para dar cabimento à prioridade regional o facto de a pessoa ter frequentado e completado o ensino secundário na Região. Isso naturalmente acontecerá a muitos açorianos, por definição, mas também pode acontecer a muitos que não sejam açorianos.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Quais são? Decidem no pré-escolar onde querem estudar!

O Orador: Haverá muitas situações, e todos nós conhecemos, de pessoas que vieram, por uma razão qualquer familiar, completar o secundário cá, mas que não os prende, nem estabelecem nenhuma relação afetiva, nem de outro tipo, com os Açores.

Portanto, o que eu queria referir é que, sendo sensível aos argumentos que o Sr. Deputado utiliza, as conclusões que daí tira não são corretas.

As prioridades foram definidas por esta casa, foram tomadas nesta casa e confirmadas nesta casa. É isso que está em causa e que deve ser considerado.

Não basta aparecer uma solução desse tipo que, só por si, não resolve o problema, porque ter completado o secundário nos Açores não implica que seja açoriano…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Frequentado e completado!

O Orador: … ou que tenha uma particular relação com os açorianos.

Agora, como está nas prioridades, pessoas que tiraram o curso cá, que fizeram o seu estágio profissional, ou que abdicaram de uma eventual carreira no continente ou noutra região para vir para os Açores, esses, sim, estabeleceram um contrato com a Região, quiseram de livre vontade vir para a Região para se estabelecer.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E os açorianos não estão cá por livre vontade?!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*: Em que é que os alunos açorianos beneficiam com isso? Nada!

O Orador: Essas pessoas estão nas nossas escolas e essas pessoas estão a contribuir para a estabilidade do nosso quadro docente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas tem muito pouco tempo. Agradeço que seja breve.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Surgiu o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, qual "capitão América congelado",…

(Risos da Deputada Graça Silveira)

… que descobre que existe livre circulação. Diz ele que daqui a pouco até da Europa podem vir dar aulas nos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS)*: Eu não disse isso! Eu disse alargar as prioridades!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*: Disse, disse!

O Orador: Que podem deslocar-se as pessoas na União Europeia.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS)*: Eu não disse isso!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor deve estar "congelado" há muitas décadas em relação àquilo que é a realidade.

A realidade da Europa é a livre circulação de pessoas. Em Portugal devia ser a mesma coisa.

Outra coisa, Sr. Deputado, é trabalhar numa questão que é essencial.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

É que sendo imposto este sistema de prioridades com que eu não concordo, o que acontece é que eu não quero que os alunos dos Açores, que os açorianos, sejam tratados como pessoas de segunda na sua própria região.

Deputado André Bradford *(PS)*: Sr. Deputado, os alunos dos Açores estão na escola!

Os seus filhos estão nos Açores e estão na escola!

O Orador: Esta é uma questão absolutamente percetível e muitos dos que nos estão a ouvir hoje…

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

… sabem que estão a ser prejudicados na sua terra, sabem que têm licenciaturas em ensino e não podem dar o seu contributo à sua terra, ensinando português e história.

Qual é o crime tirar uma licenciatura em Coimbra ou em Lisboa?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Sra. Presidente, era uma para interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** *(PS):* Sra. Presidente, eu gostaria que a senhora confirmasse se nós estamos ainda no debate na generalidade do diploma 21/X, ou se já passámos à especialidade, e se o que deu entrada na mesa, por parte do PPM é uma proposta de substituição integral ao diploma, ou é uma proposta de alteração para a especialidade?

Isso faz perceber à câmara que nós já nos desviámos da questão central há muito tempo, e que a proposta inicial, a debate nesta casa, no período em que estamos na generalidade, era, sim, a proposta inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão que, como eu disse na minha primeira intervenção e como outros tiveram oportunidade de referir nesta casa, não era mais do que, com outro texto, eliminar as prioridades.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, a mesa já percebeu o conteúdo da sua interpelação, no entanto, tenho que fazer aqui um esclarecimento.

De facto, estamos no debate na generalidade.

No entanto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão apresentou à mesa uma proposta de substituição integral, que, sendo um decreto legislativo regional, a mesa entendeu que seria mais rigoroso ser feita uma proposta de alteração e não uma proposta de substituição integral.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Está respondido!

Presidente: Caso o diploma seja aprovado na generalidade, será votada a proposta de alteração, mas foi por sugestão da mesa que não foi entregue a proposta de substituição integral.

Penso que estamos esclarecidos.

A mesa não tem mais inscrições, pelo que vamos passar à votação deste diploma na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Olha a Via Açoriana!

Deputado Francisco César *(PS):* Está no Tribunal Constitucional!

Secretária: O Projeto de DLR foi rejeitado com 30 votos contra votos do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estou de consciência inteiramente tranquila.

Tudo fiz, mas fiz mesmo tudo, para que os professores açorianos, alguns deles que me procuraram chamando-me a atenção para o facto de estarem a ser tratados como açorianos de segunda na sua própria terra…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os senhores nunca mais falam em açorianos de segunda nesta casa!

O Orador: ... porque, tendo tirado as suas licenciaturas noutras zonas do país, estão a concorrer aqui sem qualquer tipo de hipótese e vão voltar a concorrer em janeiro sem qualquer tipo de hipótese. Vão continuar no desemprego, mas eu estou de consciência tranquila.

Fiz tudo para que tivesse sido feita justiça a estes professores dos Açores, não que eles concorressem com alguma prioridade em relação àqueles que estão a lecionar aqui há 3 anos ou que tiveram bolsa ou que tiraram licenciatura na Universidade dos Açores, mas que concorressem no mesmo patamar e que o único fator que contasse fosse a média académica e a antiguidade (mais nada) como é no resto na Administração Regional e como é justo e universalmente aceite.

A estes açorianos não lhes foi dada esta oportunidade.

Vão concorrer a 200 ou 300 lugares abaixo dos outros, só porque não lhes é dada uma prioridade na sua terra a que eles têm direito.

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor prejudicaria muitos mais açorianos com a sua proposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabamos de votar contra a iniciativa do PPM por considerarmos que em menos 2 meses, a Representação Parlamentar do PPM trouxe aqui uma coisa e outra que era a mesma: terminar com as ditas prioridades regionais.

O Grupo Parlamentar do PS, coerentemente com a posição que teve em outubro, teve oportunidade de fazer exatamente o mesmo exercício da sua coerência ideológica.

Deputados Pedro Moura e Lúcio Rodrigues *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18:15 H.

Agradeço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da mesa.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 54 minutos.

Entramos no ponto 8 da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X – "Cria o regime de integração excecional dos docentes contratados nos quadros da Região Autónoma dos Açores, através de um concurso externo extraordinário em 2014",** apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação do diploma.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda faz um requerimento à mesa no sentido de que este Projeto de Decreto Legislativo Regional baixe novamente à Comissão de Assuntos Sociais na expetativa de que, através de um trabalho mais apurado e mais aprofundado, seja possível encontrar os consensos necessários para que os professores contratados na nossa Região possam a curto/médio prazo encontrar a estabilidade profissional e pessoal a que têm direito.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida acabou de fazer um requerimento oral a pedir que este diploma baixe à Comissão para reapreciação.

Sendo um requerimento e tendo sido também admitido pela mesa, vamos proceder à sua imediata votação.

Como sabem terá que ser votado de imediato, sem discussão e sem declarações de voto.

Vamos votar o requerimento apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O requerimento oral apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o requerimento, este Projeto de Decreto Legislativo vai baixar de novo à Comissão

Avançamos para o ponto 9 da Agenda: **pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha do Sr. Deputado Lizuarte Manuel Machado.**

O relatório foi distribuído por todos. Deduzo que não há inscrições, pelo que vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 11 da nossa agenda é o **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 55/X - "Sede da Empresa de Transportes Marítimos na Horta",** apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para apresentação da urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais esclarecer que este pedido de urgência do Projeto de Resolução do BE que propõe que a Sede da Empresa de Transportes Marítimos fique na Horta, vai no sentido da redução de prazos do exame em Comissão. Não é pedido de urgência de discussão da análise em sede de Comissão, mas é o pedido de urgência para que os prazos em sede de Comissão, nomeadamente as audições, possam ser encurtados.

Esta urgência tem algumas razões de ser, desde logo, o facto de estarmos todos confrontados na Região com a promessa do Governo Regional de que a fusão destas duas empresas marítimas, a Atlanticoline e a Transmaçor estaria para breve.

Como não sabemos o que este breve quer dizer convém que este Projeto de Resolução possa ter uma resposta e uma votação antes da decisão do Governo.

Esta será uma das razões da urgência.

Por outro lado, quando por exemplo no ponto primeiro da nossa Resolução pedimos a esta Assembleia que recomende ao Governo Regional dos Açores que decida urgentemente sobre a fusão destas empresas, também o fazemos pensando nos custos em manter duas empresas.

Portanto, há aqui também uma urgência de reduzir custos financeiros.

Depois, também, porque é necessário pôr um fim a toda uma polémica que tem atravessado a nossa sociedade – estas duas empresas, desde logo, e os seus trabalhadores e trabalhadoras, desde logo – saber qual é o seu futuro: onde é que ficam? Como é que ficam? Como é que vai ser a fusão? O que é que lhes acontece?

Também achamos que a urgência é no sentido de dar uma resposta esclarecedora e tranquilizadora, pelo menos no sentido definitivo, aos trabalhadores e trabalhadoras destas empresas.

Por fim, sabendo que o Plano Integrado de Transportes está pronto e esteve mesmo para ser aprovado no último Conselho do Governo, não queremos acreditar que um dos vértices fundamentais dum Plano Integrado de Transportes que vai ser testado, digamos, pioneiramente no triângulo, de que o Faial faz parte, não tenha já considerado o local onde operacionalmente a sede dos transportes marítimos vai ser localizada. Isso seria absolutamente estratosférico.

Por estas razões pensamos que a urgência é possível, é aconselhável e estranharemos se o PS assim não o entender.

Dizer também a propósito ainda deste nosso Projeto de Resolução que já foi dito aqui nesta casa pelo Sr. Secretário Regional de Turismo e Transportes, em resposta, aliás, a uma pergunta reiterada do BE, no caso de mim própria, que não via nenhuma razão para que a sede operacional, logística (dito de outra maneira), onde a maioria dos trabalhadores estão sedeados, seja no Faial.

Não havia nenhuma razão contra. Agora o que queremos saber é se há alguma razão a favor e qual. Qual é a decisão?

Portanto, à partida, pensamos que numa ilha – para terminar esta breve introdução – que tem sido sujeita ao abandono de variadíssimas empresas e recursos económicos (começo na COFACO, por exemplo, e acabo na Rádio Naval, por outro lado); numa ilha que tem o seu tecido económico visivelmente debilitado dia após dia; numa ilha que precisa de uma aposta e de um investimento grande da parte quer dos privados, quer dos responsáveis públicos para que acorde e consiga consagrar e oferecer emprego a quem nela se quer fixar porque esta ilha precisa de gente, precisa de massa crítica, precisa de jovens, precisa de pessoas que lhe deem vida e que lhe deem sobretudo um futuro que possa ser alcançado com dignidade por todos e por todas que aqui vivem; tendo esta ilha sido sujeita, como eu disse, ao abandono e à espoliação de variadíssimas formas de angariar riqueza, parece-nos da justiça mais elementar que a sede da fusão destas duas empresas, volto novamente ao Plano Integrado e o número de passageiros que circulam neste triângulo, até se compararmos com a Atlanticoline e com Ponta Delgada, a diferença é de facto abismal, esta empresa tenha a sua sede operacional, logística. Traduzindo, para que isto não possa ser de maneira nenhuma entendido de outra maneira do ponto de vista demagógico, que a maioria dos trabalhadores desta empresa fiquem aqui sedeados no Faial.

É este o propósito e quanto mais depressa a decisão melhor para o Faial e melhor também para o Governo Regional que em vez de pagar duas empresas, passa apenas a sustentar uma.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Para intervirem no debate podem inscrever-se os Grupos e Representações Parlamentares.

Intervêm uma única vez pelo que estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, e ao BE, devo felicitá-la por esta sua iniciativa porque teve a coragem de a fazer.

Devo felicitá-la, porque se fosse eu a fazê-la já estavam a apelidar-me e a acusar-me de centralista …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E bairrista!

Deputado Francisco César *(PS):* Bairrista e centralista!

O Orador: … e bairrista, que é as encomendas que algum PS fez e as acusações que algum PS faz. Não sendo capazes de jogarem com argumentos válidos jogam com ataques baixos.

Portanto, felicito-a pela sua iniciativa que apoiamos. Felicito-a porque é uma iniciativa a bem dos açorianos;…

Deputada Isabel Almeida Rodrigues *(PS):* O senhor agora vai votar é a urgência!

O Orador: … é uma iniciativa que faz e está imbuída no espírito da autonomia; é uma iniciativa que promove o desenvolvimento harmónico dos Açores.

Quando há bocado se falava que era preciso um outro modelo autonómico, extinguindo figuras, começando com revisões da Constituição, nada mais falso.

A nova autonomia (um programa de alguém do passado), a diferença, a revolução, a evolução que se pode fazer no sistema autonómico, somos nós que a temos que fazer.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Não é a revisão da Constituição; não é extinguir figuras, não é inventar figuras. Somos nós que a temos que fazer e isto é um passo nessa direção (pequeno é certo) mas é um passo nessa direção. É preciso ter a coragem de o fazer. É preciso ter a coragem de o executar se queremos que os Açores andem a uma velocidade e não a duas ou a três velocidades como, infelizmente, acontece e como infelizmente ao fim de quase quarenta anos de autonomia nós ainda não conseguimos ter um desenvolvimento nos Açores que se possa dizer "os Açores são uma Região desenvolvida".

As oportunidades de um florentino são iguais às oportunidades de um terceirense ou de um micaelense? Não o são e temos que dar pequenos passos nessa direção e deixarmo-nos de bairrismos serôdios, …

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito bem!

O Orador: … de política baixa, de ataques políticos baixos que não dignificam a política e atingem pessoas por defenderem apenas o desenvolvimento e a autonomia dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Foi a melhor intervenção que o senhor fez!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me em primeiro lugar que saúde a câmara e desejo a todos um bom ano, na minha primeira intervenção no ano de 2014.

Sras. e Srs. Deputados, temos uma intervenção de uma urgência do BE que tem fundamentalmente dois pontos: o primeiro relativo a que o Governo decida urgentemente sobre a fusão da Transmaçor e da Atlanticoline e um segundo para que a sede desta futura entidade e a sede operacional fiquem na Horta.

Não irei discutir neste Plenário o mérito ou não deste Projeto de Resolução, até porque não é este o objeto deste debate.

Apenas posso salientar que a questão da fusão da empresa Transmaçor com a empresa Atlanticoline não é uma questão que esteja para se decidir. O anúncio da fusão destas duas empresas já foi feito, estando a ser trabalhada pelo Governo dos Açores.

A questão que se põe tem a ver com a urgência e com a necessidade da Comissão de Economia fazer um debate num curto espaço de tempo.

Mesmo podendo concordar com alguns dos argumentos do Deputado Artur Lima, o que o Deputado Artur Lima não disse é que tudo isto tinha que ser feito à pressa.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não disse!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É uma pressa de 5 dias apenas!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima acabou por não dizer se era a favor ou se era contra a urgência.

Além disso há outro fator que a Sra. Deputada deve ter em conta, não só o BE, e muito bem apresentou este Projeto de Resolução, como também há uma Petição na Comissão de Economia que aguarda discussão.

Na opinião do PS essa discussão deve ser feita com ponderação, porque é um processo que está em curso, a fusão dessas duas empresas, deve ser feito em conjunto com todos os trabalhadores e deve ser analisado com calma.

Mais, este projeto de fusão assenta também naquilo que vai ser o Plano Integrado de Transportes, Plano Integrado de Transportes este, que o BE tanto falou neste Parlamento.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Já disse!

O Orador: O facto é que nós ainda não conhecemos o Plano Integrado de Transportes

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não conhecem?!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor já conhece!

O Orador: Sra. Deputada, eu gostava de terminar o meu raciocínio. Eu tenho todo o gosto em ter esse diálogo consigo mas gostaria de apresentar a posição do PS a esta câmara.

O Plano Integrado de Transportes será aprovado em breve pelo Conselho de Governo e será apresentado aos açorianos.

Portanto, aquilo que faz sentido, quando se analisa da pertinência, quer da sua sede, quer da sede operacional, quer dos serviços administrativos, é nós conhecermos o Plano Integrado que motiva também a organização de uma empresa que irá ser criada pelo Governo.

Aquilo que faz sentido é nós esperarmos até termos este Plano Integrado.

Aquilo que nós já sabemos é que o Governo irá apresentar esse Plano Integrado de Transportes em breve. O que faz sentido é seguirmos os mecanismos normais de tramitação na Comissão, não aprovando o pedido de urgência do BE, e fazendo uma discussão como é habitual, que geralmente costuma ser célere na Comissão de Economia, mas tendo todos os elementos que nos permitam fazer uma análise correta e ponderada sobre o processo de fusão entre estas duas empresas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pertinência do objeto do Projeto de Resolução apresentado pelo BE é inquestionável.

Julgo que é importante que o Parlamento possa pronunciar-se e sobretudo discutir as questões que são apresentadas na parte resolutiva do Projeto de Resolução que o BE nos apresenta.

No entanto, digamos, há aqui uma questão que para o PCP não deixa de ser importante. Há uma iniciativa de cidadãos, designadamente do Faial, não serão só do Faial, que visa um pouco este objeto também.

Julgo até, para não fazermos o desencontro entre a petição que já foi entregue e que tem como objeto parte do que o Bloco nos apresenta aqui, que o pedido de urgência, que apenas são alguns dias de diferença, não é aconselhável neste momento.

Não é aconselhável porque esvaziamos a iniciativa dos cidadãos. Por outro lado julgo que é mais avisado aguardar o tramitar com os prazos normais em Comissão desta iniciativa, até porque eventualmente aquilo que está esperado é que o Governo Regional entretanto dê conta e conhecimento público do Plano Integrado de Transportes, uma vez que relativamente ao anúncio da fusão das duas empresas ele já foi feito, não está é concretizado. Importa que ele se concretize o mais rapidamente possível pelos motivos que a própria Deputada Zuraida Soares já aqui referiu.

Assim sendo, a Representação Parlamentar do PCP irá votar contra a urgência apresentada pelo BE.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Sra. Deputada, qual é a pressa?

(Risos da Câmara)

Qual é a pressa?
Eu considero que nesta questão há uma pressa partidária de ir buscar a taça mais depressa que os outros.
Em relação à substância da questão que a sede venha a ser na Horta, digo-lhe já que, embora votando contra esta urgência e contra esta pressa de caráter partidário, eu vou votar a favor do seu Projeto de Resolução, porque considero que muitas das premissas, ou a generalidade das premissas, estão corretas.
Portanto, no sentido estratégico, já conta com o voto a favor da Representação Parlamentar do PPM em relação ao conteúdo da proposta. Agora dizer que é muito urgente decidir sobre o local em que o Governo Regional irá instalar a sede desta nova empresa, que resultará da fusão da Transmaçor e da Atlanticoline, digo-lhe que é de muito difícil compreensão.
Eu não consigo compreender qual é a pressa. Eu penso que o comum das pessoas, do observador deste fenómeno, deve considerar que há um conjunto de atividades e um conjunto de esforços que o Governo Regional deve resolver e deve fazer com urgência. Sim, isso é verdade.
Agora, colocar à frente disso tudo esta pressa em decidir, não tenho nenhuma dúvida que esta pressa é uma pressa partidária no sentido de dizer "nós queremos chegar antes do Governo decidir nesse sentido".
É evidente que esta é uma pressa pura e simplesmente que não se dirige àquela que é a substância da questão e a importância da questão. É uma pressa partidária.

Portanto, para este tipo de estratégias partidárias o PPM não está disponível.

Não estamos disponíveis para este tipo de jogadas políticas e partidárias de antecipação.

Para este tipo de questões, Sra. Deputada, não conte com o PPM.

Temos pressa em resolver o problema dos açorianos, temos pressa em resolver o problema das empresas, temos pressa em resolver as questões que são de facto relevantes para os açorianos, temos pressa em melhorar as condições de vida dos açorianos. Nós não temos pressa em juntarmo-nos à pressa partidária, exclusivamente do ponto de vista daqueles que são os fatores que a animam, do BE.

Nessa pressa Sra. Deputada não nos apanha.

Portanto, considero que não se deverá votar a favor desta urgência.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Qual é a pressa?

O Orador: Termino, reafirmando aqui a posição do PPM: em relação à substância claramente de acordo; em relação à metodologia em total desacordo, até porque com esta pressa toda Sra. Deputada, a senhora está a atropelar uma iniciativa da cidadania.

Considero que é absolutamente fundamental que os partidos não se antecipem àquilo que foi um movimento das pessoas nesse sentido, de reivindicarem, de apresentarem as suas posições e de repente há um partido que quer passar à frente, que tem pressa.

Portanto, acho que esta questão, esta urgência não se justifica, por isso votaremos contra.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito sucintamente para dizer que subscrevemos na generalidade as razões que foram apontadas para esta iniciativa e, não nos competindo defender o proponente relativamente à questão da urgência, devo dizer, em nome do PSD, que aquilo que esta iniciativa nos traz, na sua parte resolutiva, é apenas duas questões:

Primeira: que o Governo decida urgentemente sobre a fusão das empresas Transmaçor e Atlanticoline.

Isto faz parte do Programa do Governo.

Presidente: Sr. Deputado, relembro apenas que estamos a debater a urgência.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Agora?!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Toda a gente falou até agora!

O Orador: Eu estou a explicar por que é que acho que isto tem alguma urgência.

Diz que o Governo deve decidir urgentemente sobre a fusão. Isto faz parte do Programa do Governo e, fazendo parte do Programa do Governo, isto é um assunto que está decidido, no pressuposto de que o Governo vai cumprir aquilo que está no seu Programa. Portanto, não é este Projeto de Resolução que vai influenciar mais ou menos na sua velocidade. Não é esta a parte do problema.

Segunda: que a sede da entidade resultante dessa fusão se localize na cidade da Horta.

Aqui, de facto, há alguma razão para alguma urgência na decisão, tanto mais que há aqui posições assumidas pelo Sr. Secretário Regional da tutela que disse que não tinha nenhuma objeção a que a sede desta empresa se viesse a localizar na Horta.

Sem defender o proponente, porque o proponente é que se virá naturalmente defender, achamos que quando se trata de decidir coisas desta natureza é preciso decidir, porque normalmente as demoras são más indiciadoras e são, às vezes, indicadoras de problemas que não queremos aqui trazer.

Portanto, entendemos que ser aprovado com urgência na Comissão, e a Comissão ter um prazo mais reduzido para assumir esta decisão, em nada tira o mérito da iniciativa.

O facto do Bloco de Esquerda ter apresentado esta iniciativa, nada desmerece as outras da cidadania que estão a decorrer, nem nada bule com o trabalho da Comissão que está em curso, porque são coisas absolutamente diferentes.

Entendemos, pelas razões que apontámos, que este pedido de urgência tem sentido, tem oportunidade e tem prudência política neste processo.

Deputado Francisco César *(PS):* Prudência! O Plano Integrado já não interessa!

O Orador: Nós vamos votar a favor desta urgência.

Vamos também votar a favor da urgência, porque concordamos com o conteúdo que ela aqui implicitamente assume.

Concordamos por uma razão muito simples, para além de todas as outras que foram aqui referidas, e cito aquilo que um colega Deputado escreveu (escreveu do que sabia e com oportunidade):

"É a Transmaçor quem tem movimento real e permanente de passageiros, enquanto que a Atlanticoline tem, embora importante, um movimento residual e sazonal limitado à gestão de dois contratos anuais, pelo que seria um erro histórico imperdoável que a nova empresa resultante da fusão destas duas não ficasse sedeada na Horta". Acabei de citar o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Presidente: Sr. Deputado…

O Orador: Concordo inteiramente com aquilo que escreveu, subscrevo inteiramente aquilo que escreveu…

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos a discutir a resolução.

O Orador: … e, em nome do PSD, digo-lhe que é exatamente por causa disso que é urgente uma decisão.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Não há mais inscrições.

Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três breves comentários:

Primeiro: é praticamente impossível não dizer aqui e agora "bem prega Frei Tomás". O que eu não sabia é que Frei Tomás tem problemas auditivos e não ouve aquilo que se diz, mas pelos visto há vários Frei Tomás por aí que pregam uma coisa e fazem exatamente o seu contrário.

Segunda observação: o PS não conhece o Pano Integrado de Transportes que foi apresentado no último Conselho de Governo e adiada a sua apresentação pública para o próximo Conselho de Governo.

Dito de outra maneira, o partido que suporta o Governo não conhece o Plano Integrado.

Eu pergunto: algum açoriano ou açoriana, algum Sr. ou Sra. Deputada acreditará nesta afirmação? O BE não acredita.

Presidente: Sra. Deputada, não é uma intervenção, é uma declaração de voto

A Oradora: Terceira e última observação da declaração de voto, Sra. Presidente: aquilo que o PS pretende objetivamente, recusando o encurtamento de tempo de 25 dias para 20, ou seja, são 5 dias daquela pressa que escandalizou tanto Frei Tomás, é que o plano da fusão destas duas empresas seja apresentado, é que a decisão tomada do local onde vai ser a sua sede seja irreversível, pelo que o Projeto de Resolução do BE quando chegar a esta câmara para ser apreciado e votado já é "chover no molhado" porque a decisão está tomada.

Deputado Berto Messias *(PS):* Isto é um abuso!

A Oradora: Ora bem, se comecei dizendo que bem prega Frei Tomás, acabarei dizendo que por esse caminho já nós andámos.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Para uma interpelação.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para manifestar que o PS votou contra a urgência da discussão em comissão deste Projeto de Resolução.

Para que fique claro, o PS não votou contra este Projeto de Resolução. Votou contra o procedimento.

O argumento que a Sra. Deputada utilizou aqui, de que o PS queria passar a discussão de 20 para 25 dias, também pode ser utilizado exatamente da mesma forma, ao contrário.

Sras. e Srs. Deputados:

O que está em causa aqui é termos todos os elementos para analisar serenamente este Projeto de Resolução.

Em primeiro lugar, há um conjunto de diligências que devem ser realizadas pela própria Comissão. Faz todo o sentido realizar essas diligências também para a Petição. Faz sentido ouvir os seus primeiros peticionários. Isto tudo leva tempo.

Faz sentido também ouvir e conhecer o Plano Integrado de Transportes que o Governo dos Açores anunciou a sua apresentação para breve.

Sra. Deputada, o PS não disse que conhecia ou deixava de conhecer o Plano Integrado de Transportes.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Disse!

O Orador: Não, não disse!

O que o PS disse foi que não fazia sentido que a discussão fosse realizada sem que todos tivessem conhecimento deste Plano Integrado de Transportes.

Mais. Muito me estranha que a Sra. Deputada, a Deputada que muitas das vezes referiu a necessidade de conhecermos o Plano Integrado de Transportes, seja a mesma que quando não interessa, para benefício político do seu partido, ignora deliberadamente que este Plano Integrado de Transportes será apresentado brevemente.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O Sr. Deputado não ouve bem!

O Orador: Portanto, reafirmo a posição do PS.

O seu sentido de voto prende-se diretamente com o procedimento, não com o Projeto de Resolução. O Projeto de Resolução será analisado na Comissão Permanente de Economia e depois de analisado será obviamente tomada uma posição do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A nossa posição de voto foi ditada por aquela que nós considerámos que era a utilidade prática desta urgência, estes 5 dias.

Considero que tendo em conta a substância da questão não se justificava e não se justifica.

Considero que é absolutamente fundamental que os partidos apresentem as suas posições. A posição do PPM é clara em relação a esta matéria e tenho a certeza que o Governo irá decidir também que não pode escolher outro local a não ser a Horta, porque é este local que reúne as condições logísticas e reúne as condições que são necessárias para que esta empresa possa funcionar e ser articulada a partir desta zona do arquipélago.

Para mim é inconcebível que o Governo esteja a pensar noutra coisa ou noutro local. É evidente.

Por isso considero que é fundamental que este assunto seja analisado com a maior seriedade, que sejam analisadas todas as questões e que em relação a esta questão, que é uma questão de grande interesse regional, porque esta é uma das áreas em que a Região tem uma margem de progresso mais assinalável, não se assista aqui a uma corrida a ver quem é que chega primeiro em relação a este objetivo partidário.

Por isso nesse sentido a nossa posição é uma posição institucional, de respeitar os *timings*, ouvir as pessoas, deixar que as várias propostas façam o seu caminho e que obviamente a decisão seja uma decisão tomada com responsabilidade.

Por isso e porque consideramos que este *sprint* partidário não faz sentido, votámos contra a urgência.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Obrigado Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Frei Tomás!

O Orador: Está certo. Que seja.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou contra a urgência, não votou contra mais nada. Foi apenas relativamente à urgência.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Essa necessidade de se justificar…

O Orador: Para que fique claro, a diferença entre os 20 e os 25 dias não impede, em termos práticos, que a Comissão de Economia possa relatar esta iniciativa e trazê-la ao Plenário de fevereiro. Não a obriga a isso mas também não há nada que o impeça.

Portanto, a diferença entre estes 5 dias que diminui o processo de tramitação desta iniciativa do BE na Comissão de Economia tem um efeito muito reduzido, uma vez que, não sei se será possível ou não, mas a verdade é que nada impede que a Comissão de Economia relate de modo a que esta iniciativa possa vir ao Plenário de fevereiro.

Portanto, este assunto é importante e particularmente, na nossa opinião, por causa do Plano Integrado de Transportes, porque é preciso olhar para o Plano Integrado de Transportes, é preciso avaliá-lo, embora isso não seja determinante para a posição que a Representação Parlamentar do PCP tem relativamente àquela que deve ser a localização da sede da nova empresa.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Qual é?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* O Faial, a Horta!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Vamos por isso, e considerando o nosso horário, encerrar os nossos trabalhos. Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 34 minutos

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)
Cláudio Borges **Almeida**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Partido Popular Monárquico *(PPM)*
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco
P'la redatora: Noélia Escobar